



UFPE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

ERON JOSÉ DA SILVA

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS
COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS
DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RECIFE

2024

ERON JOSÉ DA SILVA

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS
COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS
DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como parte integrante do exame de qualificação do curso de mestrado.

Orientador: Dr. Assis Leão da Silva

RECIFE

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Eron Jose da.

Avaliação institucional: uma análise da atuação das Comissões Próprias de Avaliação em instituições federais de educação superior / Eron Jose da Silva. - Recife, 2024.

164f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

Orientação: Assis Leão da Silva.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Avaliação Institucional; 2. Comissão Própria de Avaliação; 3. Instituições Federais de Ensino Superior. I. Silva, Assis Leão da. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

ERON JOSÉ DA SILVA

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS
COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada por videoconferência em: 25/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Assis Leão da Silva (Orientador)
Instituto Federal de Pernambuco
[Participação por videoconferência]

Documento assinado digitalmente
 KATIA SILVA CUNHA
Data: 27/06/2024 09:40:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Kátia Silva Cunha (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco
[Participação por videoconferência]



Prof.^a Dr.^a Bruna Tarcila Ferraz (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco
[Participação por videoconferência]

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelas bênçãos e por me sustentar nos momentos difíceis. Sem Ele, certamente, não estaria aqui realizando mais esse sonho.

À minha esposa, Danielle, a quem tenho grande admiração por sua doação e cuidados dedicados a nossa família, gostaria de agradecê-la pelo companheirismo e amor, por acreditar em mim, pelos seus cuidados, carinho, zelo e preocupação. Te amo meu amor!

Ao meu filho, Rui Emídio, pela paciência em ficar me esperando terminar as produções para brincar com ele, pelo orgulho que sente por mim, pelo carinho, pelo estímulo que com seu sorriso me animou várias vezes. Te amo filhão!

A minha Mãe, Dona Iva, por me considerar seu orgulho, por chegar onde estou, tudo isso devo a ela. Te agradeço por acreditar em mim, pela compreensão, apoio e torcida. Te amo minha rainha!

Ao meu irmão, Evaldo, que tanto amo, por cuidar da minha mãe quando estava na labuta da pesquisa. Obrigado pela torcida, atenção e incentivo.

Ao meu orientador, professor Dr. Assis Leão que tive a oportunidade de conhecer durante a minha graduação e até hoje não largou mais minha mão, momento esse, que foi significativo para que eu continuasse nesta linha de pesquisa. Obrigado, professor, por ter aceitado dividir comigo os seus conhecimentos, suas experiências, pela disponibilidade, atenção, humildade, apoio, motivação e por ter contribuído tanto para que esse trabalho se concretizasse. Obrigado ainda mais, que mesmo neste momento delicado que o senhor está passando não me abandonou. O senhor é o cara mais incrível que conheço, sobretudo no contexto da Educação Brasileira.

À minha professora de sempre Dr^a. Ana Lúcia Felix, por compartilhar seus conhecimentos, pela compreensão, apoio, palavras de motivação e paciência. Obrigado por suas importantes contribuições frente a banca examinadora da Pesquisa, por todo o profissionalismo.

À professora, Dr^a. Bruna Ferraz, agradeço por aceitar o convite para participar da banca avaliadora. Suas contribuições foram valiosas para a concretização desse trabalho. Obrigado principalmente, pelo esforço e empenho em se fazer presente na defesa.

À professora, Dra. Kátia Cunha, que mesmo diante de tanta atribuição disse sim, agradeço por aceitar o convite para participar da banca avaliadora. Suas contribuições foram propícias para a concretização desse trabalho. Obrigado principalmente, pelo esforço e empenho em se fazer presente na defesa.

Aos meus primos que sempre torceram e acreditaram em mim. Obrigado por tudo, vocês também fazem parte desta conquista.

Agradeço também ao meu sogro Francisquinho, minha sogra Neide, aos meus cunhados Francineide, Raniery, Lane e meu sobrinho Vinicius pelo apoio e torcida de sempre.

Aos participantes dessa pesquisa, agradeço a cada um por me receberem muito bem durante esse processo investigativo, pela atenção, pelo comprometimento e pela disponibilidade.

Aos colegas Lindembreg e Clesivaldo, obrigado pela amizade, pelo carinho, atenção, por terem feito parte deste momento em contribuírem comigo nesta caminhada do mestrado.

A Universidade Federal de Pernambuco, na pessoa do Professor De Alfredo Gomes, Reitor da mesma, por nos proporcionar a oportunidade de qualificação e desenvolvimento profissional.

Agradeço à coordenação e à equipe do PPGEDU por nos receber tão bem, pelo esforço para resolver nossas demandas.

A todos os amigos e familiares que torceram por mim – não vou citar nomes para não correr o risco de esquecer alguém –, mas agradeço pela força, pelo pensamento positivo e pela torcida.

A todos aqueles que colaboraram e contribuíram, direta ou indiretamente, para a conclusão deste trabalho, reitero meus agradecimentos.

EPÍGRAFE

Nós não valemos apenas pelo o que sabemos, mas pelo o que fazemos com aquilo que sabemos.

MONTAIGNE

RESUMO

Esta pesquisa trata-se a respeito da atuação das CPAs na coordenação da modalidade de avaliação institucional no SINAES. Objetiva compreender como atua a CPA das instituições federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa. Com base nos objetivos propostos caracteriza-se tanto como pesquisa descritiva quanto explicativa. Em relação aos procedimentos, desenvolveu-se em três etapas articuladas e interdependentes, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Tomou-se como amostra 04 instituições federais de educação, 1 Instituto Federal e 3 Universidades Federais em Pernambuco. Empregou-se a coleta de dados baseada na pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas. E a técnica de análise de dados baseou-se na análise de conteúdo. A interpretação dos dados foi realizada a luz das discussões de Dias Sobrinho (2000), Silva (2011; 2015), Bernardes e Rothen (2016), Cardoso (2017) a respeito dos “aspectos sociais” e do “funcionamento” das CPAs. Partiu-se do pressuposto de que o desenho que a avaliação institucional assume, em seu arcabouço normativo e em seu processo de implementação, produz transformação na concepção de avaliação institucional. Neste âmbito o desenho de avaliação, possivelmente pode inibir ou ampliar as formas de participação e o envolvimento democrático dos agentes/segmentos da comunidade universitária na CPA nas/das Instituições de Educação Superior. A relevância deste trabalho consiste na interlocução com o debate sobre a avaliação da Educação Superior. Problematiza as possibilidades e limites da modalidade de avaliação institucional no tocante à atuação da CPA. A pesquisa resulta na compreensão de que algumas CPAs das instituições federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES, ainda atuam numa perspectiva burocrática, cumprindo assim as exigências das IFES, como também do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Atuação da CPA. Aspectos Sociais. Funcionamento. Instituições Federais de Educação Superior.

ABSTRACT

It deals with the role of CPAs in coordinating the institutional assessment modality at SINAES. The objective is to understand how the CPA of federal institutions operates with regard to “social aspects” and “operation” in coordinating the internal institutional assessment modality within the scope of SINAES. The research presents a qualitative approach. Based on the proposed objectives, it is characterized as both descriptive and explanatory research. In relation to procedures, it is developed in three articulated and interdependent stages, bibliographical research, documentary research and field research. It takes as a sample 06 federal educational institutions, 2 Federal Institutes and 4 Federal Universities in the State of Pernambuco. Data collection is used based on bibliographical and documentary research and semi-structured interviews. And the data analysis technique is based on content analysis. Data interpretation will be carried out in light of the discussions by Dias Sobrinho (2000), Silva (2011; 2015), Bernardes and Rothen (2016), Cardoso (2017) regarding the “social aspects” and the “functioning” of CPAs. It is assumed that the design that institutional evaluation assumes, in its normative framework and in its implementation process, produces transformation in the conception of institutional evaluation. In this context, the evaluation design could possibly inhibit or expand the forms of participation and democratic involvement of agents/segments of the university community in the CPA in Higher Education Institutions. The relevance of this work lies in its dialogue with the debate on the evaluation of Higher Education. It problematizes the possibilities and limits of the institutional evaluation modality in relation to the CPA's performance.

Keywords: Institutional Assessment. CPA's activities. Social aspects. Operation. Federal Institutions of Higher Education.

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Comissão Própria de Avaliação: produção acadêmica por programa de pós-graduação

Tabela 02 – Comissão Própria de Avaliação: produção acadêmica por Instituição

Tabela 03 – Funcionamento e Aspectos Sociais das CPAs: Referenciais teóricos

Tabela 04 – Funcionamento e Aspectos Sociais das CPAs: Procedimentos de pesquisas

Lista de Quadros

Quadro 001 – *Corpus* documental da pesquisa

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Produção Acadêmica Comissões Próprias de Avaliação : Palavra Chave- Principal

Gráfico 2 - Comissões Próprias de Avaliação : Palavra Chave- principal x Tipo de publicação

Gráfico 3 - Comissões Próprias de Avaliação : categorias temáticas

Gráfico 4 - Pesquisas Sobre Comissões Próprias de Avaliação : Grande área do conhecimento

Gráfico 5 - Comissões Próprias de Avaliação : Produção Acadêmica por região do País

Gráfico 6 - Comissões Próprias de Avaliação : marco temporal da produção acadêmica

Gráfico 7 - Aspectos sociais e o funcionamento das CPAs: abordagens da produção acadêmica

Gráfico 8 - Aspectos sociais e o funcionamento das CPAs: panorama quanto aos objetivos das pesquisas

Gráfico 8 - Aspectos sociais e o funcionamento das CPAs: Quanto aos objetivos gerais das pesquisas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACG - Avaliações dos Cursos de Graduação

AI - Avaliação Institucional

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDB - Biblioteca Digital Brasileira

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CEA - Comissão Especial de Avaliação

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CPA - Comissão Própria de Avaliação

Educ@ - Fundação Carlos Chagas

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENC - Exame Nacional de Cursos

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo

FINEP - Financiadora de Estudos e Pesquisas

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IES - Instituição de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCs - Tecnologia da Comunicação

TI - Tecnologia da Informação

UFAPE - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

UFES - Universidades Federais de Ensino Superior

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

UNISINOS - Universidade do Vale do Sinos

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. 2. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NO SINAES: ASPECTOS SOCIAIS E FUNCIONAMENTO	24
2.1 A CPA NO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	25
2.2. OS ASPECTOS SOCIAIS DA CPA NO DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO SINAES	36
2.3. O FUNCIONAMENTO DA CPA NO DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO SINAES	45
2.3.1 CULTURA ORGANIZACIONAL DA CPA NAS IFES	54
3. CONTEXTO DO OBJETO	67
3.1. MARCO NORMATIVO: ELEMENTOS PARA O DEBATE	67
3.2. REVISÃO DA LITERATURA: O QUE OS ESTUDOS REVELAM ACERCA DAS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO.....	74
4 . TRAJETÓRIA DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: ATUAÇÃO E FUNCIONAMENTO	89
4.1 FINALIDADES E OBJETIVOS DO SINAES - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	89
4.2 OS PERCURSOS DA AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) NO BRASIL	92
4.3 A CPA E SUA ATUAÇÃO ENQUANTO ESPAÇO DE PRODUÇÃO OU REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS POR MEIO DA AUTOAVALIAÇÃO	95
5. FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.	96
5.1. DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA E DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	102
5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	104
5.2.1 ETAPA I.....	104
5.2.2 ETAPA II.....	107
5.2.3 ETAPA III.	108
5.2.4 ETAPA IV.	111
5.2.4.1 PERCURSO REALIZADO NA BUSCA DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO	

4.3 PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	116
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	118
6.1 DIMENSÃO - ASPECTOS SOCIAIS DA CPA.....	118
6.1.1 PERFIL DO COORDENADOR DA CPA.....	118
6.1.2 A COMPOSIÇÃO DA CPA.....	120
6.1.3 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	123
6.1.4 RELAÇÃO DA CPA COM A COMUNIDADE ACADÊMICA E A GESTÃO INSTITUCIONAL.....	126
6.1.5 ELEMENTOS DA CULTURA ORGANIZACIONAL.....	129
6.2 DIMENSÃO - FUNCIONAMENTO DA CPA.....	113
6.2.1 PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA – METODOLOGIA	134
6.2.2 PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E DECISÃO	136
6.2.3 EXPERIÊNCIA DE FUNCIONAMENTO DA CPA.....	139
7. CONSIDERAÇÕES.....	143
8. REFERÊNCIAS.....	156
ANEXOS	165
APÊNDICES	166
APÊNDICE A	167
APÊNDICE B	168
APÊNDICE C	169
ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	172

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão tratou a respeito da temática da modalidade de avaliação institucional problematizando-a a partir da atuação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA). Toma como referência as CPAs em Instituições Federais de Educação Superior (IFES). Para tal, abordam-se os “aspectos sociais” e de “funcionamento” destas comissões nos ambientes das Instituições Federais (IFES) no contexto de implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

De acordo com Silva (2011) os “aspectos sociais” e o “funcionamento” da avaliação institucional estão incorporados nas atividades que são desempenhadas pelas CPAs, no processo de implementação da avaliação interna no contexto do SINAES. Dessa forma, o funcionamento - envolve um contexto desafiador como cita Dias Sobrinho (2011), a busca pela qualidade não é orientada somente aos produtos e serviços que são oferecidos por essas instituições, abrange também a complexidade que envolve o processo avaliativo.

Nesse contexto, descreve-se o “funcionamento” da avaliação institucional na prática avaliativa da CPA nas Instituições de Educação Superior (IES) na Avaliação Interna, entre os quais destacam-se: 1) a metodologia do processo de avaliação interna - sensibilização, desenvolvimento dos instrumentos *ad hoc*, coleta dos dados, análise, sistematização e interpretação dos dados, divulgação dos diagnósticos; 2) o processo de tomada de decisão no planejamento e execução da avaliação institucional; 3) a incorporação dos diagnósticos da avaliação interna no planejamento institucional; 4) a submissão dos diagnósticos/relatórios ao INEP e a articulação com os avaliadores de cursos e institucionais; e 5) o processo de meta-avaliação, a avaliação de todo o processo de avaliação interna.

Assim também os aspectos sociais trazem características orgânicas desafiadoras que devem ser inseridas na avaliação institucional pelas CPAs, como pontua, Silva (2015), cada participante possui as suas próprias perspectivas de valor e os seus interesses específicos. E acrescenta Dias Sobrinho (2000) a Avaliação Institucional é um processo socialmente organizado e promovido por atores sociais com legitimidade e competências técnica, ética e política institucionalmente conferidas e reconhecidas.

Os referidos autores, Silva, A. L. da, & Gomes, A. M. (2018), pontuam que, numa concepção de avaliação predominantemente em torno da “negociação”, a maturidade individual e coletiva será a principal epistemologia para a inexistência da subjetividade.

Nesse fazer narra-se os "aspectos sociais" da avaliação institucional na prática avaliativa da CPA nas Instituições de Educação Superior (IES) na Avaliação Interna, entre os quais destacam-se: 1) Perfil do coordenador da CPA - Idade, formação acadêmica, cargo que ocupa na IFES, experiências Profissionais, tempo que trabalha na Instituição, experiências em avaliação: 2) Composição da CPA - nomeação da CPA, critérios adotados na escolha de seus membros, composição da CPA quanto à representatividade, composição inicial da CPA em relação à atual: 3) Concepção de Avaliação Institucional - conceito de avaliação institucional do entrevistado, uso da avaliação institucional para o entrevistado, possibilidades e limites da avaliação Institucional coordenadas pelas CPAs: 4) Relação da CPA com a comunidade acadêmica e a gestão institucional - relação da CPA com a comunidade acadêmica, relação da CPA com a gestão institucional, relação entre os segmentos na composição da CPA, relação da CPA com os avaliadores externos designados pelo INEP: 5) Elementos da cultura organizacional - aspectos favoráveis à avaliação interna coordenada pela CPA, aspectos de entraves à avaliação interna coordenada pela CPA, interação e receptividade da comunidade acadêmica na socialização dos resultados, significado que a avaliação institucional assume para os membros da CPA e a comunidade acadêmica, expectativas em torno da avaliação institucional coordenada pela CPA, os membros da CPA e o SINAES (Conhecimento do Sistema), a comunidade e o SINAES (Conhecimento do Sistema), expectativa do coordenador a respeito da importância da visita *in loco* do INEP.

Para tanto, ao analisar o campo da Avaliação da Educação Superior, tomando como sujeito-objeto (GOMES; OLIVEIRA, 2012) o posicionamento e o engajamento de determinados sujeitos na concepção, na formulação e na implementação das políticas de avaliação da Educação Superior, justifica-se a pesquisa a partir da possibilidade de explorar facetas relevantes da disputa e da estruturação desse campo no Brasil. Compreende-se que o cenário de atuação da CPA é um *locus* relevante nesse contexto.

Instituído pela Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004) o SINAES é uma política de avaliação da Educação Superior que apresenta em sua formulação aspectos caracterizados pelos embates entre a regulação e a emancipação, resultado dos conflitos de interesses da

comunidade universitária, do Estado e do mercado, traço elementar e constitutivo das políticas de avaliação no Brasil (SILVA, 2015).

Na Lei nº 10.861/2004, em seu Art. 11, a CPA é a Comissão responsável pelos processos de avaliação institucional interna das Instituições de Educação Superior (IES). Destaca-se na sua implantação a sua constituição por ato do dirigente máximo da IES e a sua composição composta pelo equilíbrio dos segmentos da comunidade universitária – docentes, técnicos e discentes. Destaca-se, nesse contexto alguns elementos constituintes da regulação e emancipação no tocante à sua implantação e composição.

Silva (2011) destaca que a Avaliação Institucional Interna tem como objetivo criar uma cultura institucional da avaliação, em que o objeto e sujeito se confundem, bem como subsidia a avaliação externa, a partir de uma construção permanente. O caráter social e participativo desse processo, que produz as condições para o debate público, está na base das mudanças de atitudes individuais e dos atores coletivos responsáveis pelas transformações e do pensamento político em torno das instituições (GREGO, 1997; RISTOFF, 2000; SILVA, 2015; FERREIRA, 2015, ANDRADE, 2019).

Ainda, a constituição dos agentes da avaliação, que está estreitamente ligada às condições de produção de vida institucional e das relações de força em cada universidade” (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 119). Sobretudo, no que diz respeito a atuação da CPA que por meio da modalidade de avaliação institucional pode contribuir para as IES, como destaca Silva (2011)

A avaliação institucional delineou na universidade a perspectiva de promoção da utilização de diversas formas (aspectos sociais) e práticas (funcionamento) de avaliações integradas, articuladas e globalizantes do ponto de vista institucional (p.4).

Somados a estes argumentos, as motivações que reforçam a proposição desta pesquisa, delimita o objeto à CPA abordando sua atuação associada a necessidade de conhecer os “aspectos sociais” e de “funcionamento” que impactam efetivamente a prática da modalidade de avaliação institucional enquanto elemento constituinte e basilar da política pública de avaliação da educação superior a partir das IES.

Essa inquietação e, ao mesmo tempo, proposta teve sua gênese a partir da vivência do pesquisador no ambiente educacional enquanto profissional de educação básica e superior, leitor e pesquisador. A partir desta vivência percebeu-se muitas preocupações e reivindicações dos discentes, técnicos e docentes da Educação Superior no tocante à efetividade das práticas de Avaliação Institucional desenvolvidas pela CPA, tais como as de ordem metodológica (projeto de avaliação), política (o uso dos diagnósticos) e de

inserção na cultura organizacional institucional (condições para exercício eficaz da comissão).

Participando do cotidiano das Instituições de Educação Superior, percebe-se, por exemplo, que existe por parte dos discentes certa e indesejável ausência deles no comparecimento e participação no processo de avaliação institucional. Além disso, diversos estudantes questionam sua participação nas discussões, elaboração e execução do projeto de avaliação, bem como a efetividade das relações democráticas na CPA.

Dessa forma, como anunciado, busca-se com a proposição desta pesquisa contribuir na compreensão do processo de “funcionamento” e dos “aspectos sociais” na atuação das CPAs, tomando como *locus* de investigação Instituições Federais de Educação Superior no tocante da avaliação institucional interna no âmbito do SINAES. A formação da CPA nas Universidades Federais e Institutos Federais aponta que estas comissões possuem formalmente distintas composições, mas que delineiam a mesma lógica de formação, a representatividade (SILVA, 2015).

Neste caso, há de se destacar que, a perspectiva de representatividade desenhada no processo de implementação da autoavaliação institucional realizado pelas CPAs, demonstra certas limitações e desvios no que foi proposto tanto nos regimentos internos, quanto nos documentos e na legislação pertencentes ao SINAES (ARGOLLO, 2015; FERREIRA, 2015; CARDOSO, 2017; ANDRADE, 2019), “o aspecto mais comum nas universidades é o ‘formalismo’, onde se procura muito mais ganhos de operacionalidade em detrimento da autonomia e da capacidade de transformação” (SILVA, 2011, p.8).

Esse aspecto também prejudica o objetivo da avaliação interna no sentido de criar uma Cultura Institucional da Avaliação (FERREIRA, 2015; BERNARDES E ROTHEN, 2016), além de não atender aos requisitos de transparência e o caráter público da avaliação¹ afetando a participação efetiva da comunidade universitária e da sociedade civil organizada no processo de avaliação institucional.

A Cultura Institucional de Avaliação é a funcionalidade formativa da avaliação contínua onde acarreta a necessidade de que a avaliação não se situe somente no fim de um período determinado, e sim que se, concretize a todo o momento de forma sistemática e planejada, ainda que seja materializada em três fases “inicial, processual e final”.

¹ Portaria do MEC nº 2.051/2004.

Possivelmente, o modo de atuar, bem como de funcionar provoquem certas limitações no impacto do trabalho desempenhado pela CPA na autoavaliação institucional, restringindo os resultados, as transformações e os usos da avaliação na instituição (SILVA, 2015). E corroboram para a fragilização da instalação da cultura da autoavaliação, um dos “vícios” do SINAES, como ressalta Zainko (2008), retirando o caráter prospectivo da avaliação e de sua eficácia na produção da transformação alienando seu processo pedagógico, desqualificando o caráter social e participativo desse processo (FERREIRA, 2015; ANDRADE, 2019).

A avaliação interna, indicadora de uma cultura de autoavaliação na perspectiva democrática, constitui-se numa das etapas do AVALIES. Caracterizada como um processo criativo, cíclico que analisa as dimensões que compõem a instituição, a ação permanente da avaliação permite construir e consolidar a cultura de avaliação dentro da instituição, através do envolvimento e comprometimento levando a comunidade interna a pensar politicamente a institucionalidade (BRASIL, 2004d).

Apropriando-se de Silva (2011) é possível argumentar que o campo da avaliação da Educação Superior encerra uma série de conflitos e tensões quando se trata da questão conceitual e metodológica. Nesta perspectiva, as experiências e os embates teóricos têm distorcido a prática da função social da autoavaliação, baseada no paradigma democrático/emancipatório, no funcionamento das CPAs nas instituições, levando a utilização de pressupostos teórico-metodológicos que concentram esforços na mensuração dos impactos quantitativos, nas ações imediatas que oferecem raras contribuições para a redução das desigualdades sociais e assim apreciar os resultados e ações institucionais.

Nesse sentido, entende-se que para se trabalhar a temática de como atua a CPA das Instituições Federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES, parece relevante retomar as questões levantadas por Grego (1997, p.95) “A quem serve a avaliação? Qual a sua função social? A que objetivos visam atender? Que objetos são tomados como foco de análise da avaliação?” e “que metodologias e procedimentos são utilizados e que pressupostos e formas de conhecimento da realidade as orientam? Qual concepção de qualidade implícita? Essas questões são recorrentes e persistentes no campo da avaliação da educação superior, em especial, na atuação das CPAs, após os quase 20 anos e diversas fases de implementação do SINAES, uma política de Avaliação da

Educação Superior de certo modo madura, o que torna o objeto de pesquisa em questão relevante, inédito e vivo.

Também, porque fica a cargo dos órgãos colegiados superiores das instituições a definição da composição, da forma de organização e o modo de funcionamento da Comissão, conforme o porte, as características e as experiências prévias de avaliação das próprias, tendo em vista o grau de autonomia atribuído pela Lei às IES para a estruturação das CPA's, portanto, pressupõe-se a existência de diversificados modelos de organização e funcionamento de tais comissões, como sugere Peixoto (2009).

Diante desses aspectos, as primeiras aproximações da temática permitiram a construção da seguinte pergunta de pesquisa: Como atua a CPA das instituições federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES?

Para alcançar o fazer da pesquisa apresenta-se os objetivos da pesquisa, tanto geral quanto os específicos, ambos com intuito de responder a problematização citada, com o propósito de chegar ao entendimento acerca da atuação da CPA, no que diz respeito aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” nas Instituições Federais de Educação Superior. No contexto geral busca-se: Compreender como atua a CPA das Instituições Federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES.

Para construção de caminhos que levem a resposta da pergunta de pesquisa e conseqüentemente ao objetivo geral, elenca-se três **objetivos específicos**, sendo estes: a) Identificar como as questões referentes à atuação da CPA – “aspectos sociais” e de “funcionamento” - estão relacionadas na literatura acadêmica e na legislação brasileira; b) Caracterizar a atuação das CPAs a partir dos “aspectos sociais” e de “funcionamento” nas Instituições Federais selecionadas para o estudo; c) Analisar a atuação das CPAs a partir da percepção dos coordenadores com relação aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” nas Instituições Federais selecionadas para o estudo.

Com esse fazer pedagógico a ênfase é na compreensão do processo de “funcionamento” e dos “aspectos sociais” na atuação das CPAs, tomando como *foco* de investigação Instituições Federais de Educação Superior em Pernambuco no tocante da avaliação institucional interna no âmbito do SINAES. A escolha por essa temática **justifica-se** por entender que as discussões sobre políticas de Avaliação no Ensino Superior, sobretudo no que diz respeito Avaliação Institucional no contexto do SINAES,

no tocante aos aspectos sociais e de funcionamento das CPAs - Comissão Própria de Avaliação ainda é pouco discutida no ambiente acadêmico.

Também por compreender que essa temática possa contribuir com a comunidade social no entendimento da importância de sua participação nas tomadas de decisões por meio da CPA -Comissão Própria de Avaliação utilizando auto avaliação a luz das necessidades acadêmicas, políticas, culturais e sociais, bem como com novas discussões literária sobre as temáticas: Avaliação Institucional, atuação e funcionamento das CPAs tendo como base legal nos princípios da LEI Nº 10.861 de 14 de abril de 2004 que institui o SINAES.

Como citam, GOMES e OLIVEIRA, (2012) o posicionamento e o engajamento de determinados sujeitos na concepção, na formulação e na implementação das políticas de avaliação da Educação Superior, implica explorar facetas relevantes da disputa e da estruturação desse campo no Brasil. Assim também, Schwartzman (1987) mostra que a função da avaliação nas universidades é de suma relevância para melhorar a qualidade interna das instituições.

Justifica -se pela razão de que em 2004 foi implantado o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), instituído pela Lei nº 10.861/2004, e é uma política de Estado com caráter de regulação e emancipação. Que de acordo com Silva (2015,p 11) A composição da CPA é referenciada na Lei do SINAES, Lei 10.861/04, em seu Art. 11, por constituição de ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior. Obedece ao princípio da representação, descrito no Art. 2o.

Com essa legislação dá-se legitimidade por construções de literaturas que avance na descoberta de tensões intrínsecas no campo da Avaliação Institucional e que precisam ser desveladas para alavancar a qualidade na Educação Superior respeitando os aspectos sociais existentes dentro das IES. Para Silva (2011 p.6) A avaliação interna tem como objetivo criar uma cultura institucional da avaliação, onde o objeto e sujeito se confundem, bem como subsidia a avaliação externa, a partir de uma construção permanente.

No que concerne a escolha das IES: IFPE, IFSertão, UFPE, UFRPE, UFAPE e UNIVASF, se deu por ser Instituições de Educação Superior implantadas em diferentes épocas, área geográfica do Estado de Pernambuco, com aspecto social, político, cultural,

filosófico diversificado; pela CPAs terem sido implantadas (mesmo obedecendo a LEI N° 10.861/2004) com processos, manifestações peculiares e específicas que cada comunidade possuem. Por fim, por acreditar que esse fazer pode contribuir na formação do sujeito universitário a conhecer e compreender como se dá o processo de funcionamento e atuação das CPAs das respectivas instituições federais de ensino superior no tocante à avaliação institucional interna no âmbito do SINAES.

2. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NO SINAES: ASPECTOS SOCIAIS E FUNCIONAMENTO

Neste capítulo, além de abordar as legislações que embasam o percurso da Avaliação na Educação Superior, em especial, os aspectos referentes às Finalidades e Objetivos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), trata-se da trajetória da Comissão Própria de Avaliação (CPA) neste sistema, focalizando sua atuação no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento”.

O capítulo foi estruturado em três seções. A primeira trata sobre a CPA no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, onde traz a estrutura do papel da CPA na formulação da avaliação nas IES, abordando sobretudo a legislação que rege esse fazer institucional.

A segunda discute a respeito dos Aspectos sociais da CPA no desenvolvimento da Modalidade de Avaliação Institucional no SINAES, tratando especificamente características que definem os aspectos sociais e que estão presentes no contexto das Instituições de Educação Superior e que intrinsecamente são ferramentas de trabalho contextuais da CPA diante das Avaliações Institucionais.

A terceira seção fundamenta o Funcionamento da CPA no desenvolvimento da Modalidade Avaliação Institucional no SINAES, onde explana a legislação como ponto de prática do órgão colegiado em pauta e a metodologia de trabalho no cotidiano nas IES.

Nestas seções, tem-se como objetivo discutir de maneira pedagógica os princípios e pressupostos teórico-metodológicos da atuação das CPAs nas Instituições no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES, baseada no paradigma democrático do “Funcionamento” e “ Modos Sociais”(DIAS SOBRINHO 2000); emancipatório/democrático (SILVA,2011); campo da avaliação e foco na CPA (BERNARDES E ROTHEN, 2016); e, organização, contextualização, perspectivas e possibilidades, (CARDOSO, 2017); que norteia o atual processo de atuação da Comissão Própria de Avaliação no sentido de estabelecer as referências teóricas que orientem as análises acerca dos “aspectos sociais” e do “funcionamento” das CPAs nas Universidades Federais, no contexto do SINAES, foco desta pesquisa.

2.1 A CPA NO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para entender como a CPA está institucionalizada no contexto do SINAES, faz-se necessário destacar o seu papel na legislação vigente. Na Lei nº 10.861/2004 expressa:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, inciso VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- § 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de Educação Superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

- § 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – Avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de Educação Superior e de seus cursos.

II – O caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos.

III – O respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos.

IV – A participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de Educação Superior e da sociedade civil por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no caput deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da Educação Superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de Educação Superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Nesse sentido, entende-se a legislação citada como uma ferramenta de diretrizes e procedimental de como se dá o processo para com a Avaliação na Educação Superior, especificamente Avaliação Institucional nas IES, mas sobretudo uma organização sistematizada numa perspectiva de gestão democrática por meio de uma literatura específica que trata sobre as avaliações, os cursos de graduação, e sobre as aprendizagens dos estudantes.

É nesse processo que, na medida em que se torna uma atividade sistematizada, a Avaliação Institucional pode ser instrumento de construção e consolidação de uma cultura de avaliação (PEIXOTO, 2009). A Lei do SINAES objetiva principalmente, como um mecanismo por meio das auto avaliações para tomada de decisões na construção de planejamentos orgânicos às IES, numa perspectiva de exercer seu papel enquanto instituição formal responsável pelas transformações sociais.

Na Lei nº 10.861/2004, em seu art. 11, determina que a CPA seja composta por uma comissão representativa de todos os segmentos da comunidade acadêmica, como também por membros da sociedade civil organizada. No entanto, fica a cargo dos órgãos colegiados superiores das instituições a definição do número de integrantes, a forma de organização e o modo de funcionamento da Comissão, conforme o porte, as características e as experiências prévias de avaliação da IES.

No Art. 3º da lei nº 10.861/2004, especificamente no inciso III –

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Assim também nos incisos IX e X que diz: IX – “Políticas de atendimento aos estudantes. X – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior”.

No Art. 11. Cada instituição de Educação Superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação (CPA), no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – Constituição por ato do dirigente máximo da instituição de Educação Superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos. II – Atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de Educação Superior.

Com base na Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, no Art. 9:

A avaliação das instituições de Educação Superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e à diversidade das instituições, bem como pela realização de auto avaliação e de avaliação externa.

Art. 10. A auto avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo e será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Art. 11. O Inep, órgão responsável pela operacionalização da avaliação no âmbito do SINAES, disponibilizará, em meio eletrônico, orientações gerais elaboradas a partir de diretrizes estabelecidas pela Conaes, com os requisitos e os procedimentos mínimos para o processo de auto avaliação, entre os quais incluem-se obrigatoriamente aqueles previstos no art. 3º da Lei nº 10.861/2004.

De acordo com a portaria aqui citada, no art. 7º As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e constituídas no âmbito de cada instituição de Educação Superior, terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep.

§ 1º As CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de Educação Superior.

§ 2º A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de Educação Superior, observando-se as seguintes diretrizes:

I – Necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados. II – Ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

Ainda na Portaria nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004, especificamente no Art. 8º As atividades de avaliação serão realizadas devendo contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de Educação Superior.

No Art. 35 mais precisamente:

No § 3º O protocolo de compromisso ensejará a instituição de uma comissão de acompanhamento que deverá ser composta, necessariamente, pelo dirigente máximo da IES e pelo coordenador da CPA da instituição, com seus demais membros sendo definidos de acordo com a necessidade que originou a formulação do protocolo, em comum acordo entre o MEC e a IES.

Para que a auto avaliação realizada pela CPA tenha sucesso, é necessário que todos os membros tenham consciência da importância dessa atividade e participem do processo. “Os integrantes da CPA devem ser um elo entre a gestão institucional e a comunidade acadêmica, atuando como, protagonistas desse processo avaliativo” (Augusto e Balzan, 2007).

Nessa compreensão, a avaliação deve ser um processo socialmente organizado e promovido por atores sociais com legitimidade e competência política, para além da competência técnica, onde a mesma retrata a identidade da instituição diante do contexto real na busca de progressos. Função esta que caracteriza uma autentica Avaliação Institucional. Considerações importantes devem ser instigadas a rever narrativas que realmente promova a atuação da CPA numa perspectiva social e de funcionamento voltada para o atendimento as necessidades da comunidade acadêmica.

A CPA é também parte integrante do SINAES, estabelecendo um elo entre seu projeto específico de avaliação e o conjunto do sistema de Educação Superior do País. Estas comissões, no desempenho de suas atribuições, serão responsáveis pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep. Daí decorre o papel crucial das CPAs na elaboração e desenvolvimento de uma proposta de auto avaliação, em consonância com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da instituição.

A CPA deve contar, na sua composição, com a participação equilibrada de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada, ficando a critério dos órgãos colegiados superiores da instituição as definições quanto ao seu modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento. Uma vez constituída a CPA, seu funcionamento específico deverá prever estratégias que levem em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências anteriores de avaliação, incluindo a auto avaliação, avaliações externas, avaliação dos docentes pelos alunos, avaliação da pós-graduação e outros.

A organização do processo de auto avaliação prevê a ocorrência de três diferentes etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação da avaliação. A preparação para a implementação da auto avaliação compreende algumas ações fundamentais: a constituição da CPA, a sensibilização interna a cada instituição, o envolvimento da comunidade acadêmica e a elaboração da proposta de avaliação. Este conjunto de ações

coordenadas internamente visa à utilização dos resultados na busca da qualidade acadêmica e efetividade social da instituição.

A Comissão Própria de Avaliação tem por função coordenar e articular o processo interno de avaliação da instituição. Sua responsabilidade transversal precisa ter visibilidade e suporte operacional das instâncias dirigentes da IES. A ela também cabe sistematizar e disponibilizar informações da instituição solicitadas pelo Inep/MEC, responsável pela implementação da avaliação institucional externa.

Uma vez aprovada pelos colegiados superiores da IES, a CPA funcionará de forma autônoma no âmbito de sua competência legal, fazendo ampla divulgação de sua composição e de sua agenda. Ao final do processo de auto avaliação, a CPA prestará contas de suas atividades aos órgãos colegiados superiores, apresentando relatórios e, eventualmente, recomendações. Fica entendido, portanto, que uma vez concluída a avaliação da instituição em sua etapa interna e externa, compete à instância superior da IES a responsabilidade pela (re)definição e implementação das políticas institucionais que o processo avaliativo sugerir.

Para manter um ritmo adequado e conseguir eficácia no processo de avaliação, é preciso realizar o planejamento participativo das ações, registrando-as em um plano de trabalho que inclua cronograma, distribuição de tarefas e recursos (humanos, materiais e operacionais). No entanto, a metodologia, os procedimentos e os objetivos do processo avaliativo são decididos pela CPA de cada instituição segundo a sua especificidade, experiência e dimensão.

Definidos a proposta e o planejamento da avaliação, seu desenvolvimento buscará assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos previstos. Mesmo que se desenvolva em processo, a avaliação institucional apresenta análises e resultados durante todas as suas etapas e atinge momentos de consolidação de resultados de caráter mais geral e abrangente. Esta etapa deve possibilitar a elaboração de propostas de políticas institucionais e, ainda, redefinição da atuação ou da missão institucional.

Para a efetiva consolidação da avaliação acontecer é fundamental algumas atividades e produtos tais como: instrumentos de coleta de dados precisos, relatórios, divulgação e balanço crítico. Onde nos relatórios estão contidos os textos compostos pelos resultados das discussões, da análise dos dados e da interpretação das informações

que são entregues aos membros da comunidade acadêmica, a gestão, ao INEP e a sociedade. Já a divulgação deve oportunizar a publicação dos resultados com a utilização de diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), sites, seminários e outros.

Neste sentido a avaliação institucional precisa ser um momento crucial de exposição pública da instituição e de comunicação transparente com a comunidade interna e externa. Esse fazer pedagógico deve construir uma das ferramentas mais bem elaborada possíveis do processo avaliativo, capaz de servir, através da auto compreensão de valores, a capacidade das IFES planejarem um futuro melhor, tanto acadêmico quanto de relevância social e político.

Com isso o processo de auto avaliação proporciona o autoconhecimento, que em si já representa grande valor para a IES e se caracteriza como um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES. Assim também a finalização de cada fase da avaliação, a reflexão sobre o processo é necessária, visando a sua continuidade. Dessa forma, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços que se apresentaram durante o processo, permitirá planejar ações futuras.

Neste processo de construção e consolidação do projeto de avaliação de cada IES, a interação da Conaes/Inep com as CPAs será efetivada tendo em vista o acompanhamento e aperfeiçoamento do processo de avaliação.

Esse processo, para cumprir plenamente seus objetivos, precisa contar com o comprometimento dos dirigentes nas diversas instâncias, com uma equipe de coordenação (CPAs) que estabeleça as formas de efetiva participação da comunidade acadêmica. Como suporte aos atores da auto avaliação, a IES precisa disponibilizar dados e informações necessários à análise e interpretação das CPAs. Nesse fazer encontram-se mais uma responsabilidade da CPA fundamentada na legislação citada, que formaliza ainda mais a importância na atuação e no funcionamento desse órgão colegiado.

Portanto, a CPA é órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, é recomendável que, no processo de escolha dos seus membros, sejam consultados os agentes/segmentos participantes do processo. Tal se faz necessário, pois, sem o envolvimento da comunidade, a avaliação não cumprirá plenamente o seu ciclo participativo.

Tendo em vista o grau de autonomia atribuído pela Lei às instituições para a estruturação das CPAs, pressupõe-se a existência de diversificados modelos de organização e funcionamento de tais comissões, como sugere Peixoto (2009) e Silva e Gomes (2011) e Silva (2015).

Como destacado nas narrativas anteriores, a avaliação institucional é compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão.

Neste sentido, contribui para a formulação de caminhos para a transformação da Educação Superior, evidenciando seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente.

Nessa perspectiva, a avaliação institucional deve possibilitar a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia, que visam a consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da IES (BRASIL/CONAES (2004).

Em consequência, os resultados das avaliações previstas no SINAES, além de subsidiarem as ações internas e a (re)formulação do projeto de desenvolvimento de cada instituição, formarão a base para a implementação de políticas educacionais e de ações correspondentes no que se refere à regulação do sistema de Educação Superior.

No Art. 10. A auto avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo e será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Art. 11. O INEP, órgão responsável pela operacionalização da avaliação no âmbito do SINAES, disponibilizará, em meio eletrônico, orientações gerais elaboradas a partir de diretrizes estabelecidas pela CONAES, com os requisitos e os procedimentos mínimos para o processo de auto avaliação, entre os quais incluem-se obrigatoriamente aqueles previstos no art. 3º da Lei nº 10.861/2004. BRASIL, (2004).

As Comissões Próprias de Avaliação – CPAs, são responsáveis pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição – Auto avaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. As CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição, garantindo a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da

sociedade civil organizada. A prática da Auto avaliação como processo permanente será instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação na Instituição.

A avaliação, realizada anualmente, é de fundamental importância para o aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa na concepção da missão, dos objetivos e metas, visando à melhoria da qualidade do ensino oferecido. O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento tanto pessoal – dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo – quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e autoconsciência.

A princípio a Comissão Própria de Avaliação - CPA era entendida apenas com a finalidade de elaboração de um relatório para o MEC. No entanto, com o passar dos tempos, esta comissão foi ganhando representatividade junto à sociedade acadêmica. Conseqüentemente, o Corpo Diretivo das universidades, passou a enxergar a CPA com olhos de planejamento utilizando-o como uma ferramenta analítica de forma panorâmica avaliando a Instituição Sousa (2015).

A legislação do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Educação Superior) oficializa para todas as Instituições de Educação Superior (IES), os diversos instrumentos que a CPA deve utilizar para realizar suas avaliações tais como auto avaliação, avaliação externa, avaliação das condições de ensino, ENADE, CENSO e cadastro. Instrumentos esses que se iniciam pela auto avaliação que é conduzida pela CPA.

Segundo Cavaliere (2016) nesse fazer, a auto avaliação articula um estudo segundo o roteiro geral proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico institucional, cadastro e censo, segundo informações adquiridas no site do INEP.

Deve também conter todas as informações e demais elementos avaliativos constantes do roteiro comum às análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico que a IES pretende empreender, ou seja, transformar em resultados consistentes dentro da Instituição. Isto é possível em decorrência da identificação dos meios e recursos necessários para a realização de melhorias, assim como uma avaliação dos acertos e equívocos do próprio processo de avaliação.

Nesse sentido, os resultados obtidos com a avaliação são utilizados: pelas IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e o público em geral; e para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

Com isso, a CPA tem um papel de grande relevância no processo de avaliação das IES tanto com relação ao seu funcionamento, pois demonstra uma eficácia em sua atuação, mas sobretudo no atendimento aos aspectos sociais.

Este tópico merece destaque, uma vez que evidencia o aspecto participativo e democrático da CPA, no sentido em que a contribuição de diferentes atores do universo institucional ajuda a compor um panorama da organização, com vistas a perceber fragilidades, potencialidades, avanços, retrocessos, necessidades, expectativas, interesses e demandas da realidade institucional.

Contudo, pode-se ser salutar e necessário refletir de forma crítica também sobre os entraves enfrentados pelas IES para efetivação da atuação da CPA e consequente realização da auto avaliação. Segundo o que aponta Zainko (2008, p. 831), as dificuldades muitas vezes estão ancoradas “em problemas políticos e na escassez de pessoal familiarizado com a questão, insuficiência de discussões internas e nas dificuldades para a realização da auto avaliação”.

Para Lima (2019) a adesão dos estudantes, docentes e técnico-administrativos a esse processo é fundamental para construir um relato fiel e possibilitar reflexões sobre as fragilidades das instituições. No entanto, por vezes as universidades encontram dificuldades para sensibilizar as comunidades sobre a importância da auto avaliação, consequentemente não alcançam os níveis de participação almejados. Esses são pontos que devem ser considerados e encarados por gestores educacionais ao enfrentarem o desafio de fazer com que a CPA sirva de ponte para o diálogo entre a comunidade acadêmica e a gestão das instituições de ensino. Também vale notar que, muito embora a exigência para criação de uma Comissão Própria de Avaliação – CPA seja de caráter regulatório para as Instituições de Educação Superior – IES, sua função pode superar a mera coleta de dados e pesquisas junto à comunidade acadêmica. De fato, argumentamos que a CPA pode assumir um papel fundamental na construção do diálogo entre a direção da IES e a comunidade acadêmica.

Dessa forma entende-se a atuação da CPA na construção do processo dialógico entre a direção da IES e sua comunidade acadêmica. Se, para além do acompanhamento e/ou execução, a comunidade acadêmica pode contribuir com a elaboração dos objetivos do planejamento, tanto maior será a chance de se alcançar a satisfação destes, na medida em que percebem atendidas as suas demandas apontadas nas pesquisas promovidas pela CPA.

Entendendo a CPA como um canal de diálogo, Síveres (2016, p. 28) compreende “que o projeto educativo é essencialmente um processo dialogal, que se estabelece na relação entre sujeitos, que mediados pela realidade e pelos fenômenos, buscam articular o ser e o agir para promover uma educação humanizada e libertadora”.

Ao permitir e envolver a participação de diversos agentes do ambiente institucional, podemos considerar a CPA e o processo de auto avaliação conduzido por ela, como um caminho de construção do diálogo entre os diferentes atores sociais que constituem o corpo organizacional e os agentes externos a essa comunidade. O conceito de diálogo aqui entendido está ancorado ao que nos apresenta Síveres (*Idem*, p. 15-16):

[...] o diálogo não é apenas uma cadeia produtiva de informações, nem uma rede de comunicações e, nem tampouco, um sistema de tecnologias de comunicação. Mesmo contando com estas instrumentalidades, o diálogo é um princípio instituidor da existência humana, uma mediação para a construção do conhecimento e, portanto, uma possibilidade de contribuir com as finalidades do processo educativo.

Para (Dias Sobrinho, 1995, p56):

A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico. Não se trata de conhecer o estado da arte, mas também, de construir [...] reconhecer formas e a qualidade das relações na instituição, constituir as articulações, integrar as ações em malhas mais amplas de sentido, relacionar as estruturas internas aos sistemas alargados das comunidades acadêmicas e da sociedade.

Nessa perspectiva, percorrendo os caminhos aqui traçados é possível trazer para a modalidade de avaliação institucional a interpretação dos aspectos sociais da universidade, pois há um alargamento pelos componentes, bem como pela forma de atuar dentro da CPA. Aqui as restrições dos diversos setores da IES, nem pode e nem deve existir, assim como não basta que os membros tem conhecimento, se não souber colocá-los em prática de maneira macro e reconhedora de que o mesmo é objeto dos objetivos da avaliação dentro da instituição.

Ainda nesse eixo da concepção de avaliação institucional, é importante a clareza na construção de questões para a avaliação, dimensões e indicadores. Para Dias Sobrinho (2000), são necessários critérios claros para todos os agentes, produzidos a partir de debates democráticos e abertos a uma ampla participação, para que avaliação não perca seus objetivos, não se torne um exercício de manipulação de grupos ou um instrumento de deturpação da realidade que traz sérias consequências a vida universitária. Silva (2011) ressalta que no processo de avaliação institucional, na perspectiva democrático/emancipatória, os critérios, normas e metodologias devem ser construídos a partir de um amplo debate democrático e com grande participação da comunidade acadêmica.

Vale pontuar nesta realidade social trazida por Silva (2011) na avaliação institucional, as transformações e os usos. Afirma-se o caráter prospectivo da avaliação, de sua eficácia na produção da transformação; sendo seu uso um ato pedagógico, enfatizando o processo em detrimento dos produtos – busca da imagem de credibilidade.

Todo o processo da avaliação institucional deve ser realizadas democraticamente com os envolvidos para que seja respeitado os princípios contidos na legislação que rege a avaliação institucional na Educação Superior, bem como o papel social assumido pela universidade.

Por sua vez, Dias Sobrinho (2005) compreende que o conceito de avaliação institucional tem que estar na perspectiva participativa, isso porque ela é uma ação que ocorre em todos os setores da IES, é ampla e não se restringe aos resultados. Dessa forma, vejamos que o conhecimento dos membros a respeito do papel e função da avaliação institucional é extremamente importante e pode contribuir para melhoria da qualidade da educação na universidade, bem como se não possuir condições epistemológicas a respeito fica comprometida a redução das desigualdades sociais.

Neste sentido um terceiro aspecto social bem pertinente a ser discutido diz respeito ao perfil do sujeito, membro da CPA. A participação em espaços democráticos exige que seus representantes tenham compromisso, dedicação, conhecimentos específicos sobre legislações, documentos, entre outros.

Para Cardoso (2017), na maioria das vezes, essa composição acontece apenas como mero cumprimento das exigências burocráticas. Outro ponto destacado é que alguns

docentes integram a CPA somente com o interesse de complementar sua carga horária extraclasse exigida pela instituição. A participação é somente na teoria, na prática não há qualquer tipo de envolvimento desses representantes com os trabalhos realizados pela comissão. Percebe-se aqui com a inserção de membros com essa natureza a possibilidade do fracasso da avaliação institucional, bem como a fragilidade nas atividades desenvolvidas pelo órgão colegiado.

O representante da comunidade civil pode servir de ponte, entre a instituição e a comunidade externa, mas para isso é importante instituir o processo de conscientização desse público, sobre os trabalhos desenvolvidos na CPA e sua importância na comissão. Dentro contexto vale pontuar também a formação desse sujeito, o nível de comprometimento com as questões sociais, bem como as realidades necessárias a mudança para melhor dentro da universidade. A constituição dos agentes – sujeitos sociais – é marcada pela intencionalidade, racionalidade e por um processo contínuo de negociação priorizado pelo “consenso” (DIAS SOBRINHO, 2000), “negociação consensual” (RISTOFF, 2000).

Outras situações é que algumas pessoas participam por participar, e por isso, não assumem as atividades com responsabilidade e comprometimento causando prejuízos à comissão. Por isso exige da gestão institucional um olhar atento pautado não somente nos documentos que norteiam a instituição da CPA, mas também os componentes que dela farão parte (CARDOSO, 2017).

Neste sentido o quarto aspecto social que se discute a composição da CPA, no tocante a sua nomeação, os critérios adotados para os membros (descrito anteriormente), a representatividade e a composição da mesma com relação a realidade inicial e atual, nas Instituições de Educação Superior.

Por conseguinte, todas as instituições de Educação Superior, públicas ou privadas, têm obrigação de constituir CPA, responsável por coordenar os processos internos de avaliação e também prestar informações solicitadas pelo INEP. A CPA possui caráter autônomo e, em consonância com os princípios de uma gestão democrática, deve ter em sua composição participação de representantes, tanto da comunidade acadêmica, quanto da sociedade civil (BRASIL, 2004a).

No fazer da composição da CPA, as Instituições de Educação Superior ficam liberadas para elaborar a metodologia de trabalho, os procedimentos e os objetivos de seu processo de auto avaliação, desde que bem como os trabalhos desenvolvidos pela CPA deverão ser efetuados em três etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação.

Esta comissão é formada por representantes de diversos segmentos da universidade – docente, técnico-administrativo, discente – e da sociedade civil organizada. A realização das atividades propostas pelo SINAES para IES, no tocante a avaliação interna, não seria possível sem o papel exercido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

É importante destacar que a legislação que trata sobre esse sistema de avaliação não define de modo explícito a organização das CPAs. Portanto, a Portaria nº 2.051/2004, art. 7º, §2º, apenas especifica que a composição, o período do mandato dos membros, a dinâmica de funcionamento, a especificação de atribuições dessa comissão são objetos de regulamentação própria de cada instituição de Educação Superior, e que devem ser submetidos à aprovação do órgão colegiado máximo (BRASIL, 2004b). Desta maneira, os desafios, ainda são enormes para os membros que compõem a CPA.

Percebe-se dois elementos importantes no que diz respeito a composição da CPA nos trechos acima citado. O primeiro narra sobre o princípio da gestão democrática, o sujeito participante nas tomadas de decisões já no início da instituição da comissão, sujeito este contido de aspectos sociais, políticos, éticos e culturais diversos.

O segundo elemento apontado como desafio, é também uma expressão integrativa dos aspectos sociais dentro do aspecto composição da CPA, quando requer por parte da comunidade acadêmica, assim como da estrutura organizacional, uma gestão institucional aberta, uma visão macro dos membros da comissão para entender numa perspectiva ampla a avaliação institucional, fazendo com que tanto na composição, quanto no processo a CPA realize um trabalho numa perspectiva democrática, emancipatória e social.

Se uma das funções da CPA é desenvolver suas atividades numa perspectiva democrática, se faz importante pontuar dentro da formatação da comissão o não privilégio mesmo que se seja subjetivo, deve ser erradicado, pois se não fere os princípios da legislação.

Obedecendo às seguintes diretrizes:

Art. 11 [...] I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de Educação Superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de Educação Superior (BRASIL, 2004a).

Esse aspecto está diretamente ligado aos critérios adotados na escolha dos membros da CPA. É importante ressaltar que as legislações citadas definem os aspectos gerais e as diretrizes da política de avaliação, mas não discutem aspectos peculiares à atuação dessa comissão, tais como: seu funcionamento, composição, mandato dos seus membros. Tais disposições são objeto de regulamentação próprio de cada instituição de Educação Superior.

Por essa razão a visão estabelecida pela gestão institucional na composição da comissão passa também pela cultura existente na IES quanto a representatividade dos membros. Como destacam Bernardes e Rothen (2016) para que uma nova regra e/ou norma seja incorporada à cultura, é imprescindível a aceitação voluntária de todos. A proximidade da cultura de avaliação e da cultura institucional está no fato de que ambas são construções sociais, sendo que a primeira se estabelece a partir de práticas de auto avaliação institucional da IES. A representatividade implica diretamente nas atividades desenvolvidas pela CPA.

Na composição inicial da CPA se faz necessário destruir alguns conceitos que distancia da relação atual que o órgão colegiado deve ter com a comunidade. Como citam Bernardes e Rothen (2016) é a avaliação emancipatória/formativa, com a participação da comunidade, tornando-se ativa no processo de avaliação educacional, pois pode abrir brechas na avaliação regulatória e assegurar a saída do estado de ignorância e passividade para o estado de autonomia, de emancipação e de solidariedade entre os atores sociais na avaliação educacional.

O projeto de avaliação institucional requer o envolvimento e a participação da comunidade acadêmica, bem como o enfrentamento das necessidades estruturais e conjunturais, ou seja, as transformações que a universidade vivenciava e as transformações político-sociais que interferem diretamente na realidade institucional.

Dentre tantos aspectos sociais existentes no contexto da CPA, elencam-se alguns tais como : o Perfil dos membros da CPA (coordenador - sujeito da pesquisa); a Composição da CPA (pontuando os critérios de escolha dos membros e nomeação, a representatividade, e a composição inicial da comissão em relação à atual; Concepção de Avaliação Institucional (conceito, usos, possibilidade e limites da avaliação coordenada pela comissão); e a Relação da CPA com a comunidade acadêmica e a gestão institucional(acrescentando a relação da comissão com os avaliadores).

A Comissão Própria de Avaliação participa dos processos de avaliação externa (Institucional e de Cursos de Graduação), tanto para fornecer subsídios aos avaliadores quanto para apropriar-se dos resultados buscando melhorar seus processos internos.

A CPA e a auto avaliação institucional são exigências criadas pela Lei doSINAES, mas que, para além de suas funções legais e regulatórias, podem contribuir para o desenvolvimento de uma relação dialógica entre a comunidade acadêmica e a gestão da IFES. A CPA contribui para o estabelecimento de diálogo, na perspectiva que nos aponta Síveres (2006) e Buber (2016), entre a direção da IFES e sua comunidade acadêmica, sendo relevante sua atuação para a construção e efetivação de uma cultura de avaliação participativa, reflexiva, formativa e emancipatória.

Para Matuichuk e Silva (2013), a avaliação institucional no Brasil é dividida em duas modalidades: a auto avaliação, coordenada pela CPA, e a avaliação externa, realizada por avaliadores do INEP. A auto avaliação é considerada uma etapa fundamental na avaliação institucional, pois permite que seja feito um diagnóstico real da situação da IES, proporcionando à gestão universitária informações valiosas para o planejamento e tomada de decisão.

Assim também, esse diálogo é construído entre os pares envolvidos na organização de todo o fazer da avaliação institucional, desde os autores operacionais contribuintes dessa atividade pedagógica que são os membros da comissão, até os avaliadores.

Neste fazer pedagógico, a avaliação interna precede a externa, pois além de subsidiar os avaliadores do INEP com informações precisas, permite que a instituição busque sanar seus problemas sem depender de uma indicação externa para isso. Neste sentido, Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006) afirmam ainda que a avaliação

interna visa criar a prática de avaliação e reflexão nas IES, não tendo como objetivo principal atender a avaliação externa.

Temos como princípio e prática a importância da valorização da função social de cada segmento que compõe a universidade, como servidores técnicos, servidores docentes, estudantes e comunidade do entorno, em relação dialética com o cotidiano universitário. A CPA deve ouvir e representar igualmente essas vozes, contribuindo assim com a missão institucional de desenvolver na sociedade a função social da universidade.

Neste contexto dos aspectos sociais percebe-se que a avaliação institucional há de ser um processo metodológico construído coletivamente com os pares, integrando socialmente de maneira processual, sistemática, com enfoque global ou holístico, reflexivo, compreensivo que facilite e ajude a melhorar a qualidade de ensino da instituição numa perspectiva de incluir as realidades locais para reduzir as desigualdades sociais.

Por fim, é extremamente importante a democracia. A princípio, dentre os fazeres da comissão e de seus membros, tais como: diálogo, comunicação, organização, conhecimento compartilhado, cultura de planejamento democrático e participativo tanto na construção, quanto na tomada de decisões para um diálogo e atuação inclusivo, único e fundamentado. Bem como, para o desdobramento e procedimento dessa comissão com os avaliadores, desde a receptividade dos membros da CPA para os componentes do INEP, passando pelo contato físico, fornecimento de informações até o cumprimento de prazos e entrega de documentos institucionais.

Este aspecto que pode ser considerado tanto social, pelo contato dialógico e físico de autores das mais diversas esferas sociais, na comissão interna e da comunidade acadêmica, no sentido da existência de características políticas, religiosas, culturais diferentes.

Como também de funcionamento com relação a atuação dessa comissão para o desempenho de seu papel enquanto órgão colegiado dentro das IFES, se torna um dos aspectos composto de um valor muito forte na constituição de uma relação da comissão (estudante, curso, e universidade) para com o INEP, com o desdobramento da proximidade de instrumento em buscar e oferecer uma qualidade de Educação Superior para a comunidade acadêmica.

2.3 O FUNCIONAMENTO DA CPA NO DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO SINAES

Para entender como funciona a CPA no âmbito das IES, faz-se necessário conhecer a legislação que rege a Avaliação Institucional, bem como o papel da comissão no contexto de sua atuação. Desde o processo de avaliação interna – a metodologia. O processo de participação e decisão; os elementos da cultura organizacional; assim como as experiências vivenciadas ao longo do percurso pela CPA, sendo esses, aspectos de relevância para compreender o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação nas Instituições de Educação Superior.

Para Cardoso (2017), as Comissões Próprias de Avaliação desempenham um papel importante tanto no âmbito da política do SINAES, quanto no contexto educacional. Assim a mesma é um espaço democrático que garante a participação da comunidade acadêmica nas decisões políticas que permeiam as instituições educacionais.

Existem algumas características comuns à maioria das comissões, como é explicado por Chiavenato (2003). Primeiramente, elas não se constituem como órgão na estrutura organizacional, isso porque, os órgãos são permanentes, têm um objetivo específico, uma posição definida dentro da estrutura organizacional, possuem seu próprio pessoal e trabalham ininterruptamente durante todo o período de funcionamento da instituição. Ou seja, a mesma desenvolve suas atividades tendo como objeto de trabalho as realidades da instituição, porém não trabalha para a universidade.

Um dos recortes a ser discutido com relação ao funcionamento da CPA, começa pela legislação onde no Art. 11, parágrafo II, da Lei 10.861/04, afirma-se que a CPA é autônoma em relação a conselhos e órgãos colegiados existentes na IES. Esse aspecto é reforçado no Art. 7º no § 1º da Portaria do MEC 2.051/04. Entretanto, esta legislação confere à IES, o estabelecimento da regulamentação própria da CPA, condicionado ao princípio que assegura a composição equilibrada dos segmentos da comunidade acadêmica. Sendo este um dos fazeres da comissão para exercer seu funcionamento na IES.

O primeiro aspecto a ser discutido diz respeito ao processo metodológico da avaliação. Corroborando com a temática, Silva(2011) diz que o campo da avaliação da

Educação Superior encerra uma série de conflitos e tensões quando se trata da questão conceitual e metodológica. Com isso as experiências e os embates teóricos têm distorcido a prática da auto avaliação, baseada no paradigma democrático/emancipatório, no funcionamento das instituições, levando a utilização de pressupostos teórico-metodológicos que concentram esforços na mensuração dos impactos quantitativos, nas ações imediatas que oferecem raras contribuições para apreciar os resultados e ações institucionais.

Dessa forma enxerga-se a metodologia adotada pela CPA na construção da auto avaliação ainda conceitual o que fragiliza e descaracteriza a real função da avaliação institucional em muitos casos. Um caminho que ainda é percorrido por algumas CPAs/IES.

Entre os principais riscos nesta fase destaca-se a possibilidade de se desenhar o “formalismo” e “diletantismo”. O primeiro associado aos ganhos de operacionalidade; enquanto o segundo, ao desprezo da aquisição de conhecimentos especializados e a criatividade.

Neste contexto de funcionamento um aspecto que marca a avaliação institucional na universidade é a articulação e integração da avaliação interna, a avaliação externa e a re-avaliação. Para Silva (2011) É fundamental para a formação de um processo de avaliação institucional a interdependência entre estes instrumentos de avaliação.

Segundo Dias Sobrinho dependendo das situações e das “formas de organização”, o processo interno ocorrerá como uma vez que

[...] os sujeitos pertencem à mesma realidade que está sendo avaliada, às vezes com duplo estatuto de avaliadores e avaliados. Dependendo das circunstâncias e das formas de organização, o processo interno se dá como auto avaliação, quando os avaliadores não são só sujeitos mas também parte do objeto, ou como heteroavaliação, no sentido de que especialistas da instituição são constituídos sujeitos de ações que tenham por finalidade e ampliação de conhecimentos e sobretudo a valoração do objeto de análise (2000, p. 128).

Nessa perspectiva a avaliação externa é a continuação deste processo, articulando a avaliação à regulação estatal. Neste caso, entender a avaliação externa é algo muito mais complexo do que se apresenta.

Já a reavaliação busca realizar uma reflexão sobre o processo de avaliação tanto interna quanto externa. Esse processo ocorre quando os próprios atores da instituição confrontam a auto avaliação com a avaliação externa na realidade. Sendo assim pode-se afirmar que nenhum processo avaliativo baseado na perspectiva formativa possa ser realizado de maneira isolada. Bem como em si tratando da realidade social da universidade não se pode deixar de tratar de uma das marcas mais importantes da avaliação institucional, as transformações e os usos.

Para esse cotidiano e funcionamento, a CPA deve se organizar vivenciando, utilizando e respeitando as etapas de trabalho. Começando pela “preparação”, que consiste no processo de constituição da CPA, planejamento dos trabalhos e sensibilização interna. Aqui a CPA prepara o projeto e/ou plano de auto avaliação, definindo finalidades, objetivos, metodologia, táticas e recursos necessários e apresenta cronograma de ações a serem desenvolvidas, assim também se buscam o envolvimento da comunidade acadêmica, através de seminários, reuniões e outras formas no processo avaliativo para elaboração da proposta.

Na etapa de “desenvolvimento” realiza implementação dos procedimentos de elaboração dos instrumentos de avaliação, a coleta e análise das informações, conforme definidos nos Projeto de Avaliação SINAES, em consonância com as propostas contidas no documento Orientações Gerais; elaboram-se os relatórios parciais relativos às diferentes etapas de auto avaliação e avaliação externa; integra com os demais instrumentos de avaliação do SINAES; detalha a avaliação externa, em sintonia com as orientações da CONAES; constrói-se os relatórios parciais ou finais da avaliação interna e externa; e revisa o Projeto de Avaliação SINAES da IES e replaneja as atividades para a continuidade do processo de avaliação SINAES.

Por fim, o processo de “consolidação” da avaliação interna, onde os resultados das atividades realizadas ganham solidez com a preparação de relatório e divulgação, criando um espaço para o processo crítico da auto avaliação. Aqui acontecem as articulações com os outros instrumentos avaliativos do SINAES, bem como se promoveo debate em torno dos resultados, subsidiando o processo de avaliação externa, a comunidade acadêmica e a sociedade, sugerindo ações que visem à melhoria institucional.

Esse contexto é extremamente importante para definir o funcionamento da CPA, uma vez que são expostos de maneira pedagógica a atuação do órgão colegiado na apresentação do processo e metodologia adotado para a avaliação interna, como é definido o projeto e plano de avaliação, como são vivenciadas as etapas de trabalho, bem como os instrumentos utilizados e a forma de coletar os dados, de análise, bem como de divulgação dos mesmos. Pode-se considerar então uma nova etapa existente no funcionamento da CPA.

O processo de participação e decisão é um aspecto de funcionamento da CPA muito valioso para a discussão. No que concerne o envolvimento dos membros na avaliação interna, vale pontuar que não basta apenas a representatividade se não houver autonomia na coordenação da avaliação interna para incorporar os diagnósticos da avaliação interna no planejamento da instituição, assim como na participação ativa na submissão dos relatórios/diagnósticos ao INEP, para a articulação com os avaliadores de cursos e instituição. Caso contrário, estará agindo para cumprir apenas uma exigência burocrática e formal. Silva (2011) procurando muito mais ganhos de operacionalidade em detrimento da autonomia e da capacidade de transformação.

Assim, para Silva (2011) a ênfase na operacionalidade dos trabalhos dados pelas CPAs revela outro aspecto bastante interessante a fragilização dos contornos da representatividade prescritos na legislação do SINAES e nos próprios regimentos das universidades comprometendo a constituição dos agentes no processo.

A prática para evitar esse funcionamento contrário parte das escolhas dos membros. “A constituição dos agentes da avaliação está estreitamente ligada às condições de produção de vida institucional e das relações de força em cada universidade” (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 119). Se essa concepção for adiante há um equívoco direcionando a política avaliativa atual a assumir para si apenas o aspecto regulatório da avaliação em detrimento do elemento formativo, delegado as próprias IES.

Silva (2015) cita, quando se associa a preferência da composição da CPA pelo processo de indicação com a promoção de valores democráticos do SINAES delineada no Art. 1º, § 1º; observa-se o desenvolvimento nas IES de um filtro importante que define ‘quem’, ou seja, quais sujeitos da comunidade acadêmica poderão participar da avaliação interna da IFES. Há um cuidado no sentido de si ter um controle, ou melhor, certo grau de proximidade com esses representantes da comunidade acadêmica.

Contudo, deve-se ressaltar que no processo de avaliação institucional, na perspectiva democrático/emancipatória, os critérios, normas e metodologias devem ser construídos a partir de um amplo debate democrático e com participação da comunidade acadêmica, pois conforme Dias Sobrinho

critérios claros para todos os agentes, produzidos a partir de debates democráticos e abertos a uma ampla participação, são importantes para que a avaliação não se perca de seus objetivos, não se torne um exercício de manipulação de grupos ou um instrumento de deturpação da realidade, que traz séria consequência à vida universitária. (2000, p. 126).

Esse fazer requer um cuidado todo especial na composição da CPA, pois desdobra ao longo do percurso o funcionamento do órgão colegiado e porque não, define os fundamentos de atuação da mesma frente as atividades desenvolvidas e o retorno visto pela comunidade acadêmica.

O vínculo é um fator delimitador do alcance dos avaliadores internos. Na evolução histórica do campo da avaliação, este vínculo é um dos elementos que mais impactam o desenvolvimento das práticas avaliativas. Sobretudo, na modalidade básica de avaliação interna; pois, os avaliadores têm que atentar tanto para a gestão quanto para a comunidade no desenvolvimento da avaliação.

Esse aspecto parece ser a espinha dorsal do vínculo da CPA na Instituição, a operacionalização da elaboração dos instrumentos e da coleta de dados e a origem destes na avaliação interna, que parte dos recortes citados anteriormente. Neste contexto um fator importante deve ser mencionado no processo avaliativo que é a constituição do objeto e dos objetivos onde os mesmos não pode ser na perspectiva técnica/instrumental e sim de maneira pedagógica, democrática e fundamentada.

A respeito disso:

A participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalização, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando à efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos (Luck, 2006, p. 30).

Sendo assim o funcionamento da CPA deve acontecer numa perspectiva de articulação entre os pares, desde o contexto da composição do órgão colegiado, passando pela participação institucional numa perspectiva macro, mas sobretudo a articulação da avaliação interna com a avaliação externa como estabelecido no SINAES.

No contexto da avaliação institucional um aspecto que influencia muito no funcionamento da CPA, diz respeito aos elementos da cultura organizacional. Partindo da existência de certas limitações, como o caso da mobilização da sociedade, da criação ou reformulação de indicadores institucionais, da gestão das universidades.

Esses aspectos acenam para certas limitações no impacto do trabalho desempenhado pela CPA na auto avaliação, restringindo os resultados, as transformações e os usos da avaliação institucional nas IES. E corroboram para a fragilização da instalação da cultura da auto avaliação, um dos “vícios” do SINAES, como ressalta Zainko (2008), retirando o caráter prospectivo da avaliação e de sua eficácia na produção da transformação alienando seu processo pedagógico, desqualificando o caráter social e participativo desse processo.

Neste contexto, o clima e a cultura organizacional são conceitos importantes que possibilitam compreender o comportamento compartilhado pelos indivíduos e suas ações para concretização dos objetivos organizacionais. Chiavenato (2003) elucida que a cultura organizacional representa os valores, as tradições, as crenças, as normas informais, as interações e os relacionamentos sociais compartilhados por seus participantes, específicos de cada instituição. Dessa forma é demonstrado a concepção de trabalho da universidade assim como o cotidiano da CPA, assim como o público na qual está inserida definindo a maneira de como desenvolver suas atividades.

Também nesse fazer, um elemento da cultura organizacional diz respeito as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). As TICs são empregadas nas organizações para melhorarem o desempenho das atividades, tornar os processos mais eficientes e facilitar a prática do trabalho. As mesmas são extremamente importantes para a sistematização das atividades, bem como alinhamento, comunicação e institucionalização da CPA.

Para Cardoso (2017) as TICs podem subsidiar a CPA no desenvolvimento de atividades como: estabelecer a comunicação entre seus membros; realizar comunicação com comunidade e gestão; apoio em informações sobre a instituição; mobilização e

divulgação de resultados; colaborar na elaboração, aplicação e análise dos instrumentos de coleta de dados; elaboração de relatórios; dentre outras. Desenvolvendo de maneira informatizada as propostas do colegiado.

Outro elemento é o espaço físico que aparece como um dos elementos “simbólicos” da cultura organizacional que atribui significados e identidade à comissão por estar relacionadas à forma como a comunidade a percebe (CHIAVENATO, 2010; FLEURY, 1987). Os estereótipos concretos visíveis aos olhos da comunidade acadêmica, dando credibilidade ou não o fazer da comissão, quando por exemplo tem um espaço disponível e organizado para os membros institucionalizarem as atividades.

As Comissões Próprias de Avaliação que buscam conduzir e sistematizar auto avaliação na perspectiva emancipatória têm um grande desafio, que é estabelecer a cultura de avaliação na realidade institucional diante do controle e da regulação do Estado. Lima (2008) posiciona-se de maneira semelhante à Retz (2007) quanto à ausência da cultura de participação na avaliação institucional. Afirma que a comunidade acadêmica tem que aprender a participar para construir um ambiente de diálogo e de negociação.

Rios e Souza (2011) afirmam que antes de construir a cultura de avaliação, é oportuno vencer a cultura do medo em relação à avaliação punitiva. Dessa forma a cultura da avaliação requer dos participantes respeito, responsabilidade demonstrando assim um significado, bem como os mesmos tendem a conhecer melhor a função da avaliação. Nessa interação, os entraves vão se superando, os aspectos favoráveis aparecem, além de criar expectativas positivas nos envolvidos dentro dessa estrutura organizacional.

Para Bernardes e Rothen (2016) Esta perspectiva requer um tempo maior para que os atores sociais envolvidos possam refletir sobre os resultados da avaliação e, assim, serem conduzidos à participação, ao diálogo e à negociação, para enfim realizar a tomada de decisão. Assim também, a cultura de avaliação propicia para a gestão institucional a melhoria da avaliação interna, bem como o uso dos resultados da avaliação externa como um indicador dos pontos fortes e fracos da IES.

Portanto, os resultados da avaliação podem ser analisados relativamente aos seus impactos, nomeadamente de explícita e aparente contribuição com a dinâmica institucional, tais como, melhoria no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Projeto Pedagógico de Curso, nas Diretrizes Internas da Instituição, no Plano de Gestão, no Ensino, Pesquisa e Extensão, entre outros. Estando assim "preparada" para o convite de

visita *in loco* das instancias maiores responsáveis pela avaliação institucional no Educação Superior na IES.

Por fim, o último aspecto a ser discutido no tocante ao funcionamento da CPA, diz respeito as experiências vivenciadas nas IFES -Instituições Federais de Educação Superior. O primeiro aspecto neste contexto aborda o comportamento do órgão colegiado assim como da Instituição para com avaliação institucional que busca a qualidade dela numa perspectiva verticalizada, desvinculando-se da esfera da comunidade acadêmica para a esfera dos quadros burocráticos do governo. Ou seja, para alcançar a meta estipulada pelo entes federativos do que a demanda real e peculiar existente e apresentada pela comunidade acadêmica.

Outro experiência vivida neste contexto é com relação a perspectiva histórica da construção das políticas de avaliação na Educação Superior, o perfil da instituição e da comunidade acadêmica das IFES e as agências centrais do SINAES (CONAES, INEP), a dinâmica das relações no âmbito das CPAs, as características das políticas institucionais e o contexto sócio institucional. Assim também o vínculo estabelecido com o MEC e as práticas de gestão colegiada. São tensões importantes para o funcionamento da CPA.

Uma experiência bem presente no funcionamento é que o processo de formação da CPA esbarra em “problemas políticos” e na “insuficiência de discussões internas” mais intensas e constantes na construção do desenho delineado no processo de regulamentação própria conferida às IFES pela legislação.

Esse fazer, tende para o desvio no processo constituição dos agentes por parte das CPAs, referentes aos princípios e pressupostos teórico metodológicos do SINAES, direcionando a política avaliativa atual a assumir para si apenas o aspecto regulatório da avaliação em detrimento do elemento formativo, delegado as próprias IES/ IFES.

Bem como uma desarticulação em ambos os polos do processo, tanto ao nível do interior da IFES, quanto ao nível do SINAES; a precariedade da articulação entre a Avaliação Interna e a Avaliação Externa, já que o estabelecido na legislação do SINAES não vem ocorrendo; como também níveis distintos na capacidade de articulação em torno da mobilização, sensibilização da comunidade acadêmica.

No que concerne os documentos institucionais, sobretudo a Lei Nº 10.861/2004 que orientam para o desenvolvimento do funcionamento da CPA na IFES, percebe-se :

distintos objetivos da avaliação institucional tanto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quanto no Projeto de auto avaliação, pois acompanhar e avaliar as metas do PDI, conceber e implantar a avaliação integrada ao SINAES, consolidar os resultados das avaliações externas e divulgá-los na comunidade acadêmica, permite desenvolver ações para o fortalecimento da cultura de avaliação institucional.

Outra tendência entendida neste contexto, a avaliação caracteriza-se como instrumento da gestão associando o objetivo da avaliação a ideia de desempenho. Por fim, caracteriza-se o processo de auto avaliação com os requisitos da transparência e da participação sobre o que a Instituição realizar, avaliando sua missão, objetivos e ações institucionais, para identificar fragilidades e acertos.

Apresentou-se até aqui, alguns elementos, experiências anteriores e atuais, sobretudo aspectos de funcionamento da CPA , como ponto de partida da nossa pesquisa, em compreender como atua o órgão colegiado citado, no que concerne as avaliações institucionais no âmbito do SINAES nas Instituições de Educação Superior.

2.3.1 Cultura Organizacional da CPA nas IFES

Antes de iniciar especificamente os conteúdos deste seção, é importante frisar este elo indissociável que deve existir entre Avaliação Institucional, CPA- Comissão Própria de Avaliação, e Cultura Organizacional, no contexto das IFES. No entanto, é necessário pontuar que a área que mais estuda a Política de Avaliação na Educação Superior é o campo das Ciências Humanas, como o intuito deste texto está em dialogar com as IFES sob o olhar do campo da avaliação institucional no SINAES, sobretudo da atuação das CPAs enquanto aspectos sociais e funcionamento e especificamente a Cultura Organizacional, tendo nos mesmos o necessário para enxergar como esse faze pedagógico acontece no contexto das universidades.

A avaliação assumiu grande importância no papel de regular, justificar, avaliar ou desacreditar programas e políticas públicas no campo da educação. As mudanças históricas, sociais e acadêmicas que sucederam entre o século XIX e XX contribuíram para que a avaliação rompesse com a tradição dos “exames” e ganhasse um caráter “sistemático e orgânico”, transformando-se em um dos elementos centrais da educação contemporânea. Ademais, as influências da psicologia, sociologia, economia e pedagogia

contribuíram para que os seus limites ultrapassassem o ambiente de salas de aulas e que fossem estendidas aos programas e políticas educacionais (SILVA, 2015).

O rompimento da cultura implantada durante muito tempo com os modelos de gestão, administração, organização institucional, visto no capítulo anterior, desde as concepções das teorias científicas, classistas, estruturalistas, burocráticas, tecnocráticas, passando pela teoria das relações humanas e chegando até as relações comportamentais, bem como as novas abordagens, permitiu mostrar as duas faces e enxergar como ambas acontecem no processo, de um lado restrito ao espaço interno e do outro ultrapassou as paredes da instituição chegando aos planos contidos de políticas voltada para a avaliação institucional começando pela atuação de uma gestão compartilhada regida por várias áreas do conhecimento.

Com isso, para discutir o processo de organização, a dinâmica de atuação e o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação, faz-se necessário citar o modelo de gestão criado por Malmegrim (2010) – o Ciclo PEAC (Planejamento, Execução, Avaliação e Controle), muito utilizado nas IES pelas CPAs. Esse modelo é resultante de uma adaptação do ciclo de gestão de Walter Shewhart e do processo administrativo desenvolvido na Teoria Neoclássica.

Essas funções estão inter-relacionadas de forma dinâmica, cíclica e interativa. É importante mencionar que o processo administrativo desenvolvido na Teoria Neoclássica se consolidou como um dos princípios da Administração universalmente aceitos, porém, vem sendo adotado em um viés menos prescritivo e normativo que o torna menos rígido e invariável (CHIAVENATO, 2003).

Nesse contexto entende-se a existência da Teoria Neoclássica com uma "nova roupagem" na prática, diferenciando o menos burocrático com mais democrático. Observa-se também a correlação estabelecida para adaptar os princípios definidos pela administração no contexto da gestão pública.

Para Malmegrim (2013), os modelos propositivos de gestão e administração têm perspectivas distintas, mas como o foco é orientado para o modelo PEAC é preciso destacar dois aspectos: a função organização é tanto participante do planejamento (definir métodos) como da execução (educar e treinar); já a função controle é tanto participante da avaliação (checar metas x resultados) como do controle propriamente dito.

Nessa interação o sujeito participante está presente nos quatro eixos, sendo autor e protagonista das propostas elencadas para a cultura organizacional na instituição. Os objetivos são traçados desde o nível global até o operacional, e se desdobram em políticas, diretrizes, metas, programas, procedimentos, métodos e normas. A que é definido o planejamento de três maneira: o estratégico, o tático e o operacional.

Para Chiavenato (2003), o planejamento inicia-se com a definição (reconhecimento) da missão, formulação dos objetivos e dos planos necessários para atingi-los da melhor maneira possível. Para tanto esse fazer é um dos princípios dentro da cultura organizacional sobretudo na gestão pública.

Desse modo, apoia-se nessa propositiva para compreender melhor os conhecimentos de natureza técnica e instrumental, bem como, as dimensões, política e social, no âmbito do funcionamento operacional da CPA.

Segundo Cardoso (2017), essas etapas estão correlacionadas dentro do ciclo da política nacional de avaliação da Educação Superior, contemplando no nível estratégico: a política pública de avaliação – o SINAES; no tático, os planos e programas sob responsabilidade do MEC, do INEP e das IES; e no operacional, a gestão da Comissão Própria de Avaliação e das comissões de avaliação externa. Claro que para esquematizar esse ciclo de forma mais completa, seriam necessários descrever outros elementos.

No que concerne as comissões, a ênfase na estrutura organizacional auxilia no entendimento sobre as comissões dentro das instituições. A CPA – órgão autônomo responsável por conduzir os processos da avaliação internos da instituição, sistematizar e prestar informações ao INEP, nos termos da Lei nº 10.861/2004 – pode ser caracterizada como uma comissão que realiza estudos sobre a organização de ensino da qual faz parte, através da coleta de informações e, posteriormente, faz recomendações à gestão no sentido de promover melhorias na qualidade da educação.

Para Cardoso (2017), os resultados advindos do processo de avaliação auxiliam a gestão no processo de tomada de decisões. Nessa perspectiva essa comissão pode ser caracterizada por sua natureza consultiva, deliberativa e normativa no âmbito da avaliação e que, também exerce o papel de assessoria da gestão, mas em uma atuação independente, sem qualquer relação de hierarquia estabelecida entre elas.

Segundo Chiavenato (2003) as comissões surgem de uma necessidade da instituição, e como representam um público específico, devem envolver todas as opiniões, pontos de vistas e abordagens desses interessados. Portanto, essa concepção se adequa bem à CPA, que emerge como uma das modalidades de avaliação do SINAES responsável pela supervisão e coordenação do processo de avaliação das instituições de Educação Superior.

Para Cardoso (2017), as Comissões Próprias de Avaliação desempenham um papel importante tanto no âmbito da política do SINAES, quanto no contexto educacional. Assim a mesma é um espaço democrático que garante a participação da comunidade acadêmica nas decisões políticas que permeiam as instituições educacionais. Para compreender a forma como essas instâncias democráticas estão organizadas, utiliza-se os conceitos de organização em redes, compreendidas por Cohen (in GALBRAITH; LAWLER III, 1995, p. 172) como “interações ou relacionamentos entre colaboradores interdependentes que cooperam para o alcance de um objetivo”.

Também as Tecnologias da Informação (TI) são empregadas nas organizações para melhorarem o desempenho das atividades, tornar os processos mais eficientes e facilitar a prática do trabalho segundo Alter (1992). Essas ferramentas ajudam na sistematização da PEAC (planejamento, execução, avaliação e controle) citado no início do texto.

Laudon e Laudon (2001) definem Sistema de Informação como um conjunto de componentes inter-relacionados, trabalhando juntos para coletar, recuperar, processar, armazenar e distribuir informação, a fim de auxiliar os processos decisórios de indivíduos, de grupos e de organizações. Portanto a TI e os sistemas de informações podem subsidiar a CPA no desenvolvimento de atividades como um todo.

No que tange teoria e o funcionamento da avaliação realizada pela CPA, a mesma assumiu ao longo dos últimos cinquenta anos grande importância no seu papel dentro da educação, dialogando com outras áreas do conhecimento.

Para Cardoso (2017), dentre os papéis assumido pela avaliação, a autora destaca quatro concepções: a primeira concepção de avaliação centrada no princípio da “mensuração” da aprendizagem e das aptidões humanas através de testes e exames responsáveis por verificar e quantificar o conhecimento; a segunda ,onde a avaliação sendo um caráter descritivo orientado para os objetivos educacionais como parâmetros

que permitem acompanhar a eficiência, a eficácia e o rendimento da escola, o que representa os primeiros passos rumo aos mecanismos de accountability²², necessários para exercício do controle social; a terceira, de que a avaliação se ampara na concepção “juízo de valor” proposta para superar fragilidades das práticas avaliativas que a antecederam; e pôr fim a quarta concepção, onde avaliação amparada na negociação, já se constitui a partir da ruptura com as práticas baseadas no paradigma racionalista ou positivista.

Nesse contexto, entende-se a importância da promoção dos valores democráticos e da participação dos grupos de interesse nos processos avaliativos; e a concessão de poder que permite ao avaliador, aos grupos de interesse e à gestão tomarem decisões de modo compartilhado. Também, os interessados passaram a ter o direito de avaliar e não apenas serem avaliados e terem acesso aos diagnósticos da avaliação.

De acordo com Silva (2015) a associação e embates entre essas concepções desvelam tensões na delimitação conceitual, dos paradigmas, das práticas e das políticas de avaliação. Com base na fala do autor, essas semelhanças e ao mesmo tempo entraves dentre as concepções de avaliação, causam de certa forma um conflito na definição do papel da avaliação, assim como da sua finalidade no contexto organizacional, levando as CPAs a entender a avaliação numa perspectiva diferenciada, desviando dos aspectos sociais e de funcionamento em sua atuação.

Daí o cuidado dos participantes (membros) da CPA com a avaliação exercida pelo órgão colegiado nas suas etapas: no diagnóstico, na elaboração, e na coleta e análise dados. Além disso, Casanova (1995) classifica a avaliação por: intenção, alcance, origem dos avaliadores, agentes e o tipo. Nesse sentido a subjetividade deve passar longe aos olhos dos envolvidos, pois um dos princípios é não ter caráter punitivo e nem de promoção.

A origem dos avaliadores pode ser interna ou externa. Na avaliação das instituições de Educação Superior esses avaliadores são definidos pelo AVALIES, sendo que as modalidades, internas e externas, “[...] são complementares e devem ser aplicadas concomitantemente” (SILVA, 2015, p. 60). Nota-se nesse fazer a apresentação das realidades existentes na instituição.

Segundo Cardoso (2017), a avaliação vem sendo inserida de modo abrangente no campo da educação, rompendo com os limites das salas de aulas e alcançando outras

modalidades avaliativas voltadas para o ensino-aprendizagem, sistemas educacionais, avaliação institucional. Sendo esta a razão da qual permeia a pesquisa na atuação da CPA em seus aspectos sociais e de funcionamento a luz da modalidade da Avaliação Institucional no Contexto do SINAES.

Segundo Silva (2015), o objetivo fundamental da avaliação volta-se no provimento de informações para a ação, colaborando para a racionalização da tomada de decisão educacional. Esse fazer são os dois eixos principais da avaliação que é buscar informações dos aspectos existentes na instituição e buscar meios para resolver as inconsistências numa perspectiva dialógica com a comissão.

Para analisar as concepções teóricas e práticas no campo da avaliação institucional no contexto do SINAES, Cardoso (2017) aponta três modelos de avaliação que seguem o paradigma naturalista, desenvolvido por: Robert Stake (Responsivo), Barry MacDonald (Democrático) e Egon Guba e Yvona Lincoln (Quarta Geração). Esses modelos responsivos proposto por Robert Stake a ênfase é direcionada aos processos e às ações que ocorrem no ambiente do sujeito-objeto. Nesse modelo, o interesse maior é com os fatos que estão acontecendo – as ações reais – e não com os objetivos que foram descritos inicialmente.

É o que acontece na avaliação institucional, um dos elementos centrais do SINAES, que fundamentado nos princípios da participação e da promoção dos valores democráticos, contempla como sujeitos da avaliação os professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa (BRASIL, 2003). O modelo de avaliação democrática de MacDonald contribuiu decisivamente na experiência com a formulação e implementação de políticas e práticas. E por fim, o modelo de avaliação de Guba e Lincoln (2011) alinha o enfoque responsivo com a metodologia construtivista

A partir desses modelos entende-se que é nessa perspectiva da avaliação institucional, na modalidade interna, que tem a CPA como avaliador, o cliente é a própria instituição de ensino, representada no papel de seus gestores. No modelo de avaliação interna, a instituição de Educação Superior é responsável por disponibilizar os recursos necessários para que a CPA possa realizar as atividades planejadas, inclusive a prover a formação.

A CPA pode buscar apoio de assessores externos, mas estes não podem substituir os atores institucionais. Outro ponto que merece atenção do avaliador são os ajustes

logísticos necessários na execução do projeto (avaliação), como todo, e nas fases de encerramento e conclusão. Além disso, para obter sucesso na avaliação, o avaliador precisa conhecer os fatores sociais, políticos e culturais que estão imersos no contexto da avaliação e que podem ser essenciais para alcance de resultados positivos.

No contexto o fluxo da avaliação é descrito em uma sequência linear, contudo, na prática não existe a obrigatoriedade de seguir essas etapas de modo rígido, como fica claro por Guba e Lincoln (2011). Para tanto é definido quatro etapas: A primeira etapa diz respeito à formalização do contrato que compreende; A segunda etapa refere-se à organização da avaliação; A terceira etapa do fluxo do modelo de quarta geração é a identificação dos grupos de interesses (stakeholders) que representam aquelas pessoas que, direta ou indiretamente, são afetadas pela avaliação; e a quarta etapa do fluxo consiste na elaboração de construções conjuntas dentro do grupo de interesses utilizando o método círculo hermenêutico-dialético.

Assim, a quinta etapa refere-se ao teste e ampliação das construções conjuntas e tem como objetivo introduzir, de maneira sistemática, informações que podem dar um novo significado e melhorar os esclarecimentos das construções e RPQs divergentes obtidas junto aos participantes, das quais, não se obteve consenso; Na sexta etapa do fluxo, trata-se da seleção das reivindicações, preocupações e questões resolvidas; A sétima etapa considera a priorização das RPQs não resolvidas; A oitava etapa corresponde à coleta de informações e aumento do nível de esclarecimento; Na nona fase, o avaliador prepara uma agenda de negociação entre os grupos de interesse; e a décima etapa elucida sobre a negociação que deve ser conduzida de preferência, através do método do círculo hermenêutico-dialético. Ambas estão no contexto das etapas de preparação para a avaliação institucional, assim como do funcionamento da CPA.

Para Cardoso (2017), a política da avaliação – SINAES – se constituiu a partir da junção de diferentes modelos de avaliação, que enfatizavam valores democráticos, incorporando a dimensão ética e política, em um modelo contemporâneo que reúne a avaliação externa e interna, concretizada com base na perspectiva da negociação.

Dessa forma acontece o funcionamento nas CPAs -Comissões Própria de Avaliação, buscando nesses modelos de avaliação, os segmentos que podem ser aplicados nas realidades existentes na instituição, definindo assim a cultura organizacional com base nos princípios do SINAES. Todo esses recortes se fazem necessários para ampliar

na compreensão dessa dissertação, quando a mesma discute também o funcionamento da CPA nas IFES.

2.3.2- Comunidade acadêmica e gestão institucional: um elo indissociável no funcionamento da CPA. O clima organizacional representa os sentimentos (moral, satisfação das necessidades, etc.) que os participantes possuem a respeito da organização. Envolvem fatores que estão relacionados à estrutura organizacional como as normas e os regulamentos; a tecnologia e as práticas operacionais; as políticas e as normas, as atitudes e o comportamento social que variam de acordo ao estilo de gestão. (CARDOSO,2017, p. 74).

A reflexão da autora demarca um movimento importante que pretende-se realizar nesta seção, inicialmente por demonstrar a importância da participação da Comunidade Acadêmica. Partindo deste ponto, precisa-se compreender que as discussões que circulam sobre Gestão Institucional são complexas, e não é a intenção aprofundar-se especificamente nessa questão, mas de alguma maneira acredita-se ser necessário demarcar como está sendo entendida a configuração da Gestão, porque esta reverbera na consecução e implementação de políticas de avaliação institucional, assim como influencia na manutenção ou na mudança de participação da sociedade porque também repercute.

O clima e a cultura organizacional são conceitos importantes que possibilitam compreender o comportamento compartilhado pelos indivíduos e suas ações para concretização dos objetivos organizacionais. A tarefa essencial da administração é criar condições organizacionais e métodos de operação através dos quais as pessoas possam atingir seus objetivos pessoais, dirigindo seus próprios esforços em direção aos objetivos da organização. Esse fazer mostra a Comunidade Acadêmica e ao mesmo tempo na composição da Gestão Institucional.

Nesse sentido, de forma inicial, Dagnino (2009) define que é importante esclarecer que, os enfoques sobre a área da Administração não são tratados de modo gerencial, haja vista que as discussões se pautam no âmbito público e não no privado. Assim, parte-se do entendimento de que “[...] a administração que se aplica a uma empresa privada é diferente daquela aplicada às instituições governamentais, ou ainda, daquela de um setor social sem fins lucrativos”.

Ainda nessa perspectiva, é importante perceber que a organização gerencial, por si só, é constituída historicamente e politicamente. Partindo desse princípio, é possível perceber que este associa-se a um contexto, uma sociedade e um determinado território, portanto, a gestão assume, a partir desse conjunto de características, concepções e formas de organização, estruturas e administrativas. Assim também no campo da avaliação, aborda-se brevemente, sobre sua construção histórica; as perspectivas teóricas sobre essa temática que deram origem a diferentes concepções que influenciaram decisivamente a política de avaliação institucional.

Segundo Chiavenato (2003) as teorias da Administração são decorrentes de estudos realizados em diferentes épocas, propostos para resolver problemas organizacionais. Com destaque em diferentes dimensões (tarefa, pessoas, estrutura, ambiente, tecnologia, competitividade) tais proposições são aplicáveis em situações atuais, a depender de suas especificidades e complexidade.

Essas complexidades estão definidas nas abordagens teóricas de administração sejam elas prescritivas/normativas que concebem a organização como um sistema fechado, sem qualquer relação com o ambiente externo, cujas ênfases são direcionadas às tarefas, estrutura e pessoas; sejam explicativa/descritiva, que marcaram a concepção das organizações como sistemas abertos, explicitando a sua interação com o ambiente externo, assim caracteriza um aspecto social da mesma.

É nesse fazer que são abordadas as Teorias Científica e Clássica orientadas em uma proposição de um sistema rígido, mecânico, que busca a eficiência das organizações, a primeira com ênfase dada as tarefas por meio da racionalização do trabalho, a segunda direciona seus estudos para a eficiência na estrutura organizacional.

Também a Teoria das Relações Humanas com movimento humanizador, desenvolve a ênfase no comportamento humano, nas relações informais e sociais dos participantes, até então, desconsideradas nas organizações. A Teoria Neoclássica que traz a reafirmação dos postulados clássicos – com destaque na prática administrativa com destaque na importância de comissões e a Teoria da Burocracia, orientada pelos princípios da organização humana, com ênfase na racionalidade burocrática, padronização e rigidez do trabalho, calcada nos princípios da legalidade, impessoalidade, formalidade, disciplina, hierarquia com objetivo de se obter a máxima eficiência da estrutura.

Nesta primeira abordagem é possível identificar um modelo de administração inserida no contexto da gestão nas organizações públicas, focada no material, no fazer tarefa, na manutenção do espaço, tendo como objeto de trabalho o sujeito na promoção de ambiente reprodutor de uma cultura organizacional burocrática, longe de participantes e protagonistas de sua história.

Na segunda abordagem, destacam-se: a Teoria Estruturalista precursora nos estudos sobre a interação entre organização-ambiente e da concepção do sistema aberto, em uma linha tênue de aproximação do conceito de sistemas; a Teoria Comportamental, também chamada de behaviorista, que teve sua ênfase direcionada às pessoas dentro do contexto organizacional.

A Teoria dos Sistemas que amadurece a compreensão de que as organizações são formadas por subsistemas; a Teoria da Contingência, uma das mais recentes da Administração, enfatiza a concepção de que a estrutura organizacional e o seu funcionamento dependem da interface do ambiente externo; e por fim, as Novas Abordagens que surgem na era da informação em meio ao desenvolvimento das tecnologias. Essas teorias são importantes para entender como os aspectos sociais podem ou não ser praticado nas CPAs diante do modelo de administração/gestão implantado.

Vale salientar que é necessário apresentar as duas abordagens teóricas da administração, como ponto de entendimento da busca de "espaço" para identificar se em algumas dessas teorias cabe a participação da comunidade acadêmica (sendo a temática de estudo), como sujeito social da gestão institucional. Também é visto na literatura das teorias da administração, especificamente nesta última a busca de instrumento burocráticos para aproximar o indivíduo das ferramentas e não o indivíduo como principal ferramenta da construção do processo.

No que concerne ao fazer da CPA, Cardoso (2017) aponta a teoria Comportamental, que assume um cunho mais descritivo e menos prescritivo, voltada para a compreensão da organização como um sistema decisório, humanista, democrático e participativo, que se opõe a perspectiva de sistema fechado, como característica da Teoria Neoclássica, que apesar de seu caráter prescritivo e normativo, desenvolveu alguns conceitos e proposições aceitos na atualidade.

A Abordagem Comportamental ou Behaviorista, traz novo enfoque dentro da teoria administrativa com ênfase nas ciências comportamentais e em novas reações

humanas, flexíveis e democráticas para os problemas organizacionais. Aqui é perceptível o elo indissociável da gestão institucional com a participação da comunidade acadêmica.

Outras teorias na linha behaviorista estudadas por Maslow, como a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas; Herzberg, com a Teoria dos Dois Fatores; McGregor, com a Teoria X e Y; e, Victor Vroom, com a Teoria da Expectância, também discutem o comportamento e a motivação humana nas organizações. CHIAVENATO, (2003).

Dentre as teorias apresentadas é louvável apontar a Teoria Y, que defende uma proposta de superação dos preconceitos sobre a natureza humana, propõe um modelo de administração democrático, dinâmico e aberto que cria oportunidades, incentiva as potencialidades, remove obstáculos e encoraja o crescimento individual quanto a objetivos organizacionais.

No âmbito da CPA, essas teorias podem auxiliar na compreensão sobre o interesse e a motivação das pessoas em participarem e permanecerem atuantes nessa comissão. Com isso entende-se a presença política na construção de um controle institucional coletivo, e atuante no diálogo. Essas relevâncias permitem compreender como atua a CPA em seu funcionamento nas IFES.

O sistema participativo é um modelo de administração democrático por excelência, no qual as decisões são totalmente delegadas aos níveis organizacionais, a comunicação flui em todos os sentidos, com incentivo do trabalho em equipe e construção de relações interpessoais que se baseiam na confiança mútua (CHIAVENATO, 2003, p496).

A partir dessa afirmação, é notável o avanço na gestão institucional, quando o fazer da organização estrutural é realizada baseado na participação dos pares, reconhecendo a função de cada um no contexto, mas também em busca do mesmo ideal, levando em consideração os aspectos apresentados na instituição pela comunidade com o propósito de corresponder os anseios expostos. Dessa forma o estímulo por parte dos envolvidos aumenta e nasce no entorno da gestão um comprometimento de reciprocidade entre a gestão e a comunidade.

Nesses expostos vai-se desenhando e definindo o conceito do aspecto social no contexto da atuação das CPAs, entendendo que a interação entre os pares é uma forma de

administrar/gerenciar a IES, assim também de como se dá a implantação da cultura organizacional.

No contexto de organização como um sistema social cooperativo e de decisões é necessário

As organizações são sistemas sociais baseados na cooperação entre as pessoas, cuja existência depende da ocorrência de três condições: interação entre duas ou mais pessoas; desejo e disposição para cooperação; e, objetivos em comum. O conjunto de interações humanas que acontece quando os indivíduos se unem para alcançar determinado objetivo é denominado pelo autor como relações sociais. Sabe-se que as pessoas possuem diferenças individuais, características particulares, capacidades e limitações distintas e, é por meio da cooperação que elas conseguem vencer suas fraquezas, aumentar suas competências e atingir os objetivos almejados. (BARNARD,1971,p72).

Neste contexto a participação dos envolvidos no processo, confirma o que a pesquisa se propõe, em apresentar atuação da comunidade na construção de elementos que viabilize identificar as fragilidades existentes, planejar meios para solucionar essas dificuldades e elencar propostas para transformação social nas IES por meio da institucionalização da CPA. Como já mencionado, as organizações como sistemas racionais e cooperativos dependem dos esforços despendidos por seus participantes.

Na relação existente entre organização e participantes, ambas as partes possuem expectativas. Uma importante contribuição que a teoria da Abordagem Comportamental traz e estudada por Herbert Simon (1974), concebe as organizações como um sistema de decisões e ações. Outro recorte muito acentuado no processo segundo Hatch (1997), existe uma relação interativa entre as crenças e os valores. E isso contribui para a cultura organizacional, ainda mais quando os sujeitos envolvidos são partes desses aspectos sociais e cultural.

Para Cardoso (2017), as mudanças da cultura e do clima são mais fáceis de serem realizadas, quando a organização tem a capacidade de inovação, adaptação e flexibilidade para lidar com as inconstâncias ambientais. Outro ponto importante é o senso de identidade que representa o conhecimento e o entendimento que os participantes compartilham a respeito da instituição que fazem parte. Neste sentido a presença das forças e fraquezas da instituição são elementos estimuladores para essa cultura ambiental do espaço acontecer, quando os envolvidos se sentem parte do processo.

Para Albert e Whetten (1985), a identidade organizacional representa os valores, as percepções que os indivíduos possuem em relação aos atributos centrais, distintos e duradouros da organização. A partir do momento da representatividade enquanto sujeito participante da construção desse modelo de organização, há possibilidade muito maior da concretização do que é proposto.

Diante do exposto se forma uma sistematização do fazer criando assim a cultura organizacional em constante interação na participação. De acordo com Berrien (1968 apud CHIAVENATO, 2003), a Teoria Geral da Administração fundamenta-se em três premissas básicas, a saber: cada sistema é constituído de subsistemas que fazem parte de um sistema maior; os sistemas são abertos, existem dentro de um meio ambiente constituído por outros sistemas; e, as funções de um sistema dependem de sua estrutura. Assim, cada sistema tem um objetivo ou finalidade que constitui seu papel no intercâmbio com outros sistemas dentro do meio ambiente.

Assim também o sistema é formado pelos seguintes componentes: entrada, saída, processamento, retroação e ambiente, definindo na sequência: recursos humanos, financeiros, material, tecnologia e informações; produtos, serviços, informações e energia; funcionamento; feedback; e a instituição. Esse subsistema de comunicação serve para comparar a maneira como um sistema funciona em relação ao padrão estabelecido.

Nessa interação sistemática tem o ambiente que é o meio que envolve externamente o sistema, em uma relação de interdependência e inter-relação contínua. Nisso entende-se que avaliação em uma visão sistêmica funciona como um mecanismo de controle que certifica que todos os componentes do sistema estejam completamente integrados e interagindo entre si.

Para Cardoso (2017), os resultados da avaliação contribuem para realizar a retroalimentação do sistema, ou seja, promover os ajustes necessários com foco no aperfeiçoamento contínuo, na inovação e desenvolvimento da instituição. A avaliação é realizada para compor o perfil da realidade, compreender as variáveis de entrada e o processo de transformação. As informações obtidas permitem verificar em qual medida os objetivos foram alcançados, bem como identificar as variáveis que possam facilitar ou dificultar o alcance dos resultados. Nesta perspectiva sistêmica, há interação entre todos os elementos.

Por fim, precisa-se resistir no sentido de buscar caminhos consistentes para implantar esta condição de uma gestão instrucional de interação constante com a comunidade acadêmica, para isso, necessitamos superar grandes desafios no sentido de recuperar o estímulo dos envolvidos no processo, em termos de autonomia e soberania, consolidar a democracia social, fortalecer as instituições ,e assim o " desempenho dos indivíduos, em essência, cria expectativa de comportamento institucional, interpessoal e de personalidade (MAXIMIANO, 1995,p 101). Com esses fazeres, são nuances que ajudarão a compreender o funcionamento das CPAs nas IFES.

3. CONTEXTO DO OBJETO

Neste capítulo trata-se de aspectos relevantes para a contextualização do objeto deste projeto de pesquisa. A contextualização será realizada em dois momentos. No primeiro momento, aborda-se o marco normativo constitutivo que fundamenta e sustenta o *design* de atuação e funcionamento da CPA na coordenação da avaliação institucional em IES no SINAES. No segundo, traz-se o esforço de aproximações da constituição e o âmbito do campo de pesquisa onde o objeto está inserido.

3.1. Marco Normativo: elementos para o debate

Os desafios encontrados para implantação, estruturação e inserção de uma Comissão Própria de Avaliação nas IES, teve início na formulação e institucionalização dos documentos - marcos normativos. E o INEP teve um papel fundamental nesse fazer com a realização de movimentos internos para a organização das CPAs.

As discussões implicadas no oferecimento de uma educação de qualidade têm estado presentes no cenário educacional em diversos países centrais e refletidos nos países em desenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento. Souza (2002) em análise acerca do cenário das políticas de avaliação da educação superior brasileira menciona o antagonismo presente no MEC na efetivação de seus papéis, tendo em vista a permanente disputa de poder empreendido pelos atores sociais que dele fazem parte por meio de ciclos de gestões e de mandatos governamentais.

A comprovação acerca das dificuldades de estruturação das Comissões Próprias de Avaliação das IES como propulsoras de práticas avaliativas internas exitosas, encontra fundamento na atuação do Estado compromissado com a ordem capitalista e de mercado, que por sua vez se distancia de iniciativas promotoras de consciência e criticidade.

O SINAES foi instituído no ano de 2004 pela Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004). A partir deste marco normativo este sistema de avaliação da Educação Superior foi constituído com a característica de integrar diversas metodologias associadas à concepção de avaliação global e integrada com a finalidade de:

Art. 1º [...] § 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos

compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Segundo Silva (2015, 2009), neste sistema de avaliação, a prática avaliativa sistêmica é o resultado de três componentes principais com objetos distintos e interdependentes: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sistema coloca a avaliação como fundamento dos processos de regulação da Educação Superior com a finalidade de orientar a expansão da oferta, bem como da indução da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social deste nível de educação no País. Ainda, reconhece a identidade institucional ao destacar a necessidade de respeito à diferenciação e diversidade das IES e por induzir a promoção de valores democráticos.

É sustentável o argumento de que o SINAES foi, conseqüentemente, o produto possível das experiências anteriores de avaliação da educação superior realizadas no Brasil – PAIUB e ENC (GOMES E SILVA, 2012; BARREYRO E ROTHEN, 2014; SILVA, 2015; GOMES, ARRUDA E SILVA, 2018).

No documento produzido pela Comissão Especial de Avaliação (CEA)² são listados entre os princípios fundamentais do SINAES: “integração”, “participação”, “adesão voluntária”, “promoção de valores democráticos”, “respeito à diversidade”, “busca da autonomia”, “afirmação da identidade” e “dimensão formativa”. Tais princípios são pertinentes ao conceito da avaliação institucional, descrita como modelo de estudo de caso (SILVA, 2015).

Neste sistema de avaliação, os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Nesta operacionalização, o INEP tem a finalidade de atribuir conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis (1-5).

No caso da Avaliação Institucional, objeto desta pesquisa, a Lei nº 10.861/04 Art. 3º. define dez dimensões avaliativas, a saber: 1. Missão e PDI; 2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; 3. Responsabilidade social da IES; 4.

1 A Lei nº 10.861/2004, estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e seus princípios.

Comunicação com a sociedade; 5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico administrativo; 6. Organização de gestão da IES; 7. Infraestrutura física; 8. Planejamento de avaliação; 9. Políticas de atendimento aos estudantes; e 10. Sustentabilidade financeira.

Além disso, o SINAES reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das Avaliações dos Cursos de Graduação (ACG). As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de Instituições de Educação Superior (IES) e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições.

Na Lei nº 10.861/2004, em seu Art. 11, há a definição de que a avaliação institucional interna deva ser realizada por uma Comissão. A mesma, além de responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação institucional, também seja composta por uma representação dos segmentos da comunidade universitária, como também por membros da sociedade civil organizada. No entanto, fica a cargo dos órgãos colegiados superiores das instituições a definição da forma de organização e o modo de funcionamento da Comissão, conforme o porte, as características e as experiências prévias de avaliação da IES.

A Portaria nº 40/2007, republicada em 2010 (BRASIL, 2010) definiu em seu art 33-A que as avaliações do ciclo avaliativo “serão orientadas por indicadores de qualidade e gerarão conceitos de avaliação de instituições e cursos superiores, expedidos periodicamente pelo Inep [...]” de modo a atender a determinação do Sinaes, atestando padrões de qualidade preestabelecidas pelo MEC.

Já os conceitos de avaliação possuem as seguintes compreensões:

Art. 33-C São conceitos de avaliação, os resultados após avaliação in loco realizada por Comissão de Avaliação do INEP: I - de curso: o Conceito de Curso (CC), consideradas, em especial, as condições relativas ao perfil do corpo docente, à organização didático-pedagógica e às instalações físicas; II - de instituição, o Conceito de Instituição (CI), consideradas as dimensões analisadas na avaliação institucional externa.

Para operacionalizar este processo, o INEP em conformidade com o SINAES elaborou uma escala contínua de 1 (um) a 5 (cinco) níveis, em que o nível igual ou acima de 3 (três) é considerado como de qualidade satisfatória, tanto para os conceitos de avaliação quanto para os indicadores de qualidade (BRASIL, 2010, art. 33-A).

Com isso, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial), os conceitos são assim descritos: conceito 1, quando o indicador avaliado configura um conceito - não existe (m)/não há, não está relacionado; conceito 2, quando insuficiente; conceito 3, quando suficiente; conceito 4, quando muito bom/muito bem; e conceito 5, quando excelente (BRASIL, 2014b).

De acordo com a Portaria nº 40/2007, republicada em 2010 (BRASIL, 2010), os indicadores de qualidade são definidos diante dos resultados de métricas metodológicas próprias conduzidas pelo Inep, fundamentados nos resultados do Enade e de outros elementos da base de dados do MEC.

Como destacado, as CPAs são responsáveis pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição – Autoavaliação, da sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. As CPAs atuam com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

A Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004, destaca que:

Art. 9º A **avaliação das instituições** de educação superior terá **por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições**, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e à diversidade das instituições, bem como **pela realização de autoavaliação** e de avaliação externa.

Art. 10. A **autoavaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo** e será **coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)** (*grifos nossos*).

De acordo com a portaria aqui citada,

Art. 7º As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e constituídas no âmbito de cada instituição de educação superior, terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

§ 1º As CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

§ 2º A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes:

I – Necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados.

II – Ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

De acordo com este artigo, em seu desenho, a implantação da CPA é uma referência explícita ao exercício democrático no SINAES no desenvolvimento da avaliação institucional e gestão universitária. Traz a possibilidade da comunidade universitária e sociedade civil não apenas de exercerem o direito de avaliarem a instituição, mas de planejar e executar o projeto de avaliação institucional, uma vez que destaca a autonomia destas Comissões, estimula a participação e proporciona transparência ao processo de avaliação.

Dessa maneira, a avaliação institucional é compreendida como possibilidade impulsionadora de mudanças no processo acadêmico e formação e exercício da cidadania. Nessa perspectiva, a avaliação institucional em Instituições Federais de Ensino (IFES) possibilita a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia, que visam a consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da IES.

Ainda, na mesma Portaria, no Art. 8º “As atividades de avaliação serão realizadas devendo contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais [...]”. Nesse fazer encontra-se mais uma responsabilidade da CPA, fundamentada na legislação, a atuação e no funcionamento desta comissão voltada a análise global e integrada das dimensões avaliadas.

No Art. 10. A auto avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo e será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Art. 11. O INEP, órgão responsável pela operacionalização da avaliação no âmbito do SINAES, disponibilizará, em meio eletrônico, orientações gerais elaboradas a partir de diretrizes estabelecidas pela CONAES, com os requisitos e os procedimentos mínimos para o processo de auto avaliação, entre os quais incluem-se obrigatoriamente aqueles previstos no art. 3º da Lei nº 10.861/2004.

Com base na Portaria do MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004, no Art. 9º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e à diversidade das instituições, bem como pela realização de auto avaliação e de avaliação externa.

De acordo com a portaria aqui citada, no art. 7º As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no art. 11 da Lei nº 10.861/2004, e constituídas no âmbito

de cada instituição de educação superior, terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

Uma vez constituída a CPA, seu funcionamento específico deve prever estratégias que levem em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências anteriores de avaliação, incluindo a auto avaliação, avaliações externas, avaliação dos docentes pelos alunos, avaliação da pós-graduação e outros.

A organização do processo de auto avaliação prevê a ocorrência de três diferentes etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação da avaliação. a) a preparação para a implementação da auto avaliação compreende algumas ações fundamentais: a constituição da CPA; a sensibilização interna da instituição e o envolvimento da comunidade universitária e a elaboração da proposta de avaliação. b) desenvolvimento: o planejamento e a adoção de metodologias, a articulação entre os participantes e a observância dos prazos previstos. c) a consolidação: a apresentação das análises e resultados de modo mais geral e abrangente. Este conjunto de ações coordenadas internamente visa à utilização dos resultados na busca da qualidade acadêmica e efetividade social da instituição (SILVA, 2009; FERREIRA, 2015; CARDOSO, 2017; ANDRADE, 2019).

Silva (2015) destaca que uma vez aprovada pelos colegiados superiores da IES, a CPA funcionará de forma autônoma no âmbito de sua competência legal, fazendo ampla divulgação de sua composição e de sua agenda. Ao final do processo de auto avaliação, a CPA prestará contas de suas atividades aos órgãos colegiados superiores, apresentando relatórios, pareceres e, eventualmente, recomendações. Fica entendido, portanto, que uma vez concluída a avaliação da instituição em sua etapa interna e externa, compete à instância superior da IES a responsabilidade pela (re)definição e implementação das políticas institucionais no âmbito da governança que o processo avaliativo recomenda fundamentar.

Segundo Cardoso (2017) para manter um ritmo adequado e conseguir eficácia no processo de avaliação, é preciso realizar o planejamento participativo das ações, registrando-as em um plano de trabalho que inclua cronograma, distribuição de tarefas e recursos (humanos, materiais e operacionais). Neste caso, a metodologia, os procedimentos e os objetivos do processo avaliativo são decididos pela CPA de cada instituição segundo a sua especificidade e dimensão.

Definidos a proposta e o planejamento da avaliação, seu desenvolvimento buscará assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos previstos. Mesmo que se desenvolva em processo, a avaliação institucional apresenta análises e resultados durante todas as suas etapas e atinge momentos de consolidação de resultados de caráter mais geral e abrangente. Esta etapa deve possibilitar a elaboração de propostas de políticas institucionais e, ainda, redefinição da atuação ou da missão institucional.

Para a efetiva consolidação da avaliação acontecer é fundamental algumas atividades e produtos tais como: relatórios, divulgação e balanço crítico. Nos relatórios estão contidos os textos compostos pelos resultados das discussões, da análise dos dados e da interpretação das informações que são entregues aos membros da comunidade universitária, a gestão da IES, e ao INEP. Segundo Bernardes e Rothen (2016) nesses relatórios contém elementos que caracterizam os “aspectos sociais” e de “funcionamento” destas comissões, que constituem o objeto deste projeto de pesquisa.

Nessa compreensão, a avaliação deve ser um processo socialmente organizado e promovido por atores sociais com legitimidade e competência política, para além da competência técnica, onde a mesma retrata a identidade da instituição diante do contexto real, finalidade esta que caracteriza uma autêntica Avaliação Institucional.

Considerações importantes devem ser instigadas a rever narrativas que realmente promovam a atuação da CPA numa perspectiva social e de funcionamento voltada para o atendimento às necessidades da comunidade universitária. Pois, cada uma das CPAs é também parte integrante do SINAES, estabelecendo um elo entre seu projeto específico de avaliação e o conjunto do sistema de Educação Superior do País. Daí decorre o papel crucial das CPAs na elaboração e desenvolvimento de uma proposta de autoavaliação, em consonância com a comunidade universitária e os conselhos superiores da instituição.

Neste sentido a avaliação institucional precisa ser um momento relevante de exposição pública da instituição e de comunicação transparente com a comunidade interna e externa. Essa interação deve produzir um dos insumos mais preciosos do processo avaliativo capaz de fertilizar, por meio da autoconsciência valorativa, a capacidade da instituição de planejar-se para o futuro com maior qualidade acadêmica e pertinência social.

De certo modo, a literatura acadêmica (SILVA, 2009; SILVA E GOMES, 2011; SILVA, 2015; FERREIRA, 2015; BERNARDES E ROTHEN, 2016; CARDOSO, 2017; ANDRADE, 2019) tem apresentado evidências recorrentes de dificultados para a

projeção da avaliação institucional nestas condições, desvelando fragilidades em torno do papel exercido pelas CPAs na coordenação da avaliação institucional interna nas IES.

Após quase 20 anos de sua implantação e da experiência de dois momentos de marcos regulatórios em sua implementação – a Lei nº 5.773/2006 e a Lei nº 9.235/2017 – e de “inúmeras reformas por dentro” (LEITE, 2008) cabe destacar a dificuldade de o processo de autoavaliação constituir-se como elemento promovedor do autoconhecimento (FERREIRA, 2015), que em si já representaria grande valor para a IES se caracterizaria como um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES.

Evidencia-se, portanto, que a reflexão sobre o processo ainda se faz necessária e pertinente, visando a sua continuidade. Dessa forma, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços que se apresentaram durante o processo de autoavaliação institucional, possivelmente permita conhecer de modo mais aprofundado a modalidade de avaliação institucional neste contexto.

3.2. Revisão da Literatura: o que os estudos revelam acerca das Comissões Próprias de Avaliação

Articulado aos objetivos específicos propostos e para a constituição do *corpus* documental da presente pesquisa destacam-se os esforços de aproximações para a compreensão acerca da constituição e o âmbito do campo de pesquisa ao qual o objeto está inserido. Para tal, foram analisados e interpretados os levantamentos na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e Educ@. Aplicando a “equação de pesquisa” (ALTINA, FARIA, FARIA, 2014).

Equação de pesquisa é uma sentença de trabalhos pesquisados, tais como: artigo, dissertação e tese, com temáticas iguais ou semelhantes. Uma equação de pesquisa pode ser classificada quanto a especificidade da temática em pauta e filtrada num grau de maior número de informações que venha a contribuir com o que está sendo pesquisado.

A BDTD integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Ela foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da

Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP). Seu lançamento oficial ocorreu no final do ano de 2002. Atualmente a BDTD conta com 497.790 dissertações e 680.891 teses.³

O *Scielo* é uma biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros, resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – FAPESP. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. O mesmo foi lançado em 1997. A Educ@ é um portal de periódicos em Educação da Fundação Carlos Chagas, utiliza a metodologia do *Scielo* e fornece a publicação eletrônica de edições completas de periódicos científicos, atualmente com mais de 27 mil trabalhos só no Brasil (revistas, jornais, artigos...).

Na plataforma BDTD foram encontrados, utilizando-se o descritor “Comissão Própria de Avaliação” 82 trabalhos. Após uma análise destes, foram descartados 44 (por não atender às especificidades da pesquisa) e incluídos 38 trabalhos entre teses e dissertações. Na base da *Scielo* com o descritor Comissão Própria de Avaliação foram encontrados 13 trabalhos, todos incorporados. Ainda, foi aplicado na procura, articulando os descritores “Comissão Própria de Avaliação” e “CPA”. Neste caso, encontrou-se mais 2 trabalhos, que foram apropriados.

Na Educ@, aplicando-se o descritor “Comissão Própria de Avaliação”, foram encontrados 18 trabalhos (atende o que diz a equação de pesquisa), descartados 10 e apenas 8 foram apropriados. Todos esses trabalhos foram classificados e categorizados conforme a proposta dos objetivos propostos para a pesquisa tomando como referência as categorias temáticas “funcionamento” e os “aspectos sociais” das CPAs.

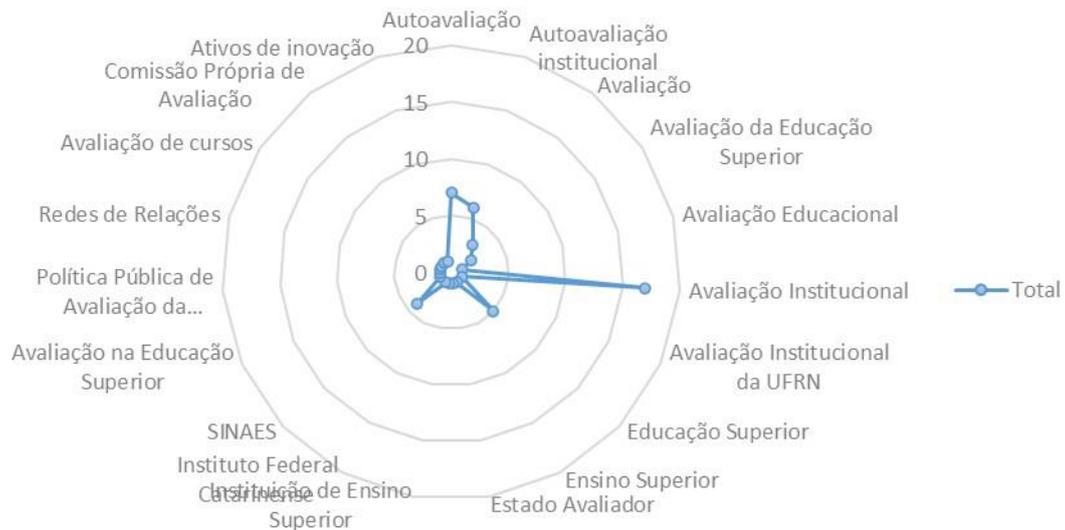
Analisando-se o panorama da produção acadêmica a respeito do “funcionamento” e dos “aspectos sociais” das CPAs no desenvolvimento da modalidade de Avaliação Institucional, como descrito na introdução desta seção, é possível reconhecer que o panorama é constituído a partir de três tipos de publicações acadêmicas, a saber: dissertações, teses e artigos científicos.

As produções acadêmicas agrupadas em torno da problematização do funcionamento e dos “aspectos sociais” da CPA no desenvolvimento da avaliação institucional na Educação Superior revelaram um emaranhado de palavras-chave

³ Scielo , dados até março de 2022.

(descritores) principais na classificação destes trabalhos tornando complexa a atividade de agrupamento e classificação das pesquisas. A seguir, a partir do gráfico 01, destacam-se as palavras-principais:

Gráfico 1 - Produção Acadêmica Comissões Próprias de Avaliação: Palavra chave-principal

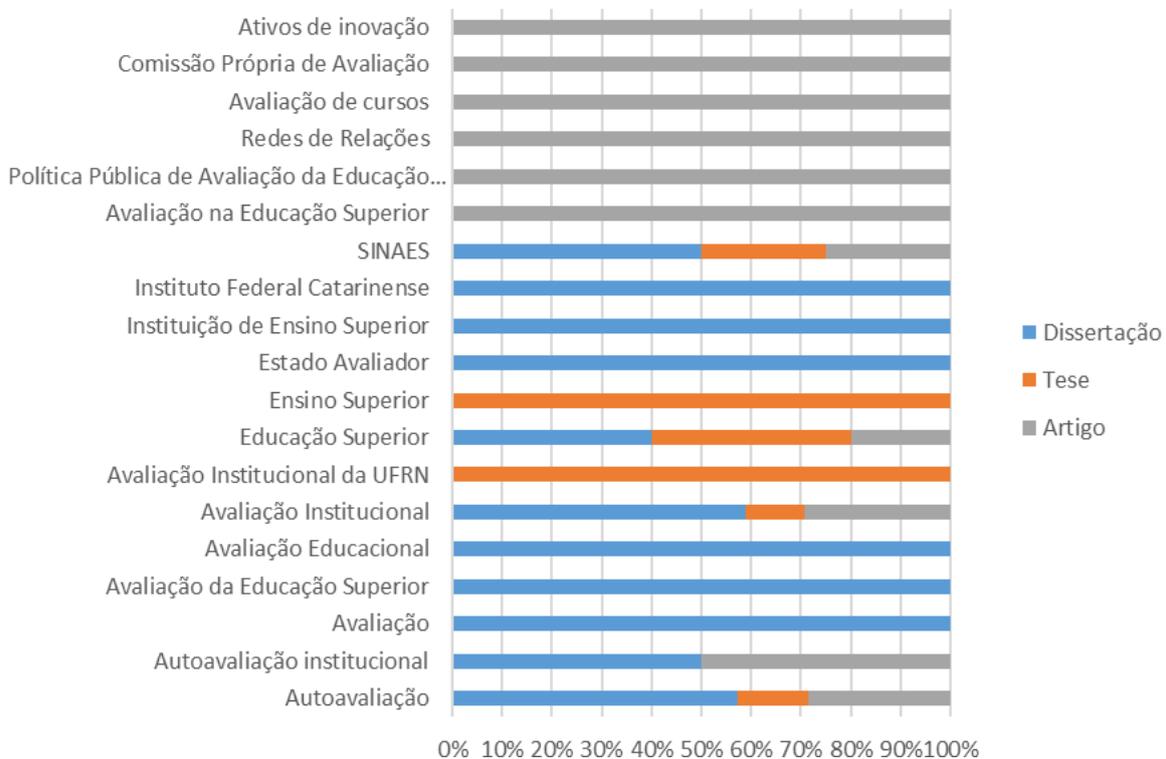


Fonte: Autoria própria, 2022.

Do total da amostra, mesmo com o emaranhado das palavras-chave principais, a palavra-chave “avaliação institucional” destacou-se com 17 produções, trazendo uma articulação explícita da problematização envolvendo o “funcionamento” e os “aspectos sociais” das CPAs com a modalidade de avaliação institucional. Essa articulação acontece a partir da fundamentação nos textos, quando os mesmos trazem questões que aproxima da temática em pauta.

Todavia, essa não é uma tendência no campo de estudo. O que de fato encontrou-se na análise foi uma articulação implícita entre a problematização e a modalidade em questão. Portanto, não há um consenso por parte dos autores na classificação dos trabalhos por palavra-chave envolvendo as CPAs. Aprofundando a análise no gráfico 02, agruparam-se as palavras-chave principais por tipo de publicação:

Gráfico 02 - Comissões Próprias de Avaliação: palavra-chave principal x tipo de publicação



Fonte: Autoria própria, 2022.

Entre vários elementos qualitativos, podem-se destacar: a) as duas tendências gerais mantêm-se em relação aos tipos de publicações; b) as palavras-chave “Comissão Própria de Avaliação”, “Ativos de inovação”, “Avaliação de Curso”, “Redes de relações”, “Política pública de Avaliação da Educação Superior” só estão associada na amostra à publicação artigo; c) as palavras-chaves associadas às instituições estão associadas a dois tipos de publicação, dissertação e tese; d) apenas uma única palavra-chave aparece vinculada à publicação tese, “Ensino Superior”; e) apenas quatro palavras-chave destacam-se com os três tipos de publicações, a saber: “SINAES”, “Educação Superior”; “Avaliação Institucional” e “Autoavaliação”.

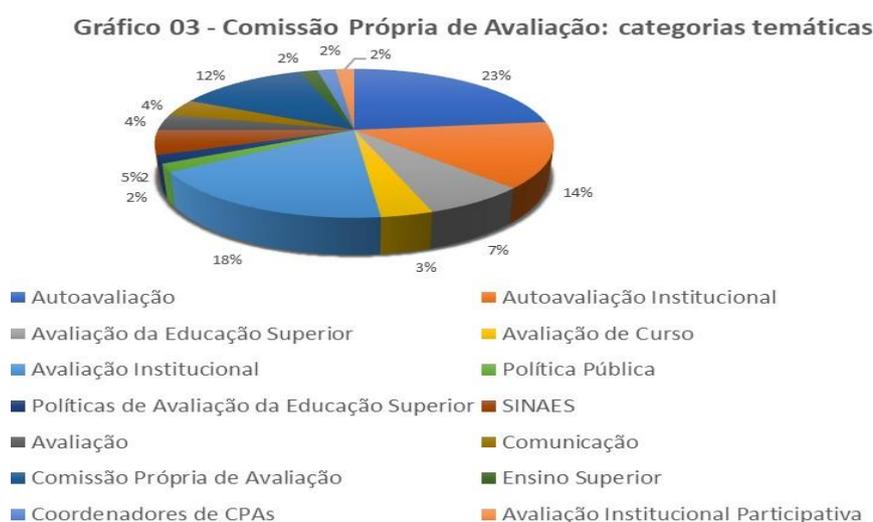
Em termos percentuais, quanto às Comissões Própria de Avaliação: Palavras-chave principal x tipo de publicação, observa-se que, “Redes de Relações”, “Política Pública de Avaliação da Educação Superior”, “Comissão Própria de Avaliação”, “Avaliação da Educação Superior”, “Avaliação de Cursos” e “Ativos de Inovação”, estão presentes em 100% das Dissertações, totalizando cada 1 trabalho na categoria. “Instituto Federal Catarinense”, “Instituto de Ensino Superior”, “Estado Avaliador”, “Avaliação Institucional”, “Avaliação Educacional”, “Avaliação da Educação Superior” e

“Avaliação”, estão presentes em 100% das Teses, com contribuição de 1 trabalho na categoria.

“Ensino Superior” e “Avaliação Institucional da UFRN” estão presentes em 100% dos artigos, ambas com uma citação. A palavra-chave “SINAES” está presente apenas em 1 Dissertação, sendo sua porcentagem de 25%, e se repete na publicação tipo Artigo, sendo os outros 50%, duas Teses. A palavra-chave “Educação Superior” está presente em 1 Dissertação totalizando 20%. Nas teses, a palavra se repete 2 vezes, totalizando 40%. Os últimos 40% se refletem em 2 Artigos.

“Avaliação Institucional” se mostra com 5 dissertações totalizando 31,3%. Já, em Tese, ocorre sua maior utilização com 9 citações totalizando 56,03%, e apenas 2 Artigos, totalizando 12,5%. “Autoavaliação Institucional” se divide igualmente entre Dissertações e Teses, ambas com 3 utilizações da palavra. Autoavaliação soma 2 Dissertações sendo 28,06% da porcentagem, em Teses soma 57,01% da porcentagem, sendo 4 trabalhos e apenas 1 artigo, sendo 14,03% da porcentagem.

Quando a análise se volta à classificação temática dos trabalhos, desconsiderando as palavras-chave principais pode-se observar um novo panorama das produções em torno do “funcionamento” e dos “aspectos sociais” das CPAs, sendo categorias que apresentam uma avaliação de caráter participativo envolvendo comunidade interna e externa como destaca o gráfico 03:



Fonte: Autoria própria, 2022.

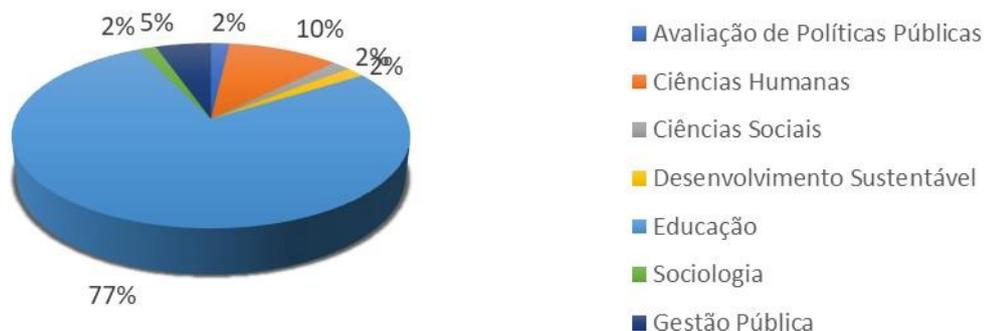
Por categoria temática a produção acadêmica em questão destaca-se pela fragmentação da categoria “avaliação institucional” em duas outras temáticas,

“autoavaliação” e “autoavaliação institucional”. Na amostra, a categoria “Autoavaliação” destaca-se com 23% dos trabalhos, seguido de “Avaliação Institucional” com 18%, e “Autoavaliação Institucional” com 14%, sendo os 3, os mais utilizados como categoria temática correspondendo à 55% dos trabalhos. Portanto, a problematização do “funcionamento” e dos “aspectos sociais” das CPAs articulados à modalidade Avaliação Institucional aparecem associados de modo difuso e explícitos em três categorias temáticas.

Neste contexto apresenta-se os cenários com as categorias sendo comparadas em duplas. A categoria “Comissão Própria de Avaliação” e “Avaliação da Educação Superior” contam ambas com 7% da amostra. “SINAES” e “Comissão Própria de Avaliação” contam ambas com 5% dos trabalhos, seguidos de “Avaliação” e “Comunicação” com 4%. Os demais com 2%, sendo eles: “Política Pública”, “Políticas de Avaliação da Educação Superior”, “Ensino Superior”, “Coordenadores de CPAs”, “Avaliação Institucional Participativa”.

A seguir, foram analisados o agrupamento das publicações acerca do “funcionamento” e dos “aspectos sociais” da CPA em articulação com a Modalidade de Avaliação Institucional no tocante à grande área do conhecimento, conforme gráfico 04:

**Gráfico 04 - Pesquisas Sobre Comissões Próprias de Avaliação:
Grande área do conhecimento**



Fonte: Autoria própria, 2022.

Os achados da amostra – Teses, Dissertações e Artigos – permitem inferir que a produção acadêmica a respeito da problematização do “funcionamento” e dos “aspectos sociais” das CPAs articulados à modalidade de Avaliação Institucional são produzidos predominantemente na grande área do conhecimento “Educação”, com 77% dos trabalhos.

Todavia, há um percentual de interesse do objeto por várias outras áreas nesta problematização – “Avaliação de Políticas Públicas (2%)”, “Ciências Humanas (10%)”, “Ciências Sociais (2%)”, “Desenvolvimento Sustentável (2%)”, “Sociologia (2%)”, “Gestão Pública (5%)”. A seguir, destaca-se a produção acadêmica por região geográfica no Brasil.

Gráfico 05 - Comissão Própria de Avaliação: Produção acadêmica por região do País



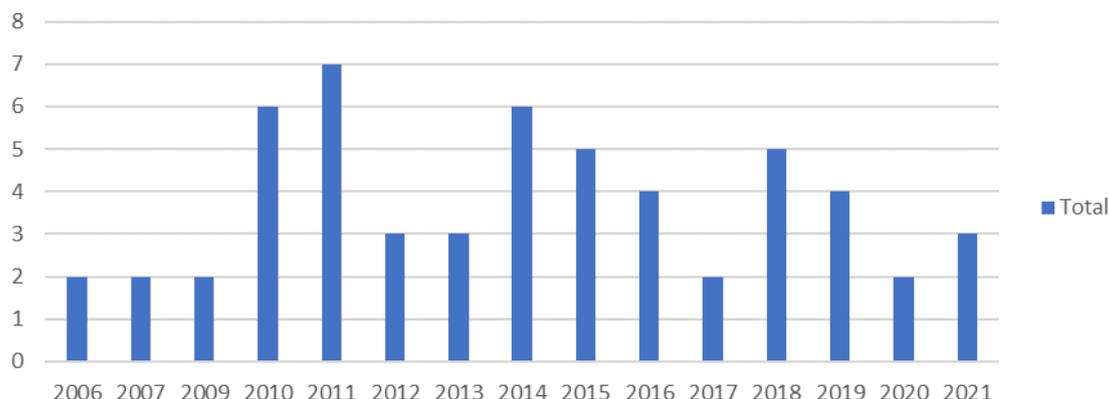
Fonte: Autoria própria, 2022.

A partir dos dados apresentado no gráfico 05, é possível perceber que a produção acadêmica em questão – Teses, Dissertações e Artigos – por região do País, a região Nordeste destaca-se com a produção de 39% dos trabalhos, sendo a região de maior percentual. O Sudeste, aparece em segundo com 30%, o Sul com 20%, seguido do Centro-Oeste com 7% e o Norte com 4%, sendo o de menor número.

Dessa forma, a produção acadêmica em questão destaca-se por romper ligeiramente com a assimetria regional clássica concentrada no Sudeste. Todavia, quando agrupadas as regiões Sudeste e Sul e Centro-Oeste, a assimetria clássica permanece.

Quanto ao marco temporal das publicações, embora o SINAES tenha sido criado em 2004, apenas a partir de 2006 apareceram as primeiras publicações como destaca o gráfico 06 a seguir:

Gráfico 06 - Comissão Própria de Avaliação: marco temporal da produção acadêmica



Fonte: Autoria própria, 2022.

Agrupando as publicações – Teses, Dissertações e Artigos – no marco temporal, encontra-se uma produção anual de no mínimo dois trabalhos alcançando seu pico ano de 2011. No marco temporal, a produção apresenta certa irregularidade, mas é possível identificar pelo menos um aspecto relevante, os anos de 2014, 2015 e 2016. Esses anos marcam uma virada nos trabalhos das CPAs nas Instituições, com novas delimitações nos projetos e relatórios e estabelecimento do ciclo de autoavaliação fomentados pelo Instituto Anísio Teixeira (INEP) – Nota Técnica 65 e 64 de 2014. Esses dados são baseados no instituto aqui citado, bem como nas bases de dados apontados anteriormente.

Quando analisado o panorama da produção acadêmica em questão considerando-se as Teses e Dissertações e descartando-se os artigos é possível verificar com maior propriedade a origem das produções no tocante aos programas de pós-graduação, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 01 – Comissão Própria de Avaliação: produção acadêmica por programa de pós-graduação

Programa de Pós-Graduação	n.
Administração	1
Administração Universitária	1
Avaliação de Políticas Públicas	1
Ciência Sociais	1
Conhecimento e Inclusão Social em Educação	1
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	1
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade	1
Educação	15
Educação Agrícola	1
Educação Escolar	1
Educação: Currículo	1
Gestão e	1
Tecnologia Industrial	1

Gestão Educacional	1
Gestão Pública	2
Letras e Ciências Humana	1
Política social	1
Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	2
Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação	1
Sociologia	1
Total Geral	35

Fonte: Autoria própria, 2022.

Relacionando a Comissão Própria de Avaliação com as produções acadêmicas por programa de pós-graduação, destaca-se o programa de pós-graduação em Educação com maior parcela, 15 ao todo, embora educação ainda apresente outras três subdivisões. Com uma produção menor, seguem o programa de Gestão Pública e o programa de Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior com 2.

Os demais Programas com apenas 1 produção cada. No total da amostra, é possível identificar 19 programas de pós-graduação. Desta maneira, pode-se caracterizar a problematização da temática em questão como uma perspectiva de revisão integrativa, por envolver uma problematização de várias áreas do conhecimento. A seguir, trata-se da produção acadêmica em questão por instituição:

Tabela 02 – Comissão Própria de Avaliação: produção acadêmica por Instituição

Instituição	n.
UFC	5
UnB	4
UFPE	3
UFRN	3
UFPB	2
UFSC	2
UFSCAR	2
UNISINOS	2
Universidade Católica de Pelotas	1
Universidade Tuiuti do Paraná	1
Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC	1
IFES	1
PUC-SP	1
UFAM	1
UFMG	1
UFPA	1
UFRRJ	1
UNESC	1
UNESP	1
Universidade do Grande Rio	1
Total Geral	35

Fonte: Autoria própria, 2022.

As instituições que produziram conteúdo acadêmico entre Teses e Dissertações sobre o “funcionamento” e os “aspectos sociais” da Comissão Própria de Avaliação no desenvolvimento da modalidade de avaliação institucional foram 20, sendo a Universidade Federal do Ceará (UFC) com o maior número de produções acadêmicas, 5 delas. Em segundo lugar vem a Universidade de Brasília (UnB), com 4. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e (UFRN) com 3 produções. Já, as instituições que apresentaram 2 produções, a saber: a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a Universidade do Vale do Sinos (UNISINOS). As demais, apresentaram 1 produção acadêmica, e o somatório geral de produções veio a ser 35 trabalhos distribuídos entre 20 instituições.

A análise a respeito do “Funcionamento” e “Aspectos Sociais” das CPAs no desenvolvimento da Modalidade de Avaliação Institucional também foi dividida em quatro características das pesquisas quanto aos objetivos (desenho metodológico e constructos teóricos), a saber: Abordagem de pesquisa, quanto os objetivos das pesquisas, as filiações teóricas das pesquisas, e os procedimentos das pesquisas quanto aos objetivos.

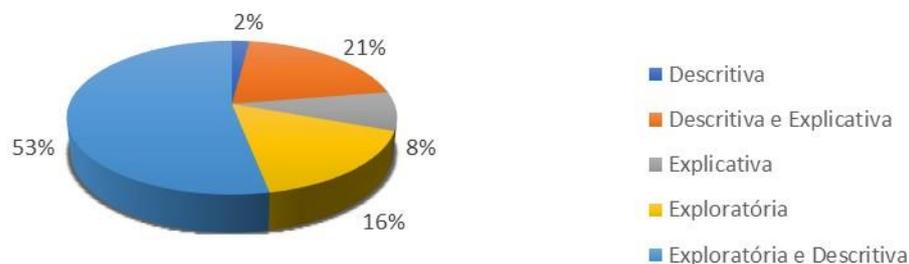
Gráfico 06 Aspectos sociais e o funcionamento das CPAs: abordagens da produção acadêmica



Fonte: Autoria própria, 2022.

No gráfico 07 é possível reconhecer que 83% das pesquisas realizadas a respeito do “funcionamento” e “aspectos sociais” das CPAs podem ser caracterizadas como a abordagem qualitativa. Apenas 11% dos trabalhos possuem uma abordagem quantitativa-qualitativa e 6% quantitativa. Esta tendência se articula as preferências metodológicas da área de Educação, uma vez que 77% destas pesquisas são produzidas no âmbito da grande área de Educação como descrito no gráfico 04. A seguir, analisa-se a caracterização da amostra quanto aos objetivos das pesquisas:

Gráfico 07 - Aspectos sociais e o funcionamento das CPAs: panorama quanto aos objetivos das pesquisas



Fonte: Autoria própria, 2022.

Quanto aos objetivos das pesquisas, tomando como referência Gil (2007) pode-se classificar as pesquisas em três grupos, a saber: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa. Na amostra analisada, é possível caracterizar que 53% das pesquisas são de natureza Exploratória e descritiva por buscar proporcionar maior familiaridade com o problema e descrever os fatos e fenômenos em torno do “funcionamento” e “aspectos sociais” das CPAs.

Esta tendência é seguida em menor percentual pela natureza descritiva e explicativa das pesquisas, com 21% da amostra. Esta última tendência busca além dos aspectos descritivos avançar na identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Além destas duas tendências, ainda há a tendência exclusivamente exploratória das pesquisas com foco no estudo de caso, 16% da amostra. Em menores proporções aparecem a natureza explicativa e descritiva das pesquisas, com 8% e 2% respectivamente. No tocante às referências teóricas dos trabalhos pode-se observar:

Tabela 03 – Funcionamento e Aspectos Sociais das CPAs: Referenciais teóricos

Referências teóricas	%
Ciclo PDCA	2,00%
Concepção de Qualidade (Harvey, Green, Bertolin) e Qualidade e Avaliação no Ensino Superior (Bularmarqui)	2,00%
Crítico-Reprodutivista (Bourdieu)	4,00%
Empírico-analítico	66,00%
Marxista	2,00%
Paradigmas da gestão pública	2,00%
Teoria Crítica	2,00%
Teoria de resposta ao Item	2,00%

Teoria do Discurso	2,00%
Teoria geral dos sistemas e avaliação	2,00%
Teoria indutiva	2,00%
Teorias clássicas da avaliação educacional	6,00%
Não define	6,00%
Total Geral	100,00%

Fonte: Autoria própria, 2022.

No tocante aos referenciais teóricos das pesquisas observa-se uma tendência consolidada do referencial empírico-analítico, ou seja, as que apresentam um referencial teórico fundamentado num levantamento bibliográfico, documental e do marco normativo da Educação Superior, com 66%. Apenas 6% dos trabalhos apropriam-se das teorias do campo da avaliação, em especial das teorias clássicas ou mesmo contemporâneas de avaliação. Os outros 22% aparecem de modo pulverizado e 6% não definem qualquer tipo de referencial teórico. A seguir, analisa-se a amostra quanto aos procedimentos de pesquisa:

Tabela 04 – Funcionamento e Aspectos Sociais das CPAs: Procedimentos de pesquisas

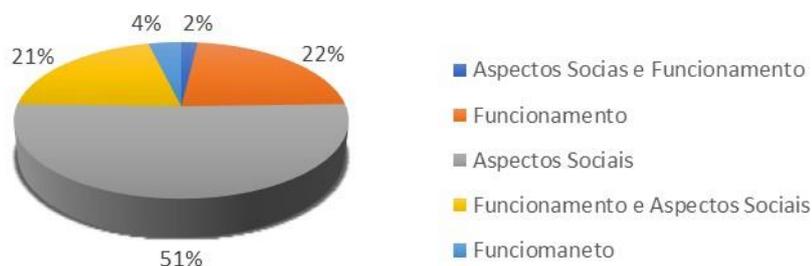
Quanto aos Procedimentos de Pesquisas	%
Estudo de Caso	17,31%
Não aponta	5,77%
Pesquisa Bibliográfica e Estudo de Caso	3,85%
Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental	7,69%
Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental e Estudo de Caso	9,62%
Pesquisa de Campo	9,62%
Pesquisa Documental	5,77%
Pesquisa Documental e Estudo de Caso	21,15%
Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo	9,62%
Pesquisa Experimental	3,85%
Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo	5,77%
Total Geral	100,00%

Fonte: Autoria própria, 2022

As pesquisas que problematizam o “funcionamento” e os “aspectos sociais” das CPAs destacam-se em dois grupos de procedimentos, conforme tabela 04, a saber: Estudo de Caso (17,31%) e Pesquisa documental e Estudo de Caso (21,15%), respectivamente da amostra. Em menor escala estão caracterizados os procedimentos de Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental e Estudo de Caso, Pesquisa de Campo, e Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo, ambos com 9,62% da amostra.

A seguir, classifica-se a produção quanto aos objetivos gerais das pesquisas realizadas:

Gráfico 08 - Aspectos Sociais e Funcionamento das CPAs: Quanto aos objetivos gerais das pesquisas



Fonte: Autoria própria, 2021.

Na amostra, é possível reconhecer que 51% das pesquisas realizadas abordam os aspectos sociais da avaliação, ou seja, voltam-se as dimensões políticas as dimensões culturais das práticas da modalidade de avaliação institucional. Enquanto 22% das pesquisas voltam-se ao funcionamento, a dimensão tecnológica de avaliação. E 21% abordam o funcionamento e os aspectos sociais.

É possível inferir, apropriando-se dos dados qualitativos, que a problematização acerca do trabalho da CPA volta-se aos aspectos sociais – dimensão política e a dimensão cultural – pela dificuldade de incorporação dos diagnósticos das avaliações ao planejamento institucional, a ausência de um engajamento da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação e na integração e incorporação dos diagnósticos das avaliações ao planejamento institucional.

Nesse fazer ainda há um distanciamento na inserção sistematizada das questões identificadas nos diagnósticos como elemento ponto de partida nas pautas dos planos institucionais, fracionando, discredibilizando e deixando infuncional a praticidade do real trabalho das Comissões Própria de Avaliação dentro das IES.

Pelas narrativas é possível perceber um "avanço" nas atividades das CPAs, se compararmos à anos anteriores, porém voltada a fazeres muito mais de quantificação por uma exigência burocrática de órgãos anteriores responsáveis pela Educação Superior e sobretudo pela Avaliação no Ensino Superior, do que qualitativa no que tange a incorporação dos levantamentos, diagnósticos e "retratos" observados durante as Avaliações Institucionais.

Esses aspectos se caracterizam pelo viés do funcionamento das CPAs (organização, neutralidade, cumprimento de carga horária de servidores que nela

trabalham...), do que pela resolução dos aspectos sociais instrumentalizados nos diagnósticos como resolução dos mesmos.

Segundo Dias Sobrinho (1995, p. 9) a avaliação institucional consiste num empreendimento sistemático, que busca a compreensão global da Universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões.

A cultura de planejamento institucional se dá, não apenas pela sistematização dessa prática, mas sobretudo na tentativa de reconhecer na auto avaliação institucional os ajustes que precisam ser feito, visto as vozes da comunidade universitária frente a uma dimensão de aspectos culturais existentes no campus. Caso contrário há um perca de valor nesse instrumento de avaliação dentro das IES.

Paralelo a essas discussões, é bem verdade que o campo acadêmico tem avançado na busca de reflexões acerca do funcionamento e dos aspectos sociais frente às práticas das Comissões Própria de Avaliação dentro das IES, com o propósito de contribuir no estreitamento do que concerne a inserção dos diagnósticos abordados nas avaliações institucionais diante das auto avaliações, que os mesmos sejam enxergados nas pautas dos planos das Universidades , sendo este a manivela crucial para atendimento dos anseios da comunidade acadêmica e a agregação de valores ao órgão colegiado em pauta, assim também a Avaliação Institucional.

As temáticas nas tabelas acima apontam um início de evolução, ainda de forma lenta das narrativas voltadas a Avaliação na Educação Superior, especificamente ao funcionamento das CPAs, mas também chama a atenção para uma emergência literatura com diz respeito a estática repetição no tratamento das temáticas, deixando de "rasgar" discurso desdobrador digno de retórica para o enriquecimento da epistemologia no contexto da Educação Superior - Avaliação Institucional - CPAs.

O contexto do funcionamento atrelado aos aspectos sociais tem embalado discussões reflexivas e desafiadoras. Os aspectos culturais articulados ao contexto dos aspectos sociais são importantes na construção do autoconhecimento de qualquer organização social, para qualquer Instituição, pelo fator da diversidade existente. Torna-se valioso no entendimento a respeito da/na formação das comissões, por exemplo, uma vez que irão traçar os caminhos a serem percorridos pelas IES na modalidade avaliação institucional.

As exposições culturais ,políticas , de gêneros, que circundam em aspectos sociais oriundos de uma comunidade existente nos campus das Universidades, resultantes de políticas de acessibilidade enquadrada nas políticas de redução das desigualdades sociais,

trazem suas manifestações não só nos estereótipos, de cor, de raça, mas também das diversas realidades que acompanham sua trajetória de vida, sobretudo de suas concepções frente a luta pela mudança de situações que só a educação pode promover, especificamente num ambiente de discussão laica, de gratuidade e teoricamente de igualdade para todos.

Neste contexto, a avaliação apresenta-se como um processo pedagógico, com possibilidade permanente de transformação. Por esse motivo, no aspecto apontado, a constituição dos agentes está interligada à estrutura institucional, particularmente aos aspectos culturais e às relações de poder.

Para Cardoso (2017), a CPA desempenha um papel importante tanto no âmbito da política do SINAES, quanto no contexto educacional. Assim a mesma constitui-se em um espaço democrático que garante a participação da comunidade acadêmica nas decisões políticas em torno da avaliação nas instituições educacionais.

É justa nessa narrativa que discutir a atuação da CPA atrelada a intencionalidade dos aspectos sociais, via a auto avaliação oriundo das avaliações Institucionais, resultando em diagnósticos, instrumento crucial de pauta nos planos das Universidades que as mudanças de realidades nas IES possa acontecer. Essa insistência é válida para atendimento da diversidade cultural da comunidade acadêmica, assim também para a redução das desigualdades sociais, atrelado ao valor atribuído a atuação das Comissões Própria de Avaliação frente as Avaliações Institucionais na Educação Superior.

4. TRAJETÓRIA DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: ATUAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Neste capítulo iremos abordar as legislações que embasam o percurso da Avaliação no Ensino Superior, Finalidades e Objetivos do SINAES e a trajetória da CPA no Brasil, enfatizando sua atuação especificamente no tocante aos aspectos sociais e de funcionamento, como a temática já cita, onde o percurso trilhado pela mesma, surge bem antes de ser inserida na legislação e instituída como diz a literatura. Muito embora sua existência é numa outra perspectiva de Avaliação na Educação Superior, que ao longo do tempo é entendido diante de várias reflexões conflitantes e consensuais, como órgão autônomo de construção de Avaliação da IFES com o propósito de abordar questões internas da universidade.

5.1 FINALIDADES E OBJETIVOS DO SINAES - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Instituído, em 2004, pela Lei nº 10.861/2004 e regulamentada pela Portaria Ministerial nº 2.051/2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) integra metodologias diversas, associadas à concepção de avaliação global e integrada e tem, por finalidade:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004d, p. 1).

Assim, a avaliação institucional, no âmbito do Sinaes, é instituída como sistema, elaborada a partir de uma concepção global, articulada a uma metodologia coerente para o momento, de maneira a contribuir para a transformação do ensino superior. Neste sentido, deve ser:

[...] um conjunto de instrumentos e procedimentos com base numa concepção global que produza também efeitos articulados com essa metodologia, mas também que ela possa colaborar centralmente com a construção de um sistema de educação superior mais coeso e mais

coerente e com uma função social mais definida, que de alguma forma também esteja vinculada a um projeto de nação. (KASSAB, 2003, p. 6).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, e a extensão que são os pilares que sustentam a Educação Superior, assim como também a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

No sentido de orientar e qualificar a oferta de educação superior no País, em 2004, no primeiro mandato do governo Lula, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAES).

Dessa forma, o SINAES é, como política de avaliação, herdeira das duas principais iniciativas de avaliação que haviam sido postas em práticas no cenário nacional, a primeira no governo Itamar Franco e a segunda, no FHC.

O SINAES foi, conseqüentemente, o produto possível das experiências anteriores de avaliação da educação superior realizadas no Brasil – PAIUB e ENC. No documento produzido pela CEA (BRASIL/MEC, 2003), são listados entre os princípios fundamentais do SINAES: “integração”, “participação”, “promoção de valores democráticos”, “respeito à diversidade”, “busca da autonomia”, “afirmação da identidade” e “dimensão formativa” (Art. 1º, § 1º, da Lei nº 10.861/04. BRASIL, 2004).

Tais princípios são pertinentes à definição da autoavaliação institucional, modelo de estudo de caso; mas, são dissonantes em relação à definição da avaliação no ENADE, pela forma, como já mencionado, como os atores utilizam e interpretam os dados apresentados pelo instrumento, ora observando-o como modelo de análise de sistema, ora como modelo de objetivos comportamentais (HOUSE, 2000).

Consolidada as avaliações realizadas, os resultados das mesmas possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

A operacionalização é de responsabilidade do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Nesta operacionalização, o INEP tem a finalidade de atribuir conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis (1-5),

atribuídas a cada uma das dez dimensões avaliadas e no final avalia-se o conjunto delas. São elas: 1. Missão e PDI, 2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão, 3. Responsabilidade social da IES, 4. Comunicação com a sociedade, 5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnicoadministrativo, 6. Organização de gestão da IES, 7. Infraestrutura física, 8. Planejamento de avaliação, 9. Políticas de atendimento aos estudantes, e 10. Sustentabilidade financeira.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente.

O Sinaes reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições. Os processos avaliativos do Sinaes são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

O SINAES é formado por três grupos de ação: Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG); Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE); e a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES). O ENADE e ACG, informados com os dados oriundos do Censo da Educação Superior e do cadastro das IES, são de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), conforme estabelece o art. 8º da Lei 10.861/04. O órgão responsável pela formulação e coordenação do SINAES é a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), ou seja, coordena a formulação dos processos avaliativos: Autoavaliação, Avaliação Externa, e Reavaliação (Meta-avaliação).

Na Lei 10.861 de 2004 expressa: Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, inciso VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- § 1º O Sinaes tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional

e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

- § 2º O Sinaes será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O Sinaes, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – Avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos.

II – O caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos.

III – O respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos.

IV – A participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior e da sociedade civil por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no *caput* deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Nesse sentido, entendemos a legislação citada como uma formalização concreta para a Avaliação no Ensino Superior, especificamente Avaliação Institucional nas IES, mas sobretudo uma organização sistematizada por meio de diagnósticos, autoavaliação e demais segmentos como instrumento situacional sobre as avaliações, os cursos de graduação, e sobre as aprendizagens dos estudantes. E nesse processo:

"A avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la criando enfoques, --- perspectivas, mostrando relações, atribuindo significados. M.H. ABRAMS, in RISTOFF, Dilvo, 1995.

A literatura aqui pautada objetiva principalmente, como um mecanismo por meio das autoavaliações para tomada de decisões na construção de planejamentos orgânicos às IES, numa perspectiva de exercer seu papel enquanto instituição formal responsável pelas transformações sociais.

5.2 OS PERCURSOS DA AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) NO BRASIL

No Brasil o sistema de avaliação do ensino superior teve início ainda nos anos 1970, porém nos anos 80. houve um grande movimento docente, que coordenado pela ANDEA (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), debateu e discutiu sobre o assunto. Em 1983, surgiu a primeira proposta de Avaliação da Educação Superior no Brasil, denominado Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), que tinha o intuito discutir através de questionários aplicados a estudantes, dirigentes e docentes das universidades, os temas gestão, produção e disseminação de conhecimentos, colaborando de maneira significativa na percepção do impacto da lei 5.540/68.

De acordo com a comissão especial de avaliação, essa lei propunha mudanças no ensino superior no que se refere à "estrutura administrativa, à expansão das matrículas e à sua caracterização, à relação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, características do corpo docente e técnico administrativo e vinculação com a comunidade". BRASIL (2003, p.16)

Dentre as iniciativas houve também: em 1986 a criação do Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior - GERES; e da Proposta de Avaliação do Ensino Superior, que foi um projeto instituído pela UNB (Universidade de Brasília), ambos foram de suma importância pois, criaram estratégias que colaborassem com o processo de avaliação institucional.

Nos anos de 1993 e 1994, acontece um grande debate sobre o tema em pauta, reunindo Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior pela Associação Brasileira dos Reitores das Universidades, criando assim um programa de apoio à avaliação do sistema de ensino superior, denominado Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileira (PAIUB). O mesmo tinha como intuito a adesão voluntária das universidades brasileiras, sendo primordial a auto-avaliação da instituição, que conseqüentemente, daria as informações necessárias para a realização de uma avaliação externa, ou até mesmo de uma reavaliação, pois o programa previa continuidade e sistematização do processo. Também uma contribuição essencial no PAIUB, foi que através do caráter institucional e global desta proposta as universidades puderam desencadear seus processos de avaliação institucional.

No ano de 1995, o Exame Nacional de Cursos (ENC), foi instituído, seu principal objetivo era medir as aprendizagens dos graduandos do último ano, para então avaliar externamente o curso, reordenando assim o modelo brasileiro de avaliação institucional. Essa estratégia de avaliação, foi reconhecida pela sociedade, como processo de classificação das universidades. Esse processo avaliativo acontecia de forma fragmentada, desconsiderando os fatores determinantes do desempenho dos estudantes, e principalmente o contexto local e institucional dos cursos.

Em 2003, Cristovam Buarque, Ministro da Educação, regulamentou a Comissão Especial de Avaliação (CEA), que tinha como objetivo oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para reformulação dos processos e políticas da educação superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados.

A Comissão Especial de Avaliação sugeriu ao Ministério da Educação, a criação da Comissão Nacional da Educação Superior (CONAES), para que a mesma passasse a coordenar e supervisionar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), assegurando assim, o funcionamento e cumprimentos dos princípios e orientações gerais estabelecidos e vinculados a política pública de educação superior. Assim acontece a aplicação do SINAES em três modalidades: Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) - através da auto-avaliação, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação de cada IES, e avaliação externa - realizada por comissão designada pela INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) - avaliação dos cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade dessa avaliação depende diariamente do reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE) - avaliação aplicada aos estudantes no final do primeiro e último ano do curso. Anualmente o MEC, com base em indicação da CONAES definirá as áreas que participarão do ENADE. Nesse sentido, o SINAES prevê a participação e integração, mostrando que os projetos institucionais devem ser avaliados, possibilitando assim, princípios democráticos, afirmação da autonomia, convivência com a diversidade e fortalecimento da identidade institucional.

Na Lei nº 10.861/2004, em seu art. 11, determina que a CPA seja composta por uma comissão representativa de todos os segmentos da comunidade acadêmica, como também por membros da sociedade civil organizada. No entanto, fica sobre responsabilidade das Comissões Própria de Avaliação das Instituições de Educação Superior definir a quantidade de participantes, a maneira de como se organiza e a forma de funcionamento da CPA, de acordo com a demanda, a realidade e as situações prévias de avaliação da IES. Tendo em vista o grau de autonomia atribuído pela Lei às instituições para a estruturação das CPA's, pressupõe-se a existência de diversificados modelos de organização e funcionamento de tais comissões, como sugere Peixoto (2009).

As Comissões Próprias de Avaliação – CPAs, são responsáveis pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição – Autoavaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. As CPAs possuem legitimidade em seu fazer frente aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição, garantindo a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e de representantes da sociedade civil organizada.

A prática da Autoavaliação como processo permanente será instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação na Instituição. A avaliação, realizada anualmente, é de fundamental importância para o aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa na concepção da missão, dos objetivos e metas, visando à melhoria da qualidade do ensino oferecido. O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento tanto pessoal – dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo – quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e autoconsciência.

A princípio a Comissão Própria de Avaliação - CPA era entendida apenas com a finalidade de elaboração de um relatório para o MEC, SOUZA (2015). No entanto, com o passar dos tempos, esta comissão foi ganhando representatividade junto à sociedade acadêmica. Consequentemente, o Corpo Diretivo das universidades, passou a enxergar a CPA com olhos de planejamento utilizando-o como uma ferramenta analítica de forma panorâmica avaliando a Instituição.

Com a legislação do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) BRASIL,(2004) sugere, a todas as Instituições de Ensino Superior (IES),

diversos instrumentos que a) CPA utiliza para realizar suas avaliações tais como autoavaliação, avaliação externa, avaliação das condições de ensino, ENADE, CENSO e cadastro. Instrumentos esses que se iniciam pela autoavaliação que é conduzida pela CPA.

Nesse fazer, a autoavaliação articula um estudo segundo o roteiro geral proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo, segundo informações adquiridas no site do INEP.

Deve também conter todas as informações e demais elementos avaliativos constantes do roteiro comum às análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico que a IES pretende empreender, ou seja, transformar em resultados consistentes dentro da Instituição. Isto é possível em decorrência da identificação dos meios e recursos necessários para a realização de melhorias, assim como uma avaliação dos acertos e equívocos do próprio processo de avaliação.

Nesse sentido, os resultados obtidos com a avaliação são utilizados: pelas IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e o público em geral; e para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

Com isso, a CPA tem um papel de grande relevância no processo de avaliação das IES tanto com relação ao seu funcionamento, pois demonstra uma eficácia em sua atuação, mas sobretudo no atendimento aos aspectos sociais.

5.3 A CPA E SUA ATUAÇÃO ENQUANTO ESPAÇO DE PRODUÇÃO OU REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS POR MEIO DA AUTOAVALIAÇÃO.

No Art. 3º da lei 10.861/2004, especificamente no inciso III – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Assim também nos incisos IX e X que diz: IX – Políticas de atendimento aos estudantes. X - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

No Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação (CPA), no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – Constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

II – Atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Para que a autoavaliação realizada pela CPA tenha sucesso, é necessário que todos os membros tenham consciência da importância dessa autoavaliação e participem do processo.

Os integrantes da CPA precisam construir um diálogo entre a gestão universitária e a comunidade acadêmica, atuando como protagonistas desse processo avaliativo (Augusto e Balzan, 2007, P. 621). Nessa compreensão, a avaliação deve ser um processo socialmente organizado e promovido por atores sociais com legitimidade e competência política, para além da competência técnica, onde a mesma retrata a identidade da instituição diante do contexto real na busca de progressos. Função esta que caracteriza uma autêntica Avaliação Institucional.

Nesse fazer pedagógico, mais discussões devem ser instigadas com o objetivo de alavancar pesquisas que promovam a atuação da CPA numa perspectiva social e de funcionamento voltada para o atendimento às necessidades da comunidade acadêmica.

Cada uma das CPAs é um recorte importante de continuidade do Sinaes, estabelecendo um elo entre seu projeto específico de avaliação e o conjunto do sistema de educação superior do País.

Estas comissões, no desempenho de suas atribuições, serão responsáveis pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep”³, BRASIL, (2004).

Daí decorre o papel crucial das CPAs na elaboração e desenvolvimento de uma

proposta de auto-avaliação, em comum acordo com os órgãos colegiados da IFES e com a comunidade acadêmica .

A CPA deve contar, na sua composição, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada, ficando a critério dos órgãos colegiados superiores da instituição as definições quanto ao seu modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento.

Uma vez constituída a CPA, seu funcionamento específico deverá prever estratégias que levem em conta as características da instituição, seu porte e a existência e não de situações vivenciadas durante o processo de avaliação anterior pelos graduandos ,pós graduandos e outros.

A organização do processo de auto-avaliação prevê a ocorrência de três diferentes etapas apresentadas neste texto. A preparação para a implementação da auto-avaliação compreende algumas ações fundamentais: a constituição da CPA, a sensibilização interna a cada instituição, os seminários regionais de avaliação promovidos pela Conaes e pelo Inep, o envolvimento da comunidade acadêmica e a elaboração da proposta de avaliação. Este conjunto de ações coordenadas internamente visa enxergar por meio dos relatórios,planejar e dar soluções de acordo com as demandas sociais, políticas e acadêmica da IES

A Comissão Própria de Avaliação tem por função coordenar e articular o processo interno de avaliação da instituição. Sua responsabilidade transversal precisa ter visibilidade e suporte operacional das instâncias dirigentes da IES. A ela também cabe sistematizar e disponibilizar informações da instituição solicitadas pelo Inep/MEC, responsável pela execução da avaliação.

Uma vez aprovada pelos colegiados superiores da IES, a CPA funcionará de forma autônoma no âmbito de sua competência legal, fazendo ampla divulgação de sua composição e de sua agenda. Ao final do processo de autoavaliação, a CPA prestará contas de suas atividades aos órgãos colegiados superiores, apresentando relatórios, pareceres e, eventualmente, recomendações. Fica entendido, portanto, que uma vez concluída a avaliação da instituição em sua etapa interna e externa, compete à instância superior da IES a responsabilidade pela (re)definição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir.

Para manter um ritmo adequado e conseguir eficiência no processo de avaliação, é preciso realizar o planejamento participativo das ações, registrando-as em um plano de trabalho que inclua cronograma, distribuição de tarefas e recursos (humanos, materiais e

operacionais). No entanto, a metodologia, os procedimentos e os objetivos do processo avaliativo são decididos pela CPA de cada instituição segundo a sua especificidade e dimensão.

Definidos a proposta e o planejamento da avaliação, seu desenvolvimento buscará assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos previstos. Mesmo que se desenvolva em processo, a avaliação institucional apresenta análises e resultados durante todas as suas etapas e atinge momentos de consolidação de resultados de caráter mais geral e abrangente. Esta etapa deve possibilitar a elaboração de propostas de políticas institucionais e, ainda, redefinição da atuação ou da missão institucional.

Para a efetiva consolidação da avaliação acontecer é fundamental algumas atividades e produtos tais como: relatórios, divulgação e balanço crítico. Onde nos relatórios estão contidos os textos compostos pelos resultados das discussões, da análise dos dados e da interpretação das informações que são entregues aos membros da comunidade acadêmica, a CONAES, o Ministério da Educação e a sociedade. Já a divulgação deve oportunizar a publicação dos resultados com a utilização de diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros.

Neste sentido, a avaliação institucional precisa ser um momento crucial de exposição pública da instituição e de comunicação transparente com a comunidade interna e externa. Essa interação deve produzir um dos insumos mais preciosos do processo avaliativo capaz de fertilizar, por meio da autoconsciência valorativa, a capacidade da instituição de planejar-se para o futuro com maior qualidade acadêmica e pertinência social.

Com isso, o processo de auto-avaliação proporciona o autoconhecimento, que em si já representa grande valor para a IES e se caracteriza como um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES. Assim também a finalização de cada fase da avaliação, a reflexão sobre o processo é necessária, visando a sua continuidade. Dessa forma, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços que se apresentaram durante o processo, permitirá planejar ações futuras.

Neste processo de construção e consolidação do projeto de avaliação de cada IES, a interação da CONAES/INEP com as CPAs será efetivada tendo em vista o acompanhamento e aperfeiçoamento do processo de avaliação.

Esse processo, para cumprir plenamente seus objetivos, precisa contar com o comprometimento dos dirigentes nas diversas instâncias, com uma equipe de coordenação (CPAs) que estabeleça as formas de efetiva participação da comunidade acadêmica. Como suporte aos atores da auto avaliação, a IES precisa disponibilizar dados e informações necessários à análise e interpretação das CPAs.

Portanto, a CPA é órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, é recomendável que, no processo de escolha dos seus membros, sejam consultados os agentes participantes do processo. Tal se faz necessário, pois, sem o envolvimento da comunidade, a avaliação não cumprirá plenamente o seu ciclo participativo.

5. FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo, trata-se dos fundamentos e procedimentos metodológicos que foram adotados para o alcance dos objetivos desta pesquisa, problematizando as questões postas na introdução e no referencial teórico, a partir dos dados e informações levantados nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e nas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), no que diz respeito a atuação das mesmas no tocante aos aspectos sociais e de funcionamento no contexto do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Essa escolha metodológica é um dos elementos fundamentais para a condução de qualquer trabalho científico. A metodologia indica a escolha teórica a ser realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo. Inicia-se com a escolha do tema, construção do problema e se constitui na seleção de procedimentos sistemáticos e estratégias de pesquisa responsáveis por descrever e explicar uma determinada situação de estudo.

Com base na fala de Fonseca (2002), metodologia (*methodos* – organização, *logos* pesquisa) é o estudo da organização dos caminhos que deverão ser percorridos para se realizar um estudo, pesquisa, ou para fazer ciência. Para Minayo (2007, p. 44) metodologia é definida como:

[...] a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Vale pontuar que método e metodologia são conceitos distintos. Enquanto o método refere-se as técnicas e aos procedimentos que serão utilizados na pesquisa; a metodologia é o percurso que deverá ser trilhado para se atingir o objetivo proposto pela pesquisa, indicando a escolha teórica que o pesquisador irá utilizar para desvendar seu objeto.

De acordo com Gil (2007, p. 17) a pesquisa é definida como o “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”, desenvolvida em um processo constituído em várias fases, que vai desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Em face aos conceitos acima explorados e, norteado pela problemática e pelos objetivos da pesquisa, são descritos neste capítulo os caminhos que foram percorridos para a melhor compreensão deste objeto de estudo durante a realização da pesquisa em campo.

5.1 Delimitação da amostra e dos sujeitos da pesquisa

É importante delimitar o universo e os sujeitos da pesquisa para que dessa maneira, compreenda-se ser relevante delimitar o universo da pesquisa no tocante a atuação da CPA nos aspectos sociais e de funcionamento no contexto do Sinaes. Quanto à delimitação da amostra, os autores Ribeiro, Souza, Lobão (2018) no artigo “Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados?” publicado na Revista Pesquisa Qualitativa, relatam que em investigações de cunho qualitativo é mais difícil colocar um número exato de respostas dos participantes, principalmente porque as respostas são pouco estruturadas, sendo que uma resposta pode ter mais informações do que outra.

Em face disso, os referidos autores apresentam o entendimento sobre saturação teórica:

A saturação teórica pode ser compreendida como a fase ou ponto da análise de dados qualitativos em que o investigador, decorrente da amostragem e análise de dados, constata que não surgem factos novos e que todos os conceitos da teoria estão bem desenvolvidos. Os conceitos e ligações entre os conceitos que formam a teoria foram verificados e nenhum dado adicional é necessário. (RIBEIRO, SOUZA, LOBÃO, 2018, p.3).

Portanto, conforme os autores, a saturação teórica é o fechamento da amostra, isto é, o encerramento da inclusão de novos participantes quando os dados passarem a apresentar, na avaliação do pesquisador, redundância ou repetição.

Com relação aos sujeitos da pesquisa foram selecionados: seis (6) Coordenadores/Representantes das CPAs - Comissão Própria de Avaliação, sendo um (1) Coordenador de cada instituição. Porém apenas quatro (04) participaram da entrevista. Esses foram os participantes que contribuíram para o resultado da pesquisa. Os mesmos são identificados como (CR) Coordenador/Presidente/Representante da CPA, enumerado de 1 a 4, correspondendo assim as IFES pesquisadas.

Diante disto cada um deixou sua contribuição para a compreensão de como atua a CPA das instituições federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES. No quadro a seguir procede o perfil dos autores que participaram da entrevista.

PERFIL DOS PROFISSIONAIS INVESTIGADOS.

CAMPO	FUNÇÃO	PERFIL PROFISSIONAL	FASE QUE ATUA	TEMPO DE EXPERIÊNCIA
IFES - CPA - A	Presidente	Graduada em Ciências e Dra. em Desen. Urbano	Professora da Área de Ciências e Saúde Mental	15 anos
IFES - CPA - B	Coordenadora	Doutora em Educação	Professora da área de Saúde	10 anos
IFES - CPA - C	Presidente	Pedagoga e Dra. em Educação	Coordenadora de Gestão Publica	13 anos
IFES - CPA - D	Presidente	Enfermeira e Dra. em Biotecnologia	Coordenadora dos Cursos de Saúde	13 anos

Fonte: Quadro construído pelo pesquisador.

Este quadro apresenta a estrutura das instituições e suas respectivas CPAs participantes da entrevista, identificadas pelas letras A , B, C, D. Esta ordem não foi aleatória e sim de acordo com a sequencia da entrevista realizada.No tocante está a

função que o membro entrevistado representa no órgão colegiado pautado no texto, assim como sua formação por área de conhecimento, suas experiências e sua atuação profissional no momento, assim também o tempo de serviço na área citada.

5.2 Procedimentos metodológicos

Este referido trabalho delineou a pesquisa em quatro etapas, por meio de uma abordagem do tipo qualitativa. A pesquisa exploratória, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, e a pesquisa de campo numa perspectiva adotada por Stake (2011). Etapas essas que não estiveram restritas ao processo temporal, mas ocorreram respectivamente de acordo com as condições apresentadas no decorrer do desenvolvimento das atividades da pesquisa.

5.2.1 ETAPA I

No intuito de apreender as concepções teóricas e as práticas de funcionamento relacionadas ao processo de atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) referentes aos aspectos sociais na modalidade de avaliação institucional no contexto do SINAES, realizou-se pesquisa exploratória, para subsidiar o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

O fazer da construção metodológica é um importante passo para direcionar qual percurso deverá ser seguido e conhecer melhor o objeto de pesquisa. Com o propósito de compreender como atua a CPA das Instituições Federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES, utilizou-se a abordagem qualitativa como eixo norteador para aprofundar a compreensão desse objeto.

Esta se fez pertinente ao presente estudo devido a sua reconhecida eficácia nas pesquisas sobre fenômenos sociais, sobretudo a partir de abordagens que permitam um maior contato com o objeto de estudo, para que se consiga realizar uma descrição dos fatos. Com efeito, a abordagem qualitativa se diferencia da quantitativa por estar intencionada em entender não em termos quantitativos determinado fenômeno, mas os contextos subjetivos que levaram a determinados acontecimentos (MINAYO, 2000).

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, por corresponder com a pesquisa semiestruturada, por meio disto os entrevistados puderam se sentir animados e estimulados a pensarem sobre o tema permitindo assim sua liberdade de expressão.

Segundo Minayo, (2003, p 16-18), pesquisa qualitativa é, “um caminho de pensamento a ser seguido, é ocupar um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotadas para construir uma realidade”.

A metodologia aqui exposta possibilitou clareza sobre como a pesquisa foi realizada, classificando assim onde se deu, os sujeitos que foram entrevistados e os instrumentos elaborados para coletar os dados.

Segundo Minayo (1994, p. 78):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesta perspectiva, esta abordagem se relaciona como o objeto de pesquisa, tendo em vista que:

“o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno”. Richardson (1999, p. 102).

Por esse motivo, a validade da pesquisa não se dá pelo tamanho da amostra, como na pesquisa quantitativa, mas, sim, pela profundidade com que o estudo é realizado.

Para entendimento desse fazer pedagógico de maneira ampla, é extremamente importante a presença do pesquisador no ambiente da pesquisa. Compreender o sujeito fora da sua realidade pode contribuir para que as interpretações sobre a sua realidade sejam equivocadas. Nesse sentido, Triviños (1987) destaca que o ambiente em que os indivíduos realizam suas ações e desenvolvem seu modo de vida, têm importância essencial na compreensão mais clara de suas atividades.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994) existem cinco características da pesquisa qualitativa: a) o ambiente natural é a fonte direta de dados, sendo que, o pesquisador é o seu principal instrumento; b) os dados gerados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é maior que pelos resultados ou produtos; d) normalmente os dados são analisados de forma indutiva; e) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida é foco de atenção especial do pesquisador. Assim, na

abordagem qualitativa, a relação que o pesquisador estabelece com seu ambiente possibilita que sejam identificados os fenômenos que estão relacionados com o seu objeto.

Dessa forma, a pesquisa configurou-se como um estudo descritivo explicativo, adotado com a intenção de melhor conhecer o objeto e a problemática. Isso porque se trata de uma temática em constante discussão, especialmente, porque a política de avaliação vigente apresenta inúmeras facetas, sobretudo quando se trata de avaliação institucional nas IFES. Como a mesma, enquanto avaliação institucional, é um dos instrumentos que compõe o SINAES, a partir da pesquisa descritiva, busca-se conhecer melhor como atua as CPAs dentro das Instituições de Educação Superior.

Segundo Mattar (1999), as pesquisas descritivas compreendem grande número de métodos de coleta de dados compreendendo: entrevistas pessoais, entrevistas por telefone, questionários pelo correio, questionários pessoais e observação.

Segundo Silva & Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”

De acordo com Gil (1999), a pesquisa descritiva é desenvolvida para proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, sobre determinado fato, e por essa razão exige menor rigidez no seu planejamento. Com o objetivo principal de esclarecer, desenvolver e modificar conceitos e ideias, capazes de iluminar a formulação de problemas para estudos posteriores.

Bogdan e Biklen (1994) citam cinco características da pesquisa qualitativa: o ambiente natural é a fonte direta de dados, sendo que, o pesquisador é o seu principal instrumento; os dados gerados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é maior que pelos resultados ou produtos; normalmente os dados são analisados de forma indutiva; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida é foco de atenção especial do pesquisador. Dessa forma, na abordagem qualitativa, a

relação que o pesquisador estabelece com seu ambiente possibilita que sejam identificados os fenômenos que estão relacionados com o seu objeto.

5.2.2 ETAPA II

No sentido de buscar para aprofundamento os diversos fenômenos relacionados ao processo de atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), no tocante aos aspectos sociais e de funcionamento na modalidade de avaliação institucional no contexto do SINAES, ampliou-se a pesquisa bibliográfica realizada ao longo do tempo do mestrado, já com o objeto do estudo delimitado. Esse fazer pedagógico foi necessário para construir uma sólida e ampla revisão da literatura sobre o tema em estudo.

A pesquisa descritiva, neste trabalho, se apoiou no estudo bibliográfico, no qual foram realizados estudos em banco de dados da Coordenação Pessoal de Nível Superior (CAPES), na *Scientific Electronic Library On-line* (SCIELO), Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD), entre outros. Segundo Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Portanto, após delineado o embasamento teórico, foi realizada a pesquisa de campo com base na perspectiva qualitativa que “[...] incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e as estruturas sociais” (MINAYO, 2007, p. 10). Este tipo de pesquisa é caracterizado por investigações em que, além de apoiar-se na “[...] pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.)” (FONSECA, 2002).

Para Demo (2000, p. 21), a pesquisa prática “[...] é ligada à *práxis*, ou seja, a prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de

intervenção. Nesse perspectiva, não esconde sua ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico”.

5.2.3 ETAPA III

Partindo da ideia de como uma Comissão Própria de Avaliação pode atuar a partir do enfoque documental, buscou-se planejar a terceira etapa desta pesquisa, levando-se em conta os objetivos estabelecidos. Essa fase teve como finalidade conhecer os documentos institucionais das IFES, no que diz respeito ao funcionamento da CPA nos aspectos sociais na avaliação institucional no contexto do SINAES, delineando as funções atribuídas à esse órgão colegiado..

A abordagem ao campo de pesquisa, se deu, inicialmente, a partir de um aporte documental que possibilitou uma profundidade quanto ao objeto de pesquisa, bem como perceber de que forma este se articula com as ações de atuação e funcionamento da CPA no tocante aos aspectos sociais.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Com isso, nesse tipo de pesquisa, os documentos são de fonte primária e possibilitam ao pesquisador acesso a informações que estão relacionadas com o universo investigado. Os arquivos, documentos, relatórios, etc., das instituições podem ser classificados como materiais não tratados analiticamente ou processados, mas que podem receber outras interpretações (GIL, 1999).

Neste sentido, para buscar mais elementos que auxiliem na compreensão deste universo de pesquisa, foi realizado o levantamento de legislações (fonte externa) e documentos (fonte interna).

Nesse contexto o quadro abaixo, possibilita uma visão melhor dos documentos que foram analisados:

Quadro 1 – Documentos para Análise

Título	Assunto	Aspectos da análise
Lei de Nº 10.861/2004 e atualizações	SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior	Compreensão dos objetivos e finalidades do programa.
Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004	A avaliação das instituições de educação superior	Identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e à diversidade das instituições, bem como pela realização de auto-avaliação e de avaliação externa.
Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065/2014.	Relatórios Institucionais de Avaliação Interna e Externa	Analisar a importância, os objetivos e as diferenças entre esse dois documentos elaborados pelas IES
Decreto nº 5.773/2006	PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional	Análise dos aspectos sociais e de funcionamento inseridos nesse documento
Decreto nº 9.235/2017	PPI - Projeto Pedagógico Institucional	Identificação de aspectos que contribuem para as funções sociais e de funcionamento das IES

Relatórios das CPAs	IFPE-UFPE-UFRPE- UFAPE -UNIVASF	Atuação e funcionamento
Regimento Interno das CPAs	IFPE-UFPE-UFRPE- UFAPE -UNIVASF	Identificar os aspectos sociais no documento

É importante salientar que fontes documentais necessitam ser analisadas na maioria das pesquisas, sobretudo por possibilitar uma estável e rica fonte de dados, neste caso nos utilizamos de registros cursivos, pois se configuram por documentos elaborados por agências governamentais (GIL,2010). Ainda devemos ter atenção a essa fase da pesquisa por possibilitar a compreensão dos aspectos literários que agregam sentidos a estrutura do documento, como cita Andrade, (2012):

É importante pontuar que o discurso veiculado através dos documentos e de sua apropriação é constituído por ideologias que cumprirão efeitos de forma mais eficaz quando da sua inferência nas práticas discursivas exercidas, sobretudo nas instâncias com poder decisório, considerando-se, inclusive, sua ressignificação em função dos diferentes campos ideológicos com que seus sujeitos se vinculam (p.29).

Diante disso, percebeu-se que a intenção durante a análise dos documentos escolhidos, justificou-se na tentativa de buscar o encontro de enunciados no entorno de um determinado acontecimento que respalda a intenção da mensagem, é que busca se difundir por meio das práticas discursivas e sociais (ANDRADE, 2012).

Para tanto, foi possível realizar uma pesquisa, onde executou-se a catalogação, leitura, fichamento, seleção e categorização, a partir de um estudo exploratório de natureza qualitativa e quantitativa, com a utilização de pesquisa bibliográfica, questionário e análise. O estudo exploratório (leitura flutuante) trabalhos acadêmicos referentes à temática de Avaliação Institucional, distribuídos em livros, trechos de livros, artigos, PDIs (Plano de Desenvolvimento Institucional) e relatórios foram subsídios que puderam nortear a nossa pesquisa.

Portanto, a razão existencial desta pesquisa residiu na possibilidade de compreender como atua a CPA das instituições federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES.

5.2.4 ETAPA IV

Após a coleta de dados referentes às fontes documentais, focou-se esforço em consolidar o estudo, no universo da Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a pesquisa de campo. Desde já, esclarece-se que se optou nesta pesquisa por trabalhar em múltiplos locais (como cita-se nesse texto), para obter um cenário mais amplo e compreender melhor o fenômeno estudado, pois se entende que no contexto atual, para se compreender a “atuação da CPA”, faz-se necessário conhecer a dinâmica deste órgão colegiado em suas duas etapas constitutivas (institucionalmente), e na prática a partir do instrumento de coleta de dados escolhido, bem como do sujeito que está inserido nas IFES.

Para realização desse fazer pedagógico foi escolhido os instrumentos de coleta de dados que melhor atendeu aos objetivos propostos nesta pesquisa, optou-se por aplicação de questionários e entrevistas. Nesse sentido, os dados coletados com estes instrumentos subsidiaram o realce de nuances sobre o objeto de estudo e o fenômeno que se buscou investigar. Assim, neste tópico é possível perceber a relevância dos materiais que constituíram o *corpus* de análise.

Para realização desta pesquisa foram selecionadas a partir dos critérios de classificação adotado neste trabalho, onde deu-se pela amostra do tipo não-probabilística, em que as instituições escolhidas foram determinadas pelos critérios validados na experiência de cada IFES, sobretudo por terem o eixo principal como campo de pesquisa que são as CPAs, e no tocante à modalidade de Avaliação Institucional no SINAES.

Assim, foram escolhidas seis (6) Instituições da Rede Pública Federal: sendo três (03) localizadas na região metropolitana do Recife - PE, que são elas: Instituto Federal de Pernambuco (IFPE); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE); uma (01) na região do agreste, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFape), e duas (02) na região do Vale do São Francisco e Sertão Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertão Pernambucano).

A escolha destes múltiplos campos de estudo não foi aleatória, uma vez que as mesmas estão inseridas no processo de avaliação da educação superior, posteriormente possuem um órgão colegiado que cuida da avaliação institucional, e assim como todas as IES, atendem as exigências da política de avaliação no contexto da implementação

do SINAES, que são as CPAs, responsáveis por coordenar o processo de auto avaliação institucional interna. O interesse também nestas instituições se reforça no fato de que as mesmas estão localizadas em regiões distintas do Estado de Pernambuco.

Dentre as 06 (seis) IFES selecionadas para o campo de pesquisa, foi realizada a entrevista com 04 (quatro) IFES, visitou-se in loco 03 (três) espaços, todas essas CPAs – Comissão Própria de Avaliação estão localizadas na região metropolitana. A localização permitiu-se o deslocamento para a visita aos lugares citados. Enquanto 01 (uma) das IFES está situada no Sertão pernambucano, onde a entrevista foi realizada de maneira remota.

Como já pontuado, houve uma disponibilidade e um respeito muito positivo por parte dos sujeitos da pesquisa, sendo esses presidentes responsáveis pelas CPAs, sendo esses, campo de pesquisa. Na ocasião, houve-se a identificação (muito embora já realizada por telefone e e-mail, em seguida organizou-se um espaço para o início da entrevista, oriunda de uma introdução, apresentando dessa vez oralmente o objetivo da mesma, seguida de apresentação dos procedimentos da entrevista com o pedido de autorização em gravar, com o intuito de facilitar a descrição da mesma.

É por isso que Richardson (2012) aponta que, no início de uma entrevista, o pesquisador deve explicar a natureza e os objetivos do trabalho; “assegurar o anonimato do entrevistado e o sigilo das respostas” (p.216); indicar que as perguntas nem sempre serão tão óbvias, podem parecer difíceis ou sem sentido; afirmar que ele está livre para interromper, pedir esclarecimentos; colocar que ele ou ela deve “falar algo da sua formação, experiência” (idem) e interesse; e solicitar autorização para gravar e indicar o porquê deste procedimento.

Neste estudo, a observação se deu apenas como conhecimento do espaço em que está localizado este órgão colegiado que é a CPA. A mesma teve por intuito a percepção do campo empírico a fim de verificar a estrutura, não como finalidade para a literatura descrita aqui, mas como esses espaços pode interferir no fenômeno estudado que também perpassa pelas relações sociais, e assim se fez necessário entender que a observação é utilizada visando a obtenção de conhecimentos necessários ao cotidiano ao qual o pesquisador está inserido, sobretudo na fase de coleta de dados (GIL, 2010). Nesse sentido, optou-se pela observação simples, pois o pesquisador torna-se uma espécie de espectador e busca, a partir de um roteiro semiestruturado, atentar-se para os acontecimentos que envolvem o fenômeno investigado (RICHARDSON, 2012).

Buscando atingir aos objetivos específicos e respectivamente responder ao

objetivo geral, optou-se inicialmente pela aplicação e administração de questionários (para questões introdutórias), pois este teve o papel de descrever um perfil e caracterizar os sujeitos pesquisados (GIL, 2010). Assim, a opção pelo questionário foi direcionada aos Presidentes (assim como são identificados enquanto membros responsáveis) das CPAs, com o intuito de compreender como atua a CPA das instituições federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES, para o aprofundamento necessário a análise que foi a aplicação das entrevistas semiestruturadas.

De início utilizou-se o questionário, para identificação dos entrevistados contendo algumas questões introdutórias a respeito do tempo de serviço na instituição, no cargo que ocupa, área de formação, dentre outros, vistos no apêndice. Justifica-se, portanto a utilização do questionário, por este permitir a criação de um panorama inicial de dados, levantados a partir de questões abertas e fechadas (RICHARDSON, 2012).

Com relação as entrevistas, estas foram direcionadas aos responsáveis pelas CPAs - Comissões Própria de Avaliação de cada IES, que são os coordenadores e/ou representantes das mesmas. A entrevista foi escolhida devido a esta se constituir de uma interlocução que tem uma intenção, geralmente associada a coleta de dados sobre fenômenos ligados ao entrevistado (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas (Richardson ,2012, p.208).

Nessa perspectiva, o tipo de entrevista utilizada neste estudo foi a semiestruturada, por entender-se a partir de Triviños (2010), que esta se caracteriza por partir de questionamentos básicos, com perguntas fundamentais pré-estabelecidas, mas que no contato com o campo e na interlocução poderia surgir outras perguntas que pudessem somar na busca de resultados consistentes, além de possibilitar um maior envolvimento com o entrevistado, este movimento oportuniza o surgimento de colocações que capazes de ir além do almejado.

Porém, diante de vários contextos dentre eles: comunicação, geográfico, climático e estrutural, duas Instituições de Ensino Superior, dentre elas pontuadas acima, não participaram da entrevista, receberam toda a documentação (ofício, carta de anuência, o parecer consubstancial do Comitê de Ética e projeto detalhado) como mostra os procedimentos para a realização de uma pesquisa de campo, mas não deram retorno ao pesquisador. Das seis IFES selecionadas, apenas quatro (04) participaram da pesquisa de campo, posteriormente da entrevista.

Para este fazer em campo foram realizadas a entrevista presencial em três (03) instituições no espaço da CPA – Comissão Própria de Avaliação, onde aconteceram de maneira muito acessível para as informações, disponível e espontânea para obtenção das respostas seguindo o roteiro da entrevista.

Uma dessas instituições foi realizada a entrevista de maneira remota, através do aplicativo google meet, por motivo já narrado acima, em virtude da distância e da logística para com a pessoa entrevistada em que a mesma se encontrava muito sobrecarregada, porém, a participante foi muito solícita, disponível e atenta a todo o roteiro da entrevista

Bem parecido também, aconteceu com a participação da quarta instituição, onde foi realizada a pesquisa de campo em dois momentos. Iniciamos remotamente, via google meet, porém fomos interrompidos pela queda de energia e posteriormente a falta de internet. Para concluir, fez-se presencial, pois era a única maneira de gravar, facilitando a descrição via um aplicativo no whatsapp. Esse fazer se deu em razão de situações mencionadas anteriormente neste texto, mesmo assim correspondeu às expectativas esperadas.

É importante a escolha bem como a visita nos campos de pesquisa,

“[...] porque o investigador frequenta os locais em que naturalmente se verificam os fenômenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas” (BOGDAN e BIKLE, 1994, p. 17).

Nessa perspectiva, foi possível perceber um maior envolvimento do sujeito entrevistado para com a compreensão das questões indagadas frente a maneira de atuação do entrevistador. Dessa forma, conclui-se a pesquisa de campo nas IFES citadas com intuito de compreender como atua a Comissão Própria de Avaliação no tocante aos aspectos sociais e de funcionamento na modalidade de Avaliação Institucional no contexto do SINAES.

5.2.4.1 Percurso realizado na busca de dados da pesquisa de campo

Neste texto está narrado o processo trilhado para a coleta de dados que não foi nada fácil. Tudo começou com a burocratização na submissão da pesquisa ao Conselho de Ética da referida Instituição de Ensino Superior a qual está jurisdicionado o programa de mestrado. Neste fazer, o sistema do conselho não ajudava em razão de ser desconhecido para mim enquanto pesquisador.

O passo a passo do mesmo impossibilita uma linguagem clara e sequencial, em como as exigências com os documentos nas etapas propostas, a formatação nos arquivos, a transferência do sistema do Conselho de Ética para a generalização nacional, sendo direcionado para o banco de dados GOV.BR.

Outra questão bem pertinente (essa vale salientar), com diz respeito aos prazos tanto de etapa para etapa no sentido do depósito dos documentos e reconhecimento dos mesmos, quanto na validação por parte da equipe em averiguar e aprovar diante de uma reunião agendada institucionalmente pelo departamento.

Tudo isso gerou uma angústia muito grande no sentido dos prazos e legitimação para encaminhamento aos ofícios e carta de aceite das IES, assim como das CPAs sendo essas objeto de estudo e campo de investigação e entrevista na busca de dados para confirmação ou não nas hipóteses propostas e dos objetivos postos no início da dissertação.

Um quesito que vale muito pontuar, diz respeito ao corpo de servidores do Conselho de Ética, pois os mesmos são muito disponíveis, acessíveis, colaboradores e atenciosos, aos quais tenho muito respeito e reitero a consideração pelos mesmos.

Vale salientar que o recorte narrado aqui perpassou além de pessoas envolvidas no processo de construção desta pesquisa, envolvendo tempo, questão financeira que é um requisito muito complexo e pesado quando retrata a condição de vida do sujeito, o local onde o mesmo reside e está inserido que acaba repercutindo quem sai do interior do Estado para Capital sob diversas situações climáticas, estrutural, deslocamento, alimentação dentre outras situações.

Em face a tudo isso o Sistema que independe de pessoas, como cumprimento

de prazos, estrutura tecnológica, estrutura cultural, social, política e sobretudo psicológica oriunda não apenas dos ranços deixados principalmente pela pandemia patológica, mas também das manchas que acompanham a trajetória daqueles que são forçadamente injustiçados pelas condições de vulnerabilidade gerais.

Em vista a tudo isso, conseguiu-se concluir a realização das entrevistas propostas para as IFES pontuadas neste texto, com o propósito de compreender como atua a CPA das Instituições Federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES.

5.3 Procedimentos de tratamento e análise dos dados

A análise dos dados qualitativos obtidos tanto nas entrevistas semiestruturadas quanto nos documentos selecionados foi feita a partir de umas das técnicas da análise de conteúdo sugerida por Bardin (2011), a análise temática categorial. Conforme o autor:

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, que depende do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de resposta a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas (BARDIN, 2011, p. 36).

Conforme Bardin (2011) as fases da análise de conteúdo são três: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise o pesquisador organiza os documentos, selecionando o material que será submetido à análise. Na exploração do material os dados são transformados em categorias de análise. Por fim, chega-se ao tratamento dos resultados obtidos, a partir da interpretação dos dados para resultar nas reflexões finais.

Foi nessa perspectiva que se deu o processo de construção e análise dos dados, onde pedagogicamente categorizou-se as narrativas obtida durante o percurso no campo de pesquisa, seguindo a entrevista realizada com o roteiro proposto, assim com as respostas dos participantes em compreender como atua a CPA das Instituições Federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo, a partir das entrevistas realizadas com os membros que participam da Comissão Própria de Avaliação das Instituições Federais de Ensino Superior de Pernambuco selecionadas e pautadas nesta dissertação. Os dados que tratam sobre os aspectos sociais e de funcionamento da comissão foram analisados com base nas respostas dadas pelos Presidentes/coordenadores das CPAs (participantes da pesquisa) a partir das categorias: Perfil do coordenador da CPA; Composição da CPA; Concepção de Avaliação Institucional; Relação da CPA com a comunidade acadêmica e a gestão institucional; e Elementos da cultura organizacional. Já os aspectos de Funcionamento são analisados dentro das categorias: Processo de avaliação interna – metodologia; Processo de participação e decisão; e Experiência de funcionamento da CPA.

O capítulo está organizado em duas partes: a primeira corresponde à organização das CPAs no contexto dos aspectos sociais; a segunda parte aborda a organização das CPAs no contexto do funcionamento. Para dar sustentação à pesquisa, as análises e discussões dos dados foram fundamentadas a partir das seguintes abordagens: Funcionamento e Modos Sociais (DIAS SOBRINHO 2000); emancipatório/democrático (SILVA, 2011); campo da avaliação e foco na CPA (BERNARDES E ROTHEN, 2016); e, organização, contextualização, perspectivas e possibilidades, (CARDOSO, 2017); que norteia o atual processo de atuação da Comissão Própria de Avaliação.

6.1 DIMENSÃO - ASPECTOS SOCIAIS DA CPA

Nessa seção são discutidos os resultados das entrevistas realizadas com os participantes das comissões – IFES-A, IFES-B, IFES-C, IFES-D. Primeiramente, é caracterizado o perfil do coordenador da CPA; em seguida, são abordadas a composição da CPA, e a Relação da CPA com a comunidade acadêmica e a gestão. Com base na percepção coletiva dos sujeitos, são descritos: Elementos da cultura organizacional, A Concepção de Avaliação Institucional e as relações sociais construídas por esses grupos ao longo do processo.

6.1.1 PERFIL DO COORDENADOR DA CPA

Com o objetivo de conhecer o perfil do coordenador da CPA, mas sobretudo de discutir essa temática utilizando essas informações numa perspectiva da mesma está inserida nos aspectos sociais. As entrevistas foram direcionadas aos representantes que atuam nas CPAs das IFES citadas na metodologia e citada no texto acima. Para preservar o anonimato desse público foi elaborado o código de identificação formado pelas letras iniciais da categoria representada e sua classificação numérica em ordem crescente, seguida da sigla que identifica a comissão do participante.

Para este fazer, categorizou-se saber as seguintes informações sobre o Presidente da comissão: Sua idade; Sua Formação Acadêmica; O Cargo que ocupa na IFES; Suas Experiências Profissionais; Tempo que trabalha na Instituição; e por fim Suas Experiências em avaliação.

Baseado nas informações obtidas, a partir das entrevistas segue o quadro:

CAMPO	FUNÇÃO	PERFIL PROFISSIONAL	FASE QUE ATUA	TEMPO DE EXPERIÊNCIA
IFES - CPA - A	Presidente	Graduada em Ciências e Dra. em Desen. Urbano	Professora da Área de Ciências e Saúde Mental	15 anos
IFES - CPA - B	Coordenadora	Doutora em Educação	Professora da área de Saúde	10 anos
IFES - CPA - C	Presidente	Pedagoga e Dra. em Educação	Coordenadora de Gestão Pública	13 anos
IFES - CPA - D	Presidente	Enfermeira e Dra. em Biotecnologia	Coordenadora dos Cursos de Saúde	13 anos

Fonte: Quadro construído pelo pesquisador.

Observando a tabela é visível perceber, diante dos aspectos apresentados com relação ao perfil dos presidentes das CPAs, no que diz respeito a formação profissional, a função e fase que atua, mas sobretudo a experiência no campo da avaliação de alguns dos participantes que ainda se distancia quando comparamos ao campo da formação e vivencia para o conhecimento sobre Avaliação no Ensino Superior, sobretudo ao eixo Avaliação Institucional.

Dentre os participantes, dois tem formação em nível de pós graduação (doutorado em educação) e um participante formação inicial e toda pós graduação na área de educação. O perfil de formação de quem está à frente desse órgão colegiado, bem como

da composição se faz necessário para o conhecimento filosófico conhecimento sobre Avaliação na Educação Superior. Para o CNE (2000), a Avaliação no Ensino Superior é um instrumento fundamental na reforma do Estado, dessa forma nenhum Estado Moderno pode abrir mão da avaliação.

Nesse fazer:

Uma avaliação institucional da universidade, considerada como organização complexa e com funções ineludivelmente públicas, do ponto de vista de seu funcionamento e de sua natureza, podem ser explicitadas: deve ser um processo socialmente organizado e promovido por atores sociais com legitimidade e competência técnica e política institucionalmente conferidas e reconhecidas, agindo com instrumentos, objetivos, critérios e metodologias construídos também socialmente e tornados públicos. (Dias Dobrimho,2000,p 66)

Aqui mostra o quão é necessário a epistemologia filosófica acerca da Avaliação, mas também da estruturação para o funcionamento da comissão a frente do órgão colegiado, bem como das funções que o mesmo deve realizar. Corroborar,

Desde o princípio, quando se constituem os atores e o desenho geral, passando pelas intervenções práticas, pelas operações descritivas e interpretativas, de quantificação e de qualificação, o processo é institucional, social e público. (Dias Sobrinho,2000, p 67)

A participação na comissão, exige dos participantes uma formação semelhante aos campos que a função e a estrutura demanda a ser desempenhada, bem como um envolvimento social e político com o contexto em que está inserido o órgão colegiado, assim também conhecimento daquilo que avaliação institucional é capaz de realizar em sua essência com os seus atores.

6.1.2 A COMPOSIÇÃO DA CPA

Nos termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, a qual institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá Comissão Permanente de Avaliação (CPA), com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Aquela obedecerá às seguintes diretrizes:

I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

No sentido de pautar a composição da CPA como aspecto social a ser identificado nesta pesquisa, buscou-se compreender esse recorte realizando as seguintes indagações: Quando aconteceu a Nomeação da CPA na instituição? Para institucionalizar a CPA, quais foram os Critérios adotados na escolha de seus membros? Nessa conjuntura, quem são os sujeitos e os departamentos que fazem parte da Composição da CPA quanto à representatividade? E por fim qual a diferença e semelhança da Composição inicial da CPA em relação à atual?

Contexto do trecho das respostas dos participantes:

I - Basicamente o pontapé inicial começou por ouvir em reunião o conselho universitário que é uma relação muito próxima entre a CPA e o conselho universitário vale pontuar, daí a preocupação com a instituição da Comissão Própria de Avaliação. Esse ponto de partida foi realmente a reunião do conselho universitário para que fosse deliberado a constituição tanto da comissão própria de auto avaliação como conseqüentemente do seu regimento ou seja de toda a instrução normativa que vai orientar no funcionamento dessa comissão pautado nos princípios fundamentais da Universidade e do MEC. Que acompanhou o processo de avaliação e de reconhecimento dos cursos baseado nos instrumentos que deu o processo de institucionalização da CPA segundo resolução que é mais atual é a nota de 2013. A coordenação da CPA ela foi eleita entre os seus pares e demais membros que compõem a sua comissão, e importante sempre resguardar e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária que seguiu a determinação do regimento interno e todos os atos, além da orientações de ensino pontuada nos documentos do sistema nacional de avaliação da educação superior SINAES. O conselho universitário se reuniu para concluir o "nascimento" na universidade da composição e criação da Comissão Própria de Avaliação da unidade.

II e III - A diferença porque é bem corrido tudo isso. O instrumento normativo pelo nosso regimento, a composição que é estabelecida com relação aos membros de cada segmento que se prima pela garantia da representação de todos os setores da universidade. Essa representação é composta pelo Presidente da CPA, pelo representante dos pais, representante dos discentes, dos docentes, representação da extensão, também docentes representando a pesquisa além do representante de ensino, representante da comunidade externa, representação de técnico, comunidade estética, As semelhanças é que as representações praticamente são as mesmas.

De acordo com a respostas os participantes pontuaram que a nomeação da comissão na IFES, aconteceu assim que foi instituído o SINAES, bem como para algumas, após sua implantação no contexto enquanto Universidade e/ou Instituto Federal de Ensino superior.

Para institucionalizar a CPA na IFES, os critérios adotados na escolha dos seus membros veio a partir da legislação interna lançada por meio de edital, tendo os membros escolhidos na base das categorias como representação de cada setor: docente, discente, técnico administrativo, também por campus, (para as IFES que tem mais de um campus), assim de forma democrática em seus grupos por meio de envio de ofício solicitando a cada órgão que elege um representante para compor um membro na Comissão Própria de Avaliação. E na conjuntura macro da universidade e/ou Instituto foi realizado um processo eletivo com a composição das chapas (que em algumas das IFES, houve pouco interesse de encontrar participantes para formação das chapas).

Os seus principais momentos são de constituição dos agentes ou sujeitos sociais comprometidos com o processo de constituição do objeto e correlativamente dos objetivos, de estabelecimento dos critérios, normas, metodologia e instrumentos, que implicam na produção dos juízos de valor, e dos dispositivos para a transformação das realidades avaliadas. (Dias Sobrinho, 2000, p 67)

Neste fazer, o momento de implantação, os procedimentos adotados bem como os instrumentos utilizados para este contexto se faz necessário uma compreensão acerca de que comissão teremos, de que maneira atuará e qual o dispositivo terá como funcionamento para atendimento das demandas e transformação da realidade encontrada,

No que tange, em quem são os sujeitos e os departamentos que fazem parte da Composição da CPA quanto à representatividade, os participantes pontuaram que se deu de acordo com a realidade de cada IFES, alguns com representação dos diversos setores

existentes na Instituição, outros com essa representação nos diversos campus espalhados nas mesorregiões do Estado, tendo a mesma conjuntura para a comissão na sede (campus central).

No que diz respeito em saber qual a diferença e semelhança da Composição inicial da CPA em relação à atual, os participantes da entrevista, responderam que enxergam uma maior participação dos membros, sobretudo porque exige mais cobrança por parte do SINAES, para atuação e funcionamento da comissão. Outra questão que os mesmos enxergam é com relação que em algumas dessas comissões houve mudança na visibilidade do órgão para com a estrutura e disponibilidade de recursos humanos (mesmo ainda sendo insuficiente para demanda), também alguns citaram que percebem a gestão universitária mais próximo da CPA, tanto os coordenadores de curso, pro reitores, como a gestão em si, assim como a comunidade acadêmica, vendo a comissão como campo de investigação e pesquisa.

Para Silva (2015), cabe a cada instituição do ensino superior criar a sua própria comissão de avaliação, denominada de Comissão Própria de Avaliação (CPA). Segundo os documentos citados, os trabalhos desenvolvidos pela CPA deverão ser efetuados em três etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação. Esses fazeres são implicados quando o processo de escolha para composição da comissão não segue os princípios postos nos documentos que regem a Avaliação na Educação Superior, mas sobretudo a Avaliação Institucional.

Assim diz Silva (2015), a realização das atividades propostas pelo SINAES para IES, no tocante a avaliação interna, não seria possível sem o papel exercido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Esta é formada por representantes de diversos segmentos da universidade – docente, técnico-administrativo, discente – e da sociedade civil organizada.

6.1.3 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No documento que rege a Avaliação no Ensino Superior, especificamente no que trata a sua finalidade, o mesmo expressa uma série de questões contidas em si, que se faz necessário antes da inserção dos participante no contexto, tenha o conhecimento acerca da legislação, mas sobretudo sua concepção de maneira ampla. Como expressa esse parágrafo apontando o contexto de finalidades da Lei do SINAES nº 10.861, 14 de abril de 2004:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL,2004).

Para compreender a Concepção de Avaliação dos participantes da pesquisa, foram realizadas as seguintes questões: Enquanto entrevistado como define o Conceito de avaliação institucional? Como é enxergado o Uso da avaliação institucional na IES? Quais são as Possibilidades e limites da avaliação Institucional coordenadas pelas CPAs?

Contexto do trecho das respostas dos participantes:

I - A avaliação é um ponto primordial no aspecto de trabalho principalmente sobre ato processual que existe no desenvolvimento de qualquer atividade avaliativa, é um aspecto que estar presente em todos os processos de planejamento, implementação de ações. O principal objetivo da avaliação é contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, de ensino ,de pesquisa e de extensão, dando voz sobretudo a todos esses atores ,principalmente os alunos ,professores e todos atores da comunidade acadêmica , que eles possam ter um espaço de fala, de crítica, de participação, também desse processo de tomada de decisão que é fundamental dentro do processo de avaliação .Também avaliação é um direcionamento para o futuro partindo do hoje ,com ações culturas ,de otimização de gastos nas ações ,onde possa garantir a qualidade e a excelência nos resultados. Além da visão e missão do plano de desenvolvimento profissional da universidade que é o nosso ponto de partida nas políticas de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como da responsabilidade social, da comunicação com a sociedade, do processo de organização, da gestão do processo de trabalho, da política de pessoal, da infraestrutura física, de todo um fazer, assim é o instrumento avaliação.

II - O processo de avaliação é muito complexo, por ser uma política de ensino, de acompanhamento permanente, que durante o fazer se perde não chegando ao seu ponto da resolução do problema, onde o uso da avaliação institucional pode variar muito conforme cada setor da universidade. Ela não é uma célula única mas sim composta por várias células, por exemplo 32 colegiados, com cerca de 15 segmentos administrativos de pró-reitorias, reitorias, secretarias, biblioteca. Então o que acontece em cada setor,

assim como em cada colegiado, em cada campo e lembrando que a unidade contém as suas particularidade, por ser sete campus em três estados diferentes, onde só no campus central são 19 colegiados que funcionam em municípios diferentes. A mesma é usada no comprometimento e na criação dessa Cultura avaliativa, na participação do plano e do planejamento, porém ainda de maneira muito tímida por conta dessa diversidade de lugares.

III- Os limites principalmente quando a gente parte do engajamento da comunidade acadêmica, onde temos um público com cerca de 9.800 pessoas com apenas 1% de respondentes dentro desse universo isso já indica um grave problema. Outro fator são os processos avaliativos anual e semestral que a cada final de semestre é feito avaliação de disciplinas ofertadas, onde temos maior parte presencial mas também temos cursos EAD para manter uma pontuação de qualidade com nota 4.0. A frequência e avaliação EAD é bem mais baixa do que a dos cursos presenciais. Então é um fazer de engajamento da comunidade acadêmica dentro do processo tanto da sua participação no início como na ponta, na recepção desse relatório entre os resultados e da análise desses dados para que isso se reverta em mudança. Já as possibilidades é a melhoria da qualidade do nosso trabalho, do nosso processo de ensino-aprendizagem nas graduações, na pós-graduação no decorrer do processo, dos resultados e na análise crítica que reflete nas mudanças popular e na melhoria do conteúdo.

Para os participantes sendo coordenadores e/ou presidentes (como são chamados nas comissões) da comissão, definiram o conceito de avaliação institucional como ponto de partida para a construção de um plano institucional democrático. É um elo de escuta entre a comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos) e a gestão universitária. Para os mesmos a avaliação institucional vai além de diagnóstico estrutural da IFES, perpassando por uma implantação de cultura de avaliação, epistemologia acerca de avaliação, e mais, é uma exposição de ideias e pensamentos espontâneos, de concepções adversas e inclusivas, mas sobretudo auto avaliativa.

No que tange de como é enxergado o uso da avaliação institucional nas IFES, os participantes apontam a complexidade que há dentro desse fazer, do campo teórico-prático (auto avaliação), para a ação prática. Os mesmos apontam que a avaliação é usada no comprometimento e na criação dessa Cultura avaliativa, na participação e na construção do plano e do planejamento universitário, porém ainda de maneira muito tímida por conta dessa diversidade de lugares.

Por fim, com relação as possibilidades e limites na avaliação coordenada pela comissão, alguns dos participantes apontam como limite a falta de envolvimento de alguns dos participantes da IFES principalmente a ausência de respostas para com este instrumento avaliativo, sabendo que a intervenção para a participação na auto avaliação é de cada um, mas sobretudo da gestão universitária, por esta questão está posta como limite. Já para possibilidades aponta-se como trabalho de avanço e atuação da comissão, as transformações ocorridas enquanto instancia da instituição, onde a comissão tem sido melhor e mais vista pela comunidade acadêmica, sobretudo pelos estabelecimentos de comunicação entre a CPA e a gestão universitária. Para isso, entende-se que

[A constituição social dos sujeitos] num modelo de participação e negociação [...] as ações estão centradas nas relações dos agentes, que atuam no conjunto social da universidade, de acordo com as hierarquias de poder e de saber, com os códigos comuns e os limites institucionais [...] Na avaliação institucional os atores são sujeitos de relações inscritas em códigos sociais reconhecidos, de forma que se apresentam consentidos os papéis, as funções e as competências. São agentes concretos cuja habilitação [...] é institucionalmente constituída. (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 116).

São múltiplas e variadas as relações dos agentes com o processo: diferenças individuais, graus diversos de envolvimento emocional e de adesão ao trabalho, interesses diversificados e até mesmo conflitantes, concepções distintas a respeito da universidade e da sociedade, compromissos e implicações divergentes derivadas das hierarquias do saber e do poder [...] (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 119)

Nestas concepções é possível compreender, a complexidade envolvida no contexto tanto dos membros que compõem a comissão, e isso necessita de um critério mais refinado para a composição da CPA, sobretudo no que diz respeito às questões emocionais, quanto os participantes autores dos pressupostos demandantes das realidades a serem pontuadas e posteriormente atendidas na avaliação institucional.

6.1.4 RELAÇÃO DA CPA COM A COMUNIDADE ACADÊMICA E A GESTÃO INSTITUCIONAL

Para executar as atividades planejadas, é preciso que haja uma relação direta com a gestão institucional, assim também com a comunidade. No caso da CPA, o Regimento (Resolução nº 14/2015) dispõe no artigo 19, que os meios, as condições físicas, materiais,

recursos humanos e financeiros serão proporcionados pela gestão institucional e dos seus campi (BRASIL, 2015a).

Tendo em vista a importância desses recursos para atuação desse órgão colegiado, buscou-se entender se essas condições são devidamente asseguradas para a efetivação das ações que a partir da mesma estabelece a relação com a CPA, que desdobra também a expressão da relação com a comunidade acadêmica. Para compreender esse fazer, questionou-se: Como se dá a Relação da CPA com a comunidade acadêmica? De que maneira se acontece a Relação da CPA com a gestão institucional? De que forma existe a Relação entre os segmentos na composição da CPA? Nesse contexto como acontece a Relação da CPA com os avaliadores externos designados pelo INEP?

Contexto do trecho das respostas dos participantes:

I - A Comissão Própria de Avaliação tem uma composição na universidades, o que é separado é a comissão própria de auto avaliação onde realiza a composição de uma comissão que representa o ensino, a pesquisa e extensão de cada comunidade acadêmica por conta dos campus. Essa relação é bem próxima por desempenhar esse papel de fazer essa ligação entre a CPA e os colegiados lembrando que além dos colegiais temos os setores da universidade que vai fazer essa ligação entre a CPA e o seu colegiado sobretudo o núcleo do centro estruturante que vai ter uma relação muito próxima com as pessoas porque permite que o processo de avaliação institucional reflita sobre as mudanças curriculares, o aprimoramento do processo de ensino aprendizagem com o NDE , sobre o processo de avaliação anual que acontece com toda a comunidade acadêmicas avaliando as dez dimensões , onde ao final de cada semestre disponibiliza um link para que os alunos possam avaliar as disciplinas que foram ofertadas , assim também o processo de avaliação docente por pares onde avalia os colegas no sentido de que a relação com o clima no colegiado e a comunicação com a coordenação , a participação do docente nas reuniões de colegiado possa acontecer. Assim temos essa relação entre a CPA com a comunidade acadêmico que se estabelece a partir das condições próprias de avaliações além da página institucional, dos e-mails onde recebemos demandas principalmente declarações, dúvidas ... O funcionamento da CPA conta com o estagiário que está dando suporte a comunidade acadêmica, também em todas as páginas dos sistemas acadêmicos de gestão da universidade.

II - Com o gabinete da reitoria a relação é direta , mas que varia muito conforme a composição da gestão institucional ,como em qualquer setor em qualquer segmento existe os atravessamentos , mas assim ,assunto básico estamos ligados diretamente as ações institucional com uma relação direta com o gabinete da reitoria ,também com as pró-reitorias ,especificamente com a procuradoria Educacional institucional que temos uma relação mais próxima até porque é da natureza da nossa atividade na qual atuamos sobretudo nos processos de reconhecimento de curso ,de acompanhamento de curso ,existe essa relação mais estreita sobretudo com os canais tradicionais além do e-mail constitucional , de ofícios e os canais não oficiais como WhatsApp que facilita a comunicação ,mas é uma relação bem positiva , reconhecendo a importância da CPA para o funcionamento da qualidade de educação dentro da IES.

III - É uma relação tranquila, porém, às vezes não é muito estreita em virtude do acúmulo de atividades que nós temos na universidade, pois entramos com o pensamento de mudança desde o funcionamento quanto o ensino, pesquisa e extensão, além da função administrativa que a gente desempenha e que toma muito tempo, bem como a sobrecarga de graduação principalmente da área da saúde com as aulas teóricas, aulas práticas que acontece todos os dias assim como a pós-graduação. Outra questão são os editais que traz uma sobrecarga de atividades pautada em reuniões sempre no início de cada semestre, com o grupo de pesquisa. E essas situações recaem sobre os agentes da universidade e acaba comprometendo a qualidade do nosso. Houve momento que até a estrutura foi ameaçada por conta de recurso, onde acionamos o pró-reitor, inserimos a proposta no planejamento porque estava sendo ameaçado cortar todos os estagiários, conseguimos sensibilizar a gestão e assim é o clima de trabalho com os segmentos da CPA.

IV - Com os avaliadores do INEP é uma relação muito saudável , participamos de seis processos avaliativos inclusive na mesma semana de dois e no final do semestre sendo uma loucura , mas assim todos os avaliadores muito gentis ,pois sempre com o material disponível em consonância com a procuradoria Educacional institucional ,com o processo avaliativo , relatório , portarias ,onde respondemos os questionamentos de maneira tranquila, pautada em reunião com a representação da CPA (Presidente ,representação docente ,representação discente e administrativo).

Partindo da primeira questão em pauta os sujeitos da pesquisa responderam por unanimidade numa existência muito positiva em desempenhar um papel de ligação entre

a CPA e os colegiados, principalmente com o núcleo dos estudantes, onde tem uma relação institucional direta com pessoas na discussão do currículo, ensino aprendizagem com o NDE, avaliação anual, pela pagina institucional, e-mails, declarações, duvidas e presencialmente ao atendimento ao público.

No que diz respeito a relação da CPA com a gestão institucional, os mesmos citaram que de uma forma direta com o gabinete da reitoria, variando de acordo com a gestão institucional, assim também com as pró reitorias, procuradoria educacional institucional no que concerne o funcionamento e reconhecimento de curso, além e-mails, ofícios, whatsapp. Nessa perspectiva ambos demostram a importância desse fazer para o desenvolvimento institucional.

Na relação entre os segmentos na composição da CPA, é possível perceber na fala dos entrevistados que é tranquilo, porém sobrecarregada diante da demanda, sobretudo com relação aos editais, reuniões e prazos de entrega dos relatórios. Apontam também a dedicação para com as atividades administrativas comprometendo o avanço e a qualidade do trabalho na CPA.

Na concepção dos entrevistados a relação da CPA com os avaliadores externos designados pelo INEP, acontece em torno de muita receptividade e dialogo, oriundo de um trabalho já realizado constantemente dentro da CPA, onde todo o processo avaliativo, relatório, portarias e questionamentos são pontuais em seus prazos, de acordo com o cronograma o que deixa os avaliadores bastante satisfeitos com todo o fazer pedagógico.

6.1.5 ELEMENTOS DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Nessa seção são identificados aspectos referentes aos elementos da cultura organizacional da CPA como foco nas principais atribuições, práticas cotidianas e responsabilidades dessa comissão, bem como numa institucionalização de encontros e reuniões para planejamento, na divisão do trabalho e na estrutura lógica das atividades estabelecidas/desenvolvidas pelos seus integrantes.

A construção da cultura de avaliação em IES não é algo fácil e nem rápido, visto que requer envolvimento, responsabilidade e participação dos atores e, fundamentalmente, da gestão da instituição.

Neste sentido, Andriola e Souza (2010) mencionam que a cultura é construída socialmente e está imbricada no modo de vida dos atores sociais. A construção da cultura de avaliação requer o respeito, o compromisso, a competência técnica e humana, a política e a ética. Para isso, os pesquisadores consideram importante a participação de profissionais sensíveis, criativos e comprometidos com a emancipação e a autonomia.

Para compreender o aspecto social da Comissão Própria de Avaliação das IFES neste segmento, fez-se necessário realizar as seguintes indagações: Dentro do contexto elementos da cultura organizacional aponte os Aspectos favoráveis à avaliação interna coordenada pela CPA; Aponte também os Aspectos de entraves à avaliação interna coordenada pela CPA; De que forma acontece a Interação e receptividade da comunidade acadêmica na socialização dos resultados? Na sua concepção como enxerga o Significado que a avaliação institucional assume para os membros da CPA e a comunidade acadêmica? Qual o nível de apropriação dos membros da CPA tem do SINAES (Conhecimento do Sistema)? Qual o nível de apropriação da comunidade para com o SINAES (Conhecimento do Sistema)?

Contexto do trecho das respostas dos participantes:

I - O processo trilhado desde 2005 até hoje é um fator que de erros e acertos contribuíram para culminância do que se tem hoje, como a própria existência da CPA e o robusto processo avaliativo dentro da Universidade que deu um novo sentido a comunidade acadêmica. Saber que tal data é o período de avaliação institucional, tal período é avaliação semestral. Então essa periodicidade dentro da estrutura da CPA que foi criada é um aspecto favorável. Também a existência da mesma que é um diferencial nas condições de colegiado com as representações nas pesquisas, no ensino onde a gente acaba sendo multiplicador desse processo avaliativo e também esse processo de avaliação que tem reconhecimento periodicamente com a visita dos avaliadores no INEP onde demonstra a importância do processo avaliativo enquanto avaliador dos cursos.

II - A falta de engajamento da comunidade acadêmica no processo de avaliação tanto avaliação in loco, quanto a avaliação semestral, onde temos que lembrar enviando ofícios, para os setores e para os colegiados para quem eles possam avaliar internamente a sua questão e nos encaminhar para que a gente possa consolidar no relatório anual. Então a falta de engajamento da comunidade acadêmica decorre de um segundo entrave que é o grande volume de atividades que acumula e sobrecarga onde acaba virando uma

verdadeira bola de Neve. Um terceiro entrave seria essa falta de reconhecimento e de conhecimento da importância do processo avaliativo, a falta dessa Cultura avaliativa dentro da instituição que basicamente destacaria como uma consequência a recepção dos resultados avaliativos, tendo colegiado que não pega nas avaliações para analisar, fazer reunião discutir com os estudantes ...em fim é assim que a gente caminha. Mas cada colegiado em cada setor tem que fazer sua análise e muitas vezes não é feito.

III - Não há um domínio dessa receptividade, dos resultados do processo avaliativo, infelizmente. A gente até tá buscando formas de tentar aproximar esses resultados de cada segmento, então o ideal seria que a gente tivesse uma filtragem para tentar sensibilizar mais a cada segmento, com relação aos seus resultados. Mas realmente hoje, não posso dizer que existe, pois cada segmento, cada colegiado, cada secretaria vai receber de uma forma. Então temos essa diversidade, essa diferença que é uma preocupação maior com esse processo avaliativo que está por vir, onde cada colegiado se organiza, recebe, discute em reunião o que foi colocado, já outros colegiais que não fazem isso, gerando uma diferença muito grande no tratamento dos dados.

IV - Aumento desse engajamento tanto no processo de avaliação e nessas duas pontas entendendo a CPA como a mediadora que vai estar nesse processo tanto de preparação como no processo de coordenação, organizando, possibilitando que a comunidade acadêmica participe do processo avaliativo e no final recebendo e transformando isso em ações concretas. Como por exemplo a resolução da rede do wi-fi da universidade que foi muito criticada, onde buscamos com a secretaria de tecnologia a informação para transformar em resultado positivo. Possibilitar e melhorar a vida da comunidade acadêmica que em sete anos por meio de colegiado foi alcançado muita coisa.

V - Delicado. Pois estamos vivendo essa sobrecarga de trabalho que infelizmente acaba comprometendo nosso fazer, mas nas nossas reuniões, a gente realmente não tem discutido especificamente essas pautas, pois chegamos num momento que a gente apresenta aquilo que encontramos.

VI - Problemático. Não existe muito compartilhamento de informação onde as mesmas estão disponíveis na nossa página para conhecimento da comunidade acadêmica. Muito embora não exista um instrumento formal para analisar especificamente esse nível de conhecimento.

No que diz respeito aos aspectos favoráveis, os presidentes das comissões pontuaram que consideram três questões positivas nesse fazer que são: a conjuntura do processo de construção da avaliação respeitando o cronograma, onde o diálogo e as discussões, mesmo com a ausência de alguns membros, a conversação para essa produção acaba sendo muito produtiva; segundo aspecto é com relação a própria existência da CPA, sendo este órgão colegiado formal responsável, legítimo e direcionado a avaliação, bem como aos órgãos competentes onde, quando e como buscar informação sobre processo avaliativo da IES, e por fim a visita do INEP, que enquanto avaliador de curso, apresenta o diagnóstico do aluno, do curso da instituição, sugerindo, intervindo e sinalizando.

Com relação sobre os Aspectos de entraves à avaliação interna coordenada pela CPA, os respondentes pontuaram três grandes entraves: sendo a princípio a falta de engajamento da comunidade acadêmica, tanto na avaliação in loco, quanto a avaliação semestral no sistema. Um segundo entrave apontado fala sobre o volume de atividades oriundo da demanda direcionada pelo INEP, assim como pelos demais órgãos competentes, acentuada pela falta de servidor para tais fazeres. O terceiro diz respeito a ausência de conhecimento e reconhecimento da importância do processo avaliativo dentro de uma IES, ou seja, a falta de cultura de avaliação, onde conseqüentemente expressa um comprometimento com as análises dos resultados nas reuniões de colegiados.

No que trata a interação e receptividade dos resultados por parte da comunidade acadêmica, é possível perceber que os entrevistados citem que não há um instrumento que possa definir esse fazer, pois cada colegiado reage e trata numa diversidade plural, bem como outros não fazem uma filtragem.

Diante da concepção de como enxerga o Significado que a avaliação institucional assume para os membros da CPA e a comunidade acadêmica, os participantes apontam que a mesma serve como ferramenta diagnóstica para mostrar o retrato da instituição e frente a esse espelho dar resposta a toda comunidade acadêmica, que na visão da comunidade é resolver e/ou dar solução aos problemas existente nas IFES.

Alguns dos entrevistados citam diante da questão sobre o nível de apropriação dos membros da CPA tem do SINAES (Conhecimento do Sistema), que infelizmente essa pauta não é discutida em razão da sobrecarga de trabalho, assim também nunca ter sido assunto de reflexão a respeito.

Sobre o nível de apropriação da comunidade para com o SINAES (Conhecimento do Sistema), os coordenadores/representantes da CPA, apontam que falar dessa pauta é complicado por ser inexistente nas discussões, enxergando que a comunidade se informa daquilo que está posto na página do sistema e que não existe algo que possa medir esse nível de apropriação.

Contextualizando essa subcategoria, é possível perceber que o nível de mecanização para as atividades desempenhadas por alguns membros da CPA, acontece numa dimensão muito forte, que ultrapassa e esquece a concepção reflexiva dos contextos sociais e de funcionamento de atuação da comissão induzindo também a comunidade acadêmica a se comportar de maneira mecanizada, assumindo uma postura de cumprimento das exigências burocráticas para com o processo de avaliação institucional.

Nesse segmento Ristoff (1996), cita os sete princípios básicos do programa da avaliação institucional: globalidade, comparabilidade, respeito a identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade. Essa fala do autor retrata a prática citada anteriormente, em virtude de mecanizar as atividades, sem fazer um reflexão acerca, até mesmo que essa literatura foi escrita antes da institucionalização do SINAES, onde traz cunhos reflexivos sobre avaliação institucional com novos parâmetros sobretudo na atuação da Comissão Própria de Avaliação e de institucionalizar uma cultura de avaliação organizada dentro das IFES.

Augusto (2007) acrescenta que o processo de construção da cultura de avaliação demanda tempo e persistência para ser aceito pela comunidade acadêmica, visto que toda mudança gera resistência. Ressalta que após a consolidação da cultura de avaliação na IES é fundamental que haja processo democrático eficiente. Portanto, nota-se que a cultura de avaliação requer envolvimento e participação daqueles que compõe a IFES, isso porque ela é construída diariamente, por meio das práticas significativas da avaliação. Sendo assim, a cultura de avaliação difere de IFES para IFES, pois cada qual a constrói e a ressignifica a sua realidade institucional.

6.2 DIMENSÃO - FUNCIONAMENTO DA CPA

Nesse recorte são discutidos os resultados das entrevistas realizadas com os participantes das comissões – IFES-A, IFES-B, IFES-C, IFES-D no que diz respeito o

Funcionamento da CPA- Comissão Própria de Avaliação. Primeiramente, é o processo de como se dá a Avaliação Interna- Metodologia; em seguida, são abordadas a Participação no processo de Tomada de Decisão dentro da CPA. E por fim, com base na percepção coletiva dos sujeitos, são descritos: as Experiências de Funcionamento vivenciados dentro da CPA.

6.2.1 PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA – METODOLOGIA

Para a construção das Avaliações Internas dentro da CPA, faz-se necessário todo um processo de estruturação, estratégia e sobretudo conhecimento por parte dos integrantes, e esses elementos desdobrarão numa metodologia capaz de tornar mais democrática a eficácia da avaliação dentro da IES. Para isso elencamos algumas indagações feitas aos presidentes das CPAs, no sentido de entender todo esse processo. Contextualizando perguntou-se: De que forma se dá o Processo adotado pela CPA na condução da avaliação interna? Existe um Plano ou Projeto de avaliação na CPA para a IES? Como acontece as Etapas do trabalho da CPA? E nesse contexto qual a Metodologia adotada pela CPA no que diz respeito – sensibilização, instrumentos, coleta de dados, análise e interpretação dos dados, bem como a divulgação dos resultados?

Contexto do trecho das respostas dos participantes:

I - Prático. A partir da definição do cronograma de avaliação para o ano corrente, com as datas de avaliação semestral, dia no processo de avaliação anual com base num processo preparatório referente a questão de dados como: relação à deficientes, adolescentes, disciplinas ofertadas, membros da comunidade acadêmica etc. São colocados no sistema todo o processo de avaliação e sua divulgação. Revisão de questionário para retirar ou acrescentar alguma questão com vista a orientar todas as dimensões deste processo.

II - Segue um cronograma partindo da avaliação por meio de reunião no início do semestre. A partir dessa primeira reunião a gente faz um balanço do ano anterior e a gente já estabelece esse plano para o ano que tá se iniciando com a definição de todas as etapas para avaliação semestral como da avaliação anual do início ao fim. Tudo isso pontuado em um plano de trabalho e no projeto da CPA.

III - Basicamente se dá por meio de reunião avaliativa que a gente faz balanço das etapas que estão sendo construídas ,de olho nas portarias que vão vencer que é preciso atualizar principalmente sobre os próprios membros ,também o balanço do ano passado, definição do novo calendário .Alimentação dos bancos de dados, solicitação de informação sobre as datas para definir a avaliação semestral e anual ,pontuando os limites e do outro lado como será analisado os instrumentos agendando a reunião para analisar as perguntas, assim como todo o instrumento para que ele seja atualizado com base no ano anterior .

IV - No site institucional ,na nossa página também, nas páginas do sistema acadêmico de gestão ,onde sempre está sendo divulgado ,assim como a gente pede também para os nossos representantes para divulgarem nos colegiados os instrumentos .Também a gente trabalha com formulários de respostas objetivas e ao final tem um espaço para que você possa colocar críticas e sugestões em texto corrido ,tanto na avaliação semestral como na avaliação anual .Na avaliação anual tem um instrumento bem extenso por exemplo de 40 minutos para responder ,os participantes têm a opção de salvar o progresso e entrar quantas vezes necessária para responder ,até concluir e gerar o resultado. O dado só é aproveitado se ele finalizar, caso contrário, a gente não aproveita aquelas informações. O mesmo funciona a partir de links para ter acesso ao instrumento. A análise de dados é feita com software realizado pelos nossos estagiários (a gente só está com um) onde gera os gráficos e a partir dos mesmos é feito a disponibilização na nossa página e as avaliações são encaminhadas com os resultados para os coordenadores dos cursos.

No âmbito da política do SINAES, a organização e o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação são objetos de regulamentação, específicos de cada instituição de ensino superior (BRASIL, 2004b). Com a responsabilidade de conduzir a avaliação interna IFES, a CPA tem estruturado suas ações de forma particular, mas sem deixar de lado os princípios, diretrizes que regulamentam essa política.

Com base nas falas dos entrevistados, esse fazer metodológico do processo de avaliação interna, acontece de forma muito prática, respeitando todas as etapas. Desde a formatação, preparação, até a inserção no sistema, bem como a divulgação para a alteração, tanto para sugerir, acrescentar e/ou retirar.

A totalidade é a síntese da integração de sentidos das diversas partes que a compõem. As análises parciais, as descrições de elementos

isolados, as quantificações devem ser entendidas como recursos para a compreensão molar ou global, na qual os componentes tecem uma rede de significações articuladas. (DIAS SOBRINHO,2000)

Os mesmos citaram com relação a segunda questão, que existe todo um plano contendo o cronograma com as atividades e os encontros e reuniões. Esse plano de trabalho serve como um planejamento capaz de reunir a composição da CPA para análise de pautas.

Dando continuidade as respostas oriundas da pergunta realizada, os trabalhos da CPA se dão de maneira institucionalmente diante dos documentos que regem esse fazer, obedecendo o que está posto no mesmo, como as datas, prazos e atividades a serem executadas.

A avaliação acontece por meio de ferramentas institucionais online, formulário impresso com questões objetivas e dissertativas. Também prazos e oportunidades de corrigir e tentar novamente através de links. A consolidação é realizada por membros da CPA, gerado gráfico e devolvido aos coordenadores de curso.

Dias Sobrinho corroborando afirma que,

A avaliação institucional deve realizar-se como “processo descritivo, sistemático e rigoroso, com um enfoque global ou holístico, permanente, integrado na atividade educativa da instituição, reflexivo, compreensivo, que facilite e sirva para ajudar a melhora da instituição educativa” (Trinidad Requena, 1995, 7), de seus contextos e de seus agentes sociais. Dessa forma, a avaliação institucional há de ser um processo metodológico e conceitualmente articulado e congruente. (DIAS SOBRINHO,2000)

Nessa perspectiva entende-se que a avaliação interna é definida como produto de diagnóstico, serventia, instrumento de planejamento, elemento para tomada de decisões a partir de um processo metodológico bem elaborado, participativo, democrático e sobretudo epistemológico, oriundo de conhecimento dos autores que compõem a comissão própria de avaliação. Esse fazer caracteriza a necessidade tanto do funcionamento do órgão bem atuante, quanto da existência e inserção dos aspectos sociais, ou seja a participação da diversidade de sujeitos sociais nessa conjuntura política e acadêmica.

6.2.2 PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E DECISÃO

Para Tognarelli (2010), a participação é uma ação concreta e não apenas uma possibilidade. A pesquisadora ressalta que no dia a dia da IES é possível constituir meios para assegurar a participação e definir o “sujeito coletivo institucional” (TOGNARELLI, 2010, p. 68), com propostas que tenham sentido para os envolvidos, viabilizando a construção coletiva do conhecimento.

Sobre o processo de Participação e Tomada de Decisão, foi perguntado: Como acontece o envolvimento dos membros da CPA na avaliação interna? Existe uma autonomia da CPA na coordenação da avaliação interna e de que maneira é utilizada essa autonomia? Como é feito a incorporação dos diagnósticos da avaliação interna no planejamento institucional? E Após as etapas anteriores serem realizadas; de que forma se dá a submissão dos diagnósticos/relatórios ao INEP e a articulação com os avaliadores de cursos e institucionais?

Contexto do trecho das respostas dos participantes:

I - Todos os membros da comissão se envolvem nesse processo, é bastante proveitoso. É bom para a participação de todos os membros, todos eles se sentem muito à vontade em opinar e colocar sua visão e a sua sugestão que é analisada por todos os pares.

II - Esse processo de avaliação interna é um processo que já está posto e nós tendemos a dar essa continuidade, então é partido do Estado atual enquanto comissão que discutimos e avaliamos coletivamente e tomamos a decisão, tendo na verdade voz e voto dos que estão presentes (que muitas vezes nem todo mundo está presente), mas mesmo assim a gente tem um posicionamento muito tranquilo nesse sentido.

III - Enquanto universo acadêmico. Utilizamos os instrumentos por exemplo para incorporar no plano de desenvolvimento institucional que ele é traçado para um período específico (se eu não me engano o qual segue até 2025) que a partir desse momento de finalização vai ser importante analisar tudo isso para definição das novas metas a partir desse plano que vai ser traçado analisando o atual para a construção do próximo que é a partir de 2026 sendo o ponto de avaliação um ponto primordial.

IV - De maneira muito tranquila, pois como já citamos, temos os comitês que acabam contribuindo nos repasses, com lentidão, ainda deixando em último "lugar" sem muita prioridade, mas é realizado.

Com base nas respostas dos participantes, os mesmos consideram proveitoso e democrático o envolvimento dos membros da comissão nesse fazer, de maneira opinante, discursiva e sugestiva, concordando e divergindo dentre as temáticas levantadas.

Com relação ao contexto de autonomia da CPA na coordenação da avaliação interna, os respondentes citam que a autonomia é muito presente nesse fazer, partindo desde o início até o fim da atividade em pauta, discutindo, avaliando e tomando decisão com um posicionamento institucional e sobretudo respeitoso.

No que tange a incorporação dos diagnósticos da avaliação interna no planejamento institucional, os mesmos pontuam que os instrumentos são utilizados para inserir no PDI, no sentido de definir novas metas, analisando o plano atual e construindo propostas para o próximo.

Alguns dos membros apontam dificuldade com relação ao diálogo e prioridade neste fazer dos responsáveis pelos campi, onde há uma lentidão nas articulações com os avaliadores dos cursos, atrasando todo o processo para entrega das demandas.

Já Retz (2007) entende que, de acordo com a proposta do SINAES, a participação está presente em diferentes níveis avaliativos da IES, desde os gestores aos discentes. Com efeito, relata em seus estudos que existem um esforço muito grande das CPAs em promover a participação da comunidade acadêmica nos processos avaliativos, bem como evidencia o inexpressivo apoio da gestão e a ausência da cultura de participação na avaliação institucional.

Assim também o processo de participação promove a possibilidade de uma avaliação emancipatória por meio de práticas significativas para os atores sociais participantes da avaliação. De forma que, a ação da CPA pode abrir brechas na avaliação regulatória e de controle utilizado pelo Estado por meio da confecção de relatório anual, para uma avaliação emancipatória, formativa e educativa por meio da participação da comunidade acadêmica na avaliação.

G. Lapassade define,

A avaliação institucional como um “balanço institucional”, ou seja, “um método de interpretação analítico e pedagógico que consiste em instituir, numa organização social determinada, por exemplo, numa escola, num instituto, numa universidade, a análise coletiva, isto é, feita em princípio por todos os membros, das estruturas e dos fins da

organização, assim como dos meios utilizados para atingir esses fins. Propomo-nos portanto a ‘dizer tudo’ e ‘todos em conjunto’ sobre essa organização que é a nossa e depois redigir em conjunto as mudanças que nos parecerão desejáveis” (Lapassade,1971, 13).

Para o autor, a Avaliação Institucional é um instrumento que após ser analisada serve como diagnóstico para constituir novos planos, programas e projetos, capazes de atender a demanda pontuada por autores viventes do chão da instituição. Bem como a AI é uma ferramenta de formação cidadã, assim também de instituir cultura de planejamento e de avaliação.

6.2.3 EXPERIÊNCIA DE FUNCIONAMENTO DA CPA

Discutindo essa temática, Silva (2009) destaca a necessidade de rever as implicações que incidem no contexto do estudo da avaliação, tendo em vista que a ênfase vem sendo dada aos aspectos macro nas experiências desenvolvidas a partir das políticas de avaliação da educação superior. Sobretudo a epistemologia serve de base para o funcionamento de atuação da CPA – Comissão Própria de Avaliação.

Após o processo de participação e decisão dentro das CPAs, é importante discutir as experiências vivenciadas por esses profissionais que estão a frente desses órgãos colegiados. Por essa razão questionou-se: Como é analisada para um aproveitamento ou descartes, as experiências anteriores da Instituição na IFES? Na sua concepção como está o estágio atual do funcionamento da CPA na IFES? E diante desse contexto quais as Tendências para o desenvolvimento do funcionamento da CPA na IFES?

Contexto do trecho das respostas dos participantes:

I e II - Com algumas dificuldades, principalmente no processo que tivemos enquanto e sobretudo nos últimos quatro anos presidencial, onde foi uma gestão interina na nossa universidade com alguns problemas de atualização e representação na convenção mas que já foram sanados. O problema é que a gente teve que nos desdobrar e não conseguimos dar conta por falta de recursos em todos os sentidos, mas sobretudo humano. O estágio atual é um momento "favorável" mas acredito que poderia ser melhor trabalhado se a gente tivesse um engajamento maior de todos, sobretudo também de todos os membros, onde, infelizmente por consequência dessa sobrecarga de atividades acaba impactando todas essas atividades inclusive a atividade da CPA que em algum

momento é prejudicada, deixando de cumprir a sua atividade que poderia ter um aproveitamento bem melhor.

II - A gente pode ter um desenvolvimento maior em todas as etapas, no engajamento da comunidade acadêmica até no final, na recepção desses resultados. Possa ter um olhar cada vez maior no sentido de receber esses resultados e aplicar esses resultados, que os mesmos possam se refletir na melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, da relação com a comunidade e do processo de trabalho dentro da universidade. Então, acredito que é isso que a gente pode caminhar cada vez mais para que a comunidade acadêmica entenda que o processo avaliativo existe para melhorar a qualidade de cada um deles que não é uma coisa a mais, mas que hoje eu entendo que isso não se dá devido a grande parte pela nossa sobrecarga.

Com relação as respostas dos participantes, os mesmos apontaram como aproveitamento, o crescimento, a evolução tanto do órgão colegiado, quanto dos participantes durante o tempo que estão à frente da CPA. Dentre esses, um participante citou as inovações que tiveram que aprender e implantar no contexto da comissão para a mesma continuar em funcionamento sobretudo no que tange as reuniões online através das diversas plataformas, que antes eram presenciais.

Todos eles descartaram a experiência vivenciada no período da pandemia, por ter sido um tempo atípico de muita dificuldade tecnológica e de gente para dar continuidade aos trabalhos, em como a sobrecarga que neste período aumentou, deixando os mesmos com os prazos de entrega dos relatórios comprometido.

Para DIAS SOBRINHO (2000), é nesse fazer que o “sentido de transparência”, o “caráter público da comunidade científica”, “dos órgãos públicos ligados à educação, à ciência e a tecnologia” e a “sociedade organizada “de fato se consolida.

Grego et al. (2007) relatam a complexidade e a dificuldade de constituir o diálogo nos processos avaliativos, em uma determinada IES de múltiplos campi com pouco servidor.

Três dos quatro participantes consideraram que o estágio atual das respectivas comissões está em evolução positiva “dando conta do recado”. Um participante pontuou que ainda carece de um olhar mais atento para a comissão, principalmente a necessidade

de espaço físico mais amplo e visível, além de pessoas (técnicos) para realizar a digitação dos relatórios.

Essa dificuldade pode caracterizar o trabalho da CPA, em virtude da distância física dos atores sociais, bem como pelo descrédito e o diferente posicionamento político de alguns em relação à avaliação. Desse modo, o procedimento metodológico passa a sensibilizar a comunidade acadêmica demonstra a importância do diálogo e da negociação entre as unidades de ensino. Os mesmos esclarecem que o diálogo está na perspectiva da interação entre os pares, como forma de alcançar objetivos propostos, partindo do diálogo para se chegar à negociação. Bernardes e Rothen (2016).

Por fim os participantes apontaram como tendência a continuidade do trabalho desenvolvido até agora, dentre eles, um pontuou que o planejamento, o diálogo e o reconhecimento da gestão universitária para com a CPA, como está posto no PDI, e que possam ser os principais pontos para evolução da comissão, sobretudo pela próxima gestão do órgão colegiado.

O diálogo é compreendido como sendo a possibilidade do ator social trocar experiências, inquietações e dificuldades, como também socializar avanços, entre outros fatores que sejam comuns aos pares. Com isso, cada qual tem o momento de falar, de ouvir e de ser ouvido, daí o diferencial do diálogo, pois transforma não apenas a instituição, como também a todos os envolvidos no processo para alcançar um denominador de interesse comum, buscando a melhoria da qualidade institucional. Cabe ressaltar que o diálogo não está desvinculado da negociação, ambos andam juntos no processo formativo da avaliação.

De acordo com as falas dos participantes, é possível perceber o relato de todos com a sobrecarga de atividades, oriunda da ausência de profissionais para exercer tais funções na comissão. Também percebe-se o esforço de todos em aprender mais, sobretudo no contexto das tecnologias aplicadas ao funcionamento da CPA e principalmente o desejo de ambos verem o quanto foi avançado, mas que ainda tem muito a ser feito. Todos clamam por reconhecimento e visibilidade do órgão para conhecimento da comunidade acadêmica e principalmente a importância que a mesma tem para o desenvolvimento das IFES.

Nesta perspectiva, se faz necessário que cada Instituição do Ensino Superior possa criar a sua própria comissão de avaliação, denominada de Comissão Própria de Avaliação (CPA), pautada em condições viáveis para o bom funcionamento da mesma.

Os documentos apontam que os trabalhos desenvolvidos pela CPA deverão ser efetuados em três etapas. A primeira etapa, “preparação”, consiste no processo de constituição da CPA, planejamento dos trabalhos e sensibilização interna. No tocante ao processo de planejamento, a CPA elabora o projeto de auto avaliação, definindo objetivos, metodologia, táticas e recursos necessários e apresenta o cronograma de ações a serem desenvolvidas. No que se refere à sensibilização, busca-se o envolvimento da comunidade acadêmica, através de seminários, reuniões e outras formas no processo avaliativo para elaboração da proposta. BRASIL (2004).

É nesse contexto das experiências vivenciadas no âmbito do funcionamento da CPA, que os participantes (presidentes das CPAs), relatam em seus exercícios a frente das comissões. Com isso pontuam seus avanços, dificuldades e superações, mas também suas reivindicações para que esse órgão colegiado possa avançar no sentido de cumprir as demandas a luz do SINAES, mas sobretudo dos anseios da comunidade acadêmica e filosoficamente do real papel da avaliação institucional e da atuação da CPA.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo Compreender como atua a CPA das Instituições Federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES. Para tanto, buscou-se identificar como as questões referentes à atuação da CPA – “aspectos sociais” e de “funcionamento” - estão relacionadas na literatura acadêmica e na legislação brasileira; Caracterizar a atuação das CPAs a partir dos “aspectos sociais” e de “funcionamento” nas Instituições Federais selecionadas para o estudo; e Analisar a atuação das CPAs a partir da percepção dos coordenadores com relação aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” nas Instituições Federais selecionadas para o estudo.

Entende-se que a política de avaliação da Educação Superior é uma inovação em cada fazer no contexto da IFES, sobretudo, a partir da Lei nº 10.681 de abril de 2004 que institui o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação no Ensino Superior. Para atender a modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES, essa legislação autoriza as IFES a criação da Comissão Própria de Avaliação - CPA, e regulamenta a forma de composição, a dinâmica de funcionamento, duração do mandato dos membros e a especificação das atribuições, como propõe a Portaria nº 2.051/2004. Essa realidade faz surgir diversas possibilidades e desafios para a política de avaliação institucional no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior.

É importante citar que a política de avaliação interna deve ser instituída com base nos princípios democráticos, da globalidade, da integração, da continuidade, da participação, do respeito à identidade institucional. Nesta concepção, essa modalidade avaliativa de caráter diagnóstico, formativo, inclusivo, somativo deve ser desenvolvida de modo permanente, criativo, visando construir e consolidar a cultura avaliativa dentro da instituição a partir do envolvimento e comprometimento da comunidade acadêmica.

Baseado nos princípios que estabelecem essa política, a CPA tem autonomia para atuar na implementação da avaliação interna na instituição, e para tanto, deve-se nortear a partir das dez dimensões do SINAES no propósito de produzir conhecimentos; fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; diagnosticar os pontos fortes e fracos da instituição; e prestar contas à sociedade. Além disso, também exerce papel fundamental para atos de fins regulatórios e de supervisão da política nacional de avaliação e se caracteriza como um importante instrumento de gestão, responsável por sistematizar dados e promover juízos de valor a respeito da realidade da

instituição, atuando sempre pautado na Lei do SINAES e nas portarias que assegura esse fazer enquanto papel da comissão.

Nesta perspectiva, considerando que o papel desempenhado pelas CPAs nas IFES impacta nos resultados da política nacional de avaliação, principalmente por seu caráter sistêmico e global, é fundamental assegurar que a atuação da comissão seja realizada em parceria com a comunidade acadêmica e especificamente com a gestão universitária para que seja oferecido uma educação de qualidade, o que ainda é uma dificuldade no contexto das instituições pesquisadas.

Nesse sentido, as análises dos dados coletados corroboram para a confirmação do pressuposto inicial de que as fragilidades na atuação, funcionamento e aspectos sociais no âmbito da CPA das IFES ainda persiste na Composição da CPA; na relação dos participantes com a Concepção de Avaliação Institucional; na relação da CPA com a comunidade acadêmica e a gestão institucional; com os elementos da cultura organizacional; com o processo de avaliação interna – metodologia; com relação ao processo de participação e decisão; assim também com a Experiência de funcionamento da CPA dentro das IFES.

A análise de dados revela evidências da dinâmica de atuação da comissão a partir das duas grandes categorias: Aspectos Sociais e Funcionamento e suas subcategorias:

Na primeira subcategoria dos aspectos sociais da CPA - Perfil do coordenador da CPA – onde identificou a idade, formação acadêmica, o cargo que ocupa, as experiências profissionais, tempo que trabalha na Instituição, como também as experiências em avaliação enquanto servidor na IFES, traz um retrato no que diz respeito a formação, experiência e funções que exerce paralela a atividade desempenhada na comissão, quando apenas um dos membros possui o curso na área da educação, formação esta diretamente ligada a Avaliação Institucional.

A filosofia epistemológica sobre as políticas educacionais para a Educação Superior e especificamente no que diz respeito ao conhecimento da Avaliação Institucional, permite definir por parte dos envolvidos (membros) o desempenho da CPA, e sobretudo dos trabalhos que a mesma venha desenvolver.

Assim também o desdobramento que a atuação da comissão pode representar diante da Comunidade Acadêmica, um processo de credibilidade ou ao contrário. A

Avaliação no Ensino Superior é capaz de transformar realidade, construir novas políticas sociais dentro das IFES, a partir da prática íntima que os membros da comissão possuem a partir de sua epistemologia a respeito desse fazer institucional. Portanto, o contexto filosófico sobre Avaliação na Educação Superior, é uma via de mão dupla a partir da condução que é feita com a mesma, tanto pode emancipar como aprisionar.

Em se tratando da segunda subcategoria dos aspectos sociais da CPA - Composição da CPA – os critérios e passos (etapas) adotados na escolha de seus membros para institucionalizar a CPA e a diferença e semelhança da Composição inicial da CPA em relação à atual; foi possível perceber que mesmo atendendo a legislação no que diz respeito a escolha dos membros da comissão, assim também sua instituição na IFES, bem como a formação da coordenação da comissão, em algumas CPAs aconteceu de forma muito mecânica, como uma exigência burocrática para atendimento aos critérios pontuado pelo MEC.

Neste fazer a maneira de constituir, institucionalizar, escolher os membros integrantes da comissão, assim também a formulação da coordenação, indica uma ausência de epistemológica acerca do campo da Avaliação na Educação Superior, bem como ausência de uma discussão da filosofia que permeia a Avaliação Institucional, ainda mais quando se trata de um espaço tão amplo, complexo e plural sendo uma IFES.

No que diz respeito a terceira subcategoria dos aspectos sociais da CPA - Concepção de Avaliação Institucional - a definição do Conceito de avaliação institucional pelos participantes, o uso da avaliação institucional na IFES, as Possibilidades e limites da avaliação Institucional coordenadas pela CPA, retrata que alguns dos representantes das CPAs externam uma introdução explicativa e conceitual sobre Avaliação Institucional, porém pedagogicamente parece existir um ausência clara da concepção do que realmente é Avaliação Institucional.

Mas adiante, externa-se a frequência de participação dos membros da comissão no tratamento com órgão colegiado de forma muito lenta, assim também da comunidade acadêmica, o que expressa de maneira comportamental por alguns dos participantes da universidade uma falta de conhecimento da importância que a comissão possui, principalmente sobre Avaliação e auto avaliação para e na IFES.

Uma realidade positiva e ao mesmo tempo esperançosa e desafiadora, no que se refere as possibilidades e limites da Avaliação Institucional coordenada pela comissão e

externada pelos participantes da pesquisa, é a persistência e a construção de ser enxergado pela comunidade acadêmica em reconhecer e conhecer a importância que a CPA tem para a universidade, na busca da melhoria da qualidade do trabalho da comissão para o processo de ensino-aprendizagem nas graduações, na pós-graduação no decorrer do processo, dos resultados e na análise crítica que reflete nas mudanças populares e na melhoria do conteúdo, o que parece ser uma tarefa não tão fácil.

No entanto, esse é o fazer da atuação da Comissão Própria de Avaliação, bem como de seus membros dentro das IFES, sobretudo quando nesse processo de busca incessante do envolvimento da comunidade acadêmica, do alcance nos resultados positivos do ensino aprendizagem e conseqüentemente na aprovação com os cursos, também expressa seu funcionamento e a inserção dos aspectos sociais e sua correspondência na avaliação institucional. O que pode a partir dessa atuação e desdobramento um despertar de credibilidade na comissão.

Discutindo a quarta subcategoria dos aspectos sociais da CPA - Relação da CPA com a comunidade acadêmica e a gestão institucional - como se dá a Relação da CPA com a comunidade acadêmica, a maneira de como acontece a Relação da CPA com a gestão institucional, de que forma existe a Relação entre os segmentos na composição da CPA, e de como acontece a Relação da CPA com os avaliadores externos designados pelo INEP, sendo uma das funções mais importante da comissão no que diz respeito a relação, comunicação e diálogo com os pares, sobretudo com a comunidade acadêmica.

Esse fazer parece acontecer de maneira muito tranquila como aponta os participantes da pesquisa. Dentro dessa relação saudável estabelecida entre a CPA e a Comunidade Acadêmica, vale refletir que tipo de relação é definida como saudável e tranquila. As indagações, os embates e as divergências nem sempre são oposições, mas sim indicadores de algo que pode ser melhorado, bem como, nem sempre a relação saudável, tranquila e sem questionamentos pode causar uma acomodação estática, tornando na comissão um órgão cumpridor de atividades e exigências institucionais e burocráticas o que pode ser um equívoco filosófico de quem lida com avaliação.

Também é pontuado que essa relação direta acontece de maneira mais próxima quando há atividades de entrega de relatórios, quando está para receber visita técnica em fim, quando de certa forma tem algum cumprimento de trabalho, o que é uma fragilidade. A relação entre a comunidade acadêmica deve existir constantemente (como citou um dos

participantes), pois a todo tempo há mudanças ocorrendo, principalmente no que tange aos aspectos sociais. E isso requer da CPA um acompanhamento, gerenciamento e tomada de decisões de imediato, exigindo assim um relacionamento institucional constante.

E esse fazer vai estar diretamente ligado a comunicação da comissão com a Gestão institucional. Que mesmo pontuando essa relação direta, assim citado pelos participantes da pesquisa, também expressa uma fragilidade, quando relata que há atravessamentos nessa relação, o que quebra o conceito de comunicação direta. A CPA e a Gestão Institucional devem estabelecer um diálogo constante, pois o trabalho (planejamento, sucesso, fracasso, desafio, superação) de um, depende totalmente do outro. Portanto, se não houver uma concretização e ressignificação neste conceito dessa relação “direta” os resultados aos olhos da avaliação não serão alcançados.

No que tange a relação entre o segmento na composição da comissão, expressa ser estreita. Daí porque se torna algo mais próximo, entendendo que há um único propósito a ser alcançado, desde as atividades da comissão interna, até o retorno que tem que ser entregue ao INEP, assim como a devolutiva aos interessados institucionais. Entende-se que, há em algumas das comissões uma fragilidade externa ao fazer das atividades, no que diz respeito a ausência de servidores técnicos, o que resulta num acúmulo de trabalho, onde pode afetar essa relação.

No que diz respeito a relação da comissão com os avaliadores do INEP, fica claro que há toda uma movimentação para esse marco, de receptividade, saudações e cumprimento de metas e prazos. Em outras palavras fazer bem a tarefa de casa para ser entregue no tempo estipulado. Entretanto, é válido refletir indagando dentro dessa relação com os avaliadores do MEC, que não basta simplesmente o cumprimento burocrático e institucional. É importante refletir e separar o papel que cada instância está a fazer neste contexto. A realização do processo de desenvolvimento nos segmentos de avaliação, vai além de uma relação estática. Exige de todos os envolvidos uma compreensão numa perspectiva humanizada.

Sobre a quinta subcategoria dos aspectos sociais da CPA - Elementos da cultura organizacional - os Aspectos favoráveis à avaliação interna coordenada pela CPA, os Aspectos de entraves à avaliação interna coordenada pela CPA, a forma de como acontece a Interação e receptividade da comunidade acadêmica na socialização dos resultados, a concepção de como enxerga o Significado que a avaliação institucional assume para os

membros da CPA e a comunidade acadêmica, as Expectativas em torno da avaliação institucional coordenada pela CPA, o nível de apropriação dos membros da CPA tem do SINAES (Conhecimento do Sistema), o nível de apropriação da comunidade para com o SINAES (Conhecimento do Sistema), e as expectativas do coordenador a respeito da importância da visita in loco do INEP, retrata um contexto de extrema importância para o desenvolvimento no cumprimento do seu papel, enquanto órgão colegiado responsável pela avaliação nas IFES.

Nesse fazer, o percurso trilhado pela comissão, incluindo os entraves e as superações, bem como a própria existência da mesma, é definido como um amadurecimento no processo. As atividades realizadas como função da CPA, prazos para realização de tais atividades e cumprimento de tarefas, não pode serem denominadas como avanços dentro dos aspectos favoráveis à avaliação interna. Esses fatores são bases de funções a serem desempenhadas pelos membros que compõem a comissão.

A visita do INEP, faz parte do processo institucional enquanto órgão responsável em acompanhar de perto a trajetória e o desenvolvimento da comissão com relação a realização da avaliação e entrega dos relatórios, onde garantirá a participação da IFES na existência do rol da Educação Superior.

A falta de engajamento da comunidade acadêmica no processo de avaliação, o volume imenso de atividades oriundo da ausência de profissionais para atuarem, bem como a ausência do reconhecimento institucional e conhecimento acerca da importância de avaliação, como também da cultura avaliativa são entraves que impossibilitam a realização do planejamento tanto dentro da comissão quanto ao entorno dela e no contexto da universidade.

O planejamento por exemplo é essencial para desenvolver um processo de avaliação institucional interno como qualidade. Porém, se a comissão não tem epistemologia a respeito da avaliação, fica difícil até de construir as ações para os planos de ações. Contudo, bem antes os envolvidos na CPA, necessitam conhecer também esses instrumentos de aprimoramento e aprofundamento de questões como: a metodologia de avaliação, os recursos necessários e as estratégias utilizadas, principalmente, no processo de sensibilização da comunidade acadêmica.

A pesquisa aponta alguns desafios vivenciados por algumas CPAs em relação ao apoio institucional. São destacadas algumas dificuldades nas condições de trabalho da

comissão, no que se refere à disponibilização de recursos humanos, infraestrutura, e principalmente, os recursos financeiros para desenvolvimento das atividades planejadas. A falta de um espaço físico próprio para a CPA é apontado como um ponto negativo, que enfraquece a afirmação da identidade da comissão. A carência de recursos financeiros dificulta a promoção de ações de formação dos integrantes da comissão e de sensibilização da comunidade acadêmica. As CPAs enfrentam uma série de dificuldades em relação à viabilização desses recursos sobretudo humano, e alguns desses desafios vêm sendo superados no funcionamento da CPA. Todavia, ainda é apontada a necessidade de que a gestão viabilize ações quanto a disponibilidade de servidores para atender essa demanda no seio da comissão e assegure que as ações planejadas possam ser concretizadas.

A receptividade no tratamento dos resultados deve ser o principal elemento de discussão, onde retrata a situação atual e fornece subsídios para construção de novas ações, tomada de decisões e unidade diante os relatórios. A ausência desse fazer também consequentemente fragiliza o alcance de metas e a credibilidade da comunidade acadêmica. A CPA deve enquanto comissão atuar com esses desafios que são oriundos de aspectos sociais e bem como de funcionamento no sentido de promover uma educação de qualidade tendo avaliação como indicador que mostre essa realidade.

Nessa perspectiva percebe-se em algumas comissões a ausência de discussão na construção de propostas e compartilhamento entre os pares envolvidos na avaliação. Como também percebe-se, que não existem indícios de que o planejamento institucional esteja sendo discutido com a comunidade acadêmica. É necessário que a comissão defina com clareza e propriedade os recursos necessários para realizar os objetivos traçados, sobretudo porque, essas ações têm que ser aprovadas e inseridas pela gestão no planejamento da instituição, tanto no âmbito dos cursos, quanto de toda as IFES, na possibilidade de superar os entraves.

Portanto fica claro que em algumas das comissões não tem assumido autonomia no desenvolvimento da avaliação institucional interna, atuando tecnicamente nas atividades operacionais que são planejadas e definidas no âmbito da CPA. Com isso, essas informações, permite concluir que, na prática, existe um distanciamento das competências e objetivos previstos nos documentos que regem a Avaliação na Educação Superior.

É preciso implantar uma cultura organizacional que consiga funcionar de modo eficiente e efetivo, onde as comissões reflitam que, como parte de um sistema, precisam desenvolver um trabalho conjunto, manter entre si uma inter-relação, integração e comunicação, ajudando-se mutuamente. Esses fazeres trazem uma questão elementar que é o envolvimento dos representantes dessa comissão na avaliação. Neste contexto, a forma como a CPA dessas IFES atuam apresentando algumas falhas, principalmente pelo distanciamento percebido entre os participantes das Comissões e a Comunidade Acadêmica.

A cultura organizacional institucionaliza por exemplo, um plano que norteia as ações, metas e procedimentos, que seja exequível colocando em prática tudo que foi planejado e que na avaliação verifique se os resultados alcançados que estão dentro do padrão estabelecidos, identificando causas e os desvios; e por fim, realiza-se o controle, promovendo as mudanças necessárias para se corrigir as disfunções encontradas no planejamento, reiniciando o processo.

Ainda é considerado básico o entendimento de concepções de avaliação para a melhoria da comissão, onde a mesma define como atividades de obrigação institucional realizadas a partir dos problemas que permearam no entorno da CPA e dos membros. Isso retrata uma fragilidade na compreensão da capacidade que a avaliação consegue promover para com os envolvidos.

A realização dos trabalhos dentro da CPA é um ponto destacado pelos participantes como um processo que acontece por afinidade, aptidão, disponibilidade, consenso de acordo com a disponibilidade do pouco recurso humano que se tem e, não, por especialização. Assim, a avaliação interna realizada por representantes de todos os segmentos da comunidade (interna e externa) legitima a participação democrática como propõe o SINAES, mas, ainda é um ponto que merece atenção, principalmente porque reforça a concepção de que a ausência de familiaridade com a teoria e a prática da avaliação colabora para a divergência entre os objetivos propostos e os resultados alcançados.

É importante destacar que da mesma forma que a composição da CPA está em consonância com os valores democráticos que norteiam a política de avaliação – SINAES, assim também está a cultura organizacional no sentido de planejar, executar e avaliar. A escolha dos representantes reflete diretamente na intimidade que esses membros tem e

terão com sistema de avaliação INEP. Como pontuam os participantes da pesquisa, fica difícil, delicado e complicado, a CPA atuar neste aspecto social onde desdobra um funcionamento fragilizado.

Na primeira subcategoria de Funcionamento, onde discute - Processo de avaliação interna - metodologia; a forma de como se dá o Processo adotado CPA na condução da avaliação interna, se existe um Plano ou Projeto de avaliação na CPA para a IES, como acontece as Etapas do trabalho da CPA, e sobre a metodologia adotada pela CPA no que diz respeito - sensibilização, instrumentos, coleta de dados, análise e interpretação dos dados, bem como a divulgação dos resultados, retrata de maneira muito prática no contexto de funcionamento o processo de execução da avaliação na IFES.

Esse fazer como pontua a pesquisa, acontece em algumas das CPAs de maneira muito pragmático, cumprimento os procedimentos práticos como as reuniões, divisão de tarefa, cumprimentos das etapas e prazos. O que teoricamente cumpre as orientações de aplicação no processo avaliativo regimentado pelo SINAES. As informações são lançadas no sistema, bem como o acompanhamento, atendimento e demanda são feitas a Comunidade Acadêmica, a Gestão Universitária e ao INEP.

No que diz respeito às ações de divulgação dos resultados da avaliação à comunidade acadêmica, a prática utilizada para dar transparência a esse processo acontece por meio da divulgação dos relatórios no site da comissão e como também da instituição. Assim essa ação isolada não tem sido efetiva, tendo em vista que, nem sempre os envolvidos tem interesse em consultar os relatórios, fato esse, que pode ser motivado ou por falta de interesse ou por outras limitações de conhecimento para analisá-los. Dessa forma, foram observadas poucas ações com esse propósito. Essa situação fragiliza o diálogo entre CPA e comunidade interna. É necessário promover discussões sobre os resultados da avaliação com a comunidade acadêmica.

Nessa conjuntura, a CPA atua exercendo seu papel enquanto órgão responsável por todo o processo de Avaliação da Educação Superior no sentido de funcionamento, mas isso não define que mesmo cumprindo as etapas daquilo que é regulamentado no SINAES para a realização da avaliação, indique que a comissão esteja fazendo um bom trabalho. Diferente daquilo que acontece lá a atuação da mesma enquanto aspectos sociais, onde todo o procedimento deveria ser cumprido, não numa perspectiva

pragmática, mas sim embasado nos princípios e diretrizes que regulamentam as políticas de avaliação.

Já na segunda subcategoria de funcionamento que trata - Com relação ao processo de participação e decisão – de como acontece o envolvimento dos membros da CPA na avaliação interna, se existe uma autonomia da CPA na coordenação da avaliação interna e de que maneira é utilizada essa autonomia, de como é feita a incorporação dos diagnósticos da avaliação interna no planejamento institucional, e após as etapas anteriores serem realizadas, de que forma se dá a submissão dos diagnósticos/relatórios ao INEP e a articulação com os avaliadores de cursos e institucionais, vale pontuar que enquanto órgão responsável pela avaliação na IFES, algumas das comissões atuam em seu funcionamento como aponta a pesquisa, de maneira muito fragmentada e superficial ao contexto de participação.

Esta pesquisa mostra, também, as dificuldades no que discute à participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação interna, tendo em vista que, muitos não acreditam no papel desempenhado por esse órgão colegiado. As principais fatores que causam essa ausência de credibilidade na CPA, são associadas à falta de informação e maiores esclarecimentos sobre essa temática. Como também, no ambiente institucional, algumas pessoas compartilham a crença de que a avaliação não tem nenhuma funcionalidade, nenhum propósito, principalmente, por não enxergarem as mudanças decorrentes da construção desse processo.

É certo afirmar, que enquanto funcionamento, ligeiramente é expressado o envolvimento dos membros da comissão nas atividades que circundam a avaliação interna, assim como na tomada de decisão daquilo que é pautado enquanto atividade, seus posicionamentos “servem” para o PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional da IFES, onde definirão as metas a serem alcançadas na universidade, como também o repasse das etapas aos comitês para as realidades existentes.

Portanto, esse modelo de atuação enquanto funcionamento por parte de alguns dos membros da CPA, reduz o conceito de participação, tomada de decisão e autonomia para construção de planos e metas, dentro daquilo que se tem como políticas de avaliação, sobretudo na Educação Superior. O conceito de participação e tomada de decisão quando se trata dessa natureza, requer uma ótica epistemológica teórica sobre avaliação antes da prática.

É importante que as pessoas envolvidas neste fazer, participem dos processos de formação, tendo acesso à informação antes daquele momento de construção da prática, onde se apropriem daquele conhecimento e repassem aos demais membros. Caso contrário, essa prática ao invés de ser de natureza qualitativa e quantitativa, acaba sendo apenas de caráter quantitativo. Dessa forma, estaria atendendo os princípios apontado pelo MEC, onde descreve que a avaliação é realizada a partir de indicadores obtidos na aplicação dos questionários e por análises dos processos internos.

Portanto, ainda existem fracionalidades em algumas comissões com relação à definição de pressupostos teórico-metodológicos, sobretudo no conceito de participação e tomada de decisão que estejam mais coerentes com o paradigma democrático/emancipatório, onde permitam promover uma visão sistêmica e subjetiva da realidade, por meio da interpretação do objeto-avaliado.

Quanto a terceira subcategoria de Funcionamento da CPA, no tocante - a respeito da Experiência de funcionamento da CPA – de como é analisada para um aproveitamento ou descartes, as experiências anteriores da Instituição na IFES, a concepção de como está o estágio atual do funcionamento da CPA na IFES, e quais as Tendências para o desenvolvimento do funcionamento da CPA na IFES, a pesquisa aponta um percurso bastante desafiador no contexto das experiências vivenciadas nas comissões, como um todo nas Universidades.

As experiências apontadas na pesquisa, contextualizam tanto os aspectos sociais, quanto o funcionamento na atuação da CPA, como questões sociais que implicaram diretamente no fazer das comissões e das IFES sobretudo nos últimos quatro anos. Oriundo de um governo antidemocrático, ausente de políticas educacionais, a presença da pandemia e conseqüentemente outros fatores existiram para que definissem algumas falas negativas nas experiências vividas pelos membros desse órgão colegiado.

Entretanto, esses desafios também deixaram ensinamentos como alerta e diagnóstico a serem discutidos, propostos e executados a partir daquilo que é atribuição e papel da comissão. Pois, a partir dessas experiências novas ações foram tomadas como por exemplo no momento pós pandemia, os poucos membros que se tinha e numa modalidade online se desdobraram para corresponder a demanda, o que resultou num estágio atual positivo.

Por fim, a pesquisa cita que os participantes da mesma, clama por uma participação ativa dos membros que compõe a comissão. Por um olhar mais atento da Gestão Universitária no sentido de atender e corresponder a demanda desse órgão colegiado, mas sobretudo um visão mais de conhecimento e reconhecimento da Comunidade Acadêmica no sentido de credibilidade aos trabalhos da CPA.

Porém, mesmo enxergando a necessidade de uma conjuntura de atendimento as demandas que circundam o trabalho da CPA, é possível enxergar que há por algumas comissões uma fragilidade até mesmo na cobrança, que bem mais importante do que esses mecanismos para a execução das atividades, será uma concepção ampla e epistemológica sobre as políticas, diretrizes e legislação que circundam a Avaliação na Educação Superior.

Nessa perspectiva, a pesquisa resulta na compreensão de que algumas das CPAs das instituições federais no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES, ainda atuam numa perspectiva burocrática, cumprindo assim as exigências das IFES, como também do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Portanto, os objetivos pelos quais foram propostos a discutir nesta pesquisa foram alcançados, sobretudo na perspectiva em compreender, como atua a CPA nas Instituições Federais de Ensino Superior no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES. Bem como, na identificação de como as questões referentes à atuação da CPA – “aspectos sociais” e de “funcionamento” - estão relacionadas na literatura acadêmica e na legislação brasileira. Como também caracterizou-se a atuação das CPAs a partir dos “aspectos sociais” e de “funcionamento” nas Instituições Federais selecionadas para o estudo; e analisou-se a atuação das CPAs a partir da percepção dos coordenadores com relação aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” nas Instituições Federais.

Embora tendo a concepção, de que a CPA deve se (re) conhecer e ser (re) conhecida como um órgão colegiado responsável pela Avaliação na Educação Superior, e com essa perspectiva atuar pedagogicamente no tratamento dos aspectos sociais existentes na IFES, desdobrando assim seu funcionamento, tendo os membros da comissão e a Comunidade Acadêmica parceiros dessa construção para o alcance de uma Educação Superior com qualidade, gratuita, politizada e democrática.

Por essa razão, aponta-se nesse estudo, a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre a atuação da Comissão Própria de Avaliação das Instituições Federais de Ensino Superior no tocante aos “aspectos sociais” e de “funcionamento” na coordenação da modalidade de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES, buscando assim, compreender como esse processo vem ocorrendo e como a comissão está ressignificando esse fazer para atuar em instituições com demandas e concepções diversas. É preciso aprofundar mais a temática “aspectos sociais e de funcionamento” acrescentando outros sujeitos à pesquisa, como a comunidade acadêmica e a gestão, não contempladas nesse estudo, em razão de ser um campo muito amplo.

8. REFERÊNCIAS

ALTINA, Ramos; FARIA, Paulo M.; FARIA, Ádila. Revisão Sistemática de Literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Revista Diálogo Educacional, vol. 14, núm. 41, enero-abril, 2014.

ANDRADE , Edson Francisco de .Sistemas municipais de educação: impactos na gestão educacional no âmbito do poder local – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2012.

ANDRADE, Cristiano Dornelas de. A avaliação institucional e o diálogo com os processos de planejamento e gestão em instituições privadas de educação superior no Estado de Pernambuco. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

ANDRADE, Maria Antônia Brandão. As contribuições da avaliação dos cursos de graduação para a melhoria da qualidade da educação superior. 2011. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação, Salvador, 2011.

ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, 2001.

ANDRIOLA, W. B.; SOUZA, L. A. de. Representações sociais dos gestores e dos técnicos das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará(UFC) acerca da autoavaliação institucional. Avaliação, Sorocaba, vol. 15, n. 2, p. 45-72, 2010. Disponível em: . Acesso em: 06 ago. 2011.

ARGOLLO, Rivailda Silveira Nunes de. Articulação entre a avaliação e o planejamento institucionais em instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica./Rivailda Silveira Nunes de Argollo.- Salvador,2015.

AUGUSTO, Rosana; BALZAN, Newton Cezar. A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 597-622, dez. 2007.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1997.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 1, p. 61-76, jan./mar. 2014

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa de. Metodologia para avaliação de políticas públicas: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2001. 96 p. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BERNARDES, Joelma dos Santos; ROTHEN, José Carlos. Comissão Própria de Avaliação: dois lados de uma mesma moeda. Est. Aval. Educ., São Paulo , v. 26, n. 62, p. 420-446, ago. 2015 .

BERNARDES, Joelma dos Santos; ROTHEN, José Carlos. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 248-277, maio/ago. 2016.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto – Portugal. Porto Editora, 1994.

BRASIL. Comissão Especial de Avaliação. Brasília: MEC, 2003

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm, acesso em 16/01/2014.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2014.

BRASIL. Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. Lei 2026/93. Brasília: MEC

BRASIL. Sinaes. Lei 10.864. Brasília: MEC, 2004

BRASIL. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Lei nº 10.861/2004. Brasília: MEC.

CARDOSO, Diele Dos Santos. A Organização da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal Baiano: Contextualização, Perspectivas e Possibilidades. Dissertação de mestrado, 2017. Universidade do Estado da Bahia, 2017.

CARDOSO, Diele Dos Santos. A Organização da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal Baiano: Contextualização, Perspectivas e Possibilidades. Dissertação de mestrado, 2017. Universidade do Estado da Bahia, 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo, 6a. ed. - Editora Campus, Rio de Janeiro 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior. Petrópolis:Vozes, 2000. 14

DIAS SOBRINHO, José. Prefácio. In: MARBACK NETO, Guilherme.Avaliação: instrumento de gestão universitária. Vila Velha, ES: Hoper, 2007.p. 11-16.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do Sinaes a índices.Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior, Campinas;Sorocaba, v. 13. n. 03, 2008.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo (Orgs.). Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000.

DUARTE, Ruth Gonçalves . MACHADO,Diego de Queiroz. MATOS,F. R. N .Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s., Florianópolis, v.14, n.104, p.203-224,jan/jun2013.

FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA, Wilma dos Santos. A Autoavaliação No Âmbito Da Educação Superior: O Caso Da Universidade Federal De Pernambuco. 2015.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos. 3ª Edição Revisada. Campinas: Autores Associados, 2009, p. 196.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Estória, mitos, heróis: cultura organizacional e relações de trabalho. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, out.-dez. 1987.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GATTI, B. A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação*, . 2012.

GAUTHIER, B. (org). Recherche sociale. Québec (Canadá): Presses de l'Université Du Québec (Canadá), 1987.

GERMANO ,Marcelo Gomes. KULESZA ,Wojciech Andrzej.Cad. Bras. Ens. Fís., v. 27, n. 1:p. 115-135, abr. 2010.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. _____. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIOLO, Jaime; RISTOFF, Dilvo. O SINAES como sistema. Revista Brasileira de Pós-graduação, CAPES, Brasília, v. 3 n. 6, dez. 2006.

GOMES, A. M. Exame nacional de cursos e política de regulação estatal do ensino superior. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 120, p. 129-149, nov. 2003.

GOMES, A. M. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 275-298, set. 2002.

GOMES, A. M.; AZEVEDO, J. M. L. Notas teóricas sobre regulação e educação superior. In: DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios? São Paulo: Xamã, 2009. p. 183-191.

GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Educação superior como sujeito-objeto de estudo. In: GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). Reconfiguração do campo da educação superior. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 13-70.

GOMES, A. M.; ROBERTSON, S. L.; DALE, R. The social condition of higher education: globalisation and (beyond) regionalisation in Latin America. Globalisation, societies and education, v. 10, n. 2, p. 221-245, 2012.

GOMES, A. M.; SILVA, A. L. da. Políticas de avaliação da educação superior no Brasil: um balanço. In: GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.) Reconfiguração do campo da educação superior. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 145-186.

GOMES, Alfredo Macedo. SILVA, Assis Leão da. ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 909-928, set./dez. 2017

GREGO, Sônia Maria Duarte. A meta-avaliação como referencial de análise e de reflexão. In: SGUISSARDI, Valdemar. (Org.). Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

LIMA, E. G. dos S. *Avaliação institucional: o uso dos resultados com estratégias de (re) organização dos espaços de discussão na universidade*. 2008. 250 f. Tese (Doutorado em

Educação)–Ensino, Avaliação e Formação de professores, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Lima, T.C.S de; Mioto, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katál*, Florianópolis, v.10, spe, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos da metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7. ed. 6.reimpr.São Paulo: Atlas, 2011.

MENEGHEL, Stela M.; ROLB, Fabiene; SILVA, Tattiana T. Freitas da. A relação entre avaliação e regulação na Educação Superior: elementos para o debate. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 89 - 106, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEWMAN, William H. *Ação administrativa: as técnicas de organização e gerência*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1977. Chiavenato (2003)

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). *Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos* 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PEIXOTO, M. C. de L. A avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 9-28, mar. 2009.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. O debate sobre avaliação da educação superior: regulação ou democratização? In: MANCEBO, Daise; e FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. – São Paulo: Cortez, 2004.

POLIDORI, M. M., MARINHO-ARAÚJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 14, p. 1-30, 2006.

POLIDORI, Marlis Morosini . MARINHO-ARAÚJO ,Claisy M. BARREYRO ,Gladys Beatriz. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006.

RETZ, R. de G. Política pública da educação superior no Brasil: a efetividade da avaliação institucional no âmbito do SINAES. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Departamento de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, J., SOUZA, F. N. de, & LOBÃO, C. Editorial: Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados?. *Revista Pesquisa Qualitativa*, . 2018.

RIBEIRO, J.; SOUZA, F.N.; LOBÃO, C. Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados?. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v.6, n.10, 2018, p. 3-7.

RICHARDSON, J. A pesquisa qualitativa crítica e válida. In: RICHARDSON, R. J. et al. (Org) *Pesquisa Social*. 3ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2012, p. 90 – 103.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989.

RIOS, M. P. G.; SOUZA, K. L. de O. Gestão da educação superior e avaliação institucional: diálogos permanentes. TRABALHOS SIMPÓSIO BRASILEIRO, 25.; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2., 2011. São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC/USP, 2011.

ROSALES, Carlos. *Avaliar é refletir sobre o ensino*. Lisboa: Edições Asa, 1992. (Coleção Práticas Pedagógicas).

SCHWARTZMAN, S. Os Desafios da Educação no Brasil. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Simon_Schwartzman/publication/225088749_Os_desafios_da_educacao_no_Brasil/links/0fcfd50c5eb1e36e17000000.pdf

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

SILVA, A. L. da. Os aspectos sociais e o funcionamento da avaliação institucional no contexto do SINAES nas universidades federais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO, 25., 2011; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC/USP, 2011.

SILVA, A. L. da; GOMES A. M. Avaliação institucional no contexto do SINAES: a CPA em questão. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 16, n. 3, p. 573-601, nov. 2011.

SILVA, A. L.; GOMES, A. M. Avaliação Institucional no contexto de SINAES: a CPA em questão. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n.3, p.573-601. nov. 2011.

SILVA, Assis Leão da e GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação educacional: concepções e embates teóricos. *Estud. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 350-384, maio/ago. 2018.

SILVA, Assis Leão da. Avaliação do ensino superior: a dinâmica de implementação do SINAES nas universidades federais no tocante ao instrumento de avaliação interna. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CE. 2009.

SILVA, Assis Leão da. Avaliação institucional no Sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

SILVA, Assis Leão da; GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação do ensino superior : a dinâmica de implementação do SINAES nas universidades federais no tocante ao instrumento de avaliação interna - CPA. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Assis Leão da; GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação Institucional no contexto dos SINAES: a CPA em questão. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v.16, n.3, p.573-601, nov. 2011.

SILVA, Assis Leão. Avaliação do Ensino Superior: a dinâmica de implementação do SINAES nas Universidades Federais no tocante ao instrumento de Avaliação Interna – CPA. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Educação. Recife, 2009. 261 f.

_____. Avaliação institucional no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). 2015. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Educação. Recife, 2015. 375f.

_____. Os "aspectos sociais" e o "funcionamento" da Avaliação Institucional nas Universidades Federais. In: Simpósio Brasileiro, 25., 2011.; Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. 2., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: PUC/USP, 2011, p. 1-13.

TEIXEIRA, E. B.A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003.

TENÓRIO, Robinson Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda Ferreira; LOPES, Uaçai de Magalhães. Avaliação e resiliência: diagnosticar, negociar e melhorar. Salvador: EDUFBA, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UCSAL. Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI - 2011-2015. UCSAL, 2011.

UCSAL. Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI - 2016-2020. UCSAL, 2016.

VERHINE, Robert E.; MONTEIRO DE FREITAS, Antônio Alberto da Silva. A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. Campinas: Ed. UNICAMP, 2012.

ZAINKO, M. A. S. Avaliação da Educação Superior no Brasil: processo de construção histórica. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas; Sorocaba, SP. v. 13, n. 3, p. 827-831, 2008.

ANEXOS

APÊNDICES

APÊNDICE A

Carta de apresentação do estudo ao entrevistado

Prezado (a) senhor (a)

Título e Nome do entrevistado

Dirijo-me a Vossa Senhoria, na condição de aluno do Programa de Pós-Graduação de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para solicitar sua participação na pesquisa que estou desenvolvendo e que deverá resultar em minha dissertação de mestrado.

A pesquisa, sob orientação do Prof. Dr. Assis Leão da Silva, tem como objetivo estudar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O foco consiste na atuação e funcionamento da CPA das Instituições Federais de Ensino Superior sediadas no Estado de Pernambuco, tendo como base a modalidade de avaliação institucional.

Já obtive a autorização de seu dirigente máximo para realizar a minha pesquisa na instituição. Assim sendo, espero contar com sua colaboração no sentido de concessão de entrevista na forma presencial e/ou remota no qual poderá ser agendada de acordo com sua disponibilidade.

Asseguro-lhe que a confidencialidade de sua identidade, de sua instituição e dos dados será mantida e que a divulgação dos resultados não irá revelar respostas ou informações específicas de nenhuma instituição em particular e sim, os resultados da análise do conjunto dos dados coletados.

Ciente da importância de sua contribuição para a minha pesquisa, agradeço-lhe antecipadamente.

Estarei disponível, após a conclusão do Programa de Mestrado, para lhe apresentar os resultados obtidos, os quais poderão ser úteis para esta instituição.

Atenciosamente,

Eron José da Silva

Fone (81) 98879-0986

e-mail: eronpedagogo@hotmail.com

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu, _____, RG nº _____, abaixo assinado, Autorizo Eron José da Silva, RG nº 5801366 SSP/PE, a utilizar os resultados do questionário por mim respondido, referente à pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE com o título **“AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO SINAES: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE PERNAMBUCO”** para fins acadêmicos e estou ciente que:

1. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha aceitação em responder à entrevista;
2. Meus dados pessoais e identidade serão mantidos em sigilo;
3. A cooperação com a pesquisa é voluntária, sendo os dados apenas utilizados para a pesquisa;
4. Os resultados poderão ser apresentados em eventos científicos e periódicos científicos;
5. Não terei ônus financeiro ou profissional;
6. Não receberei benefício financeiro ou profissional;
7. Poderei entrar em contato com o pesquisador, Eron Silva, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, sempre que julgar necessário pelo email (_____) ou telefone (_____);
8. Tenho a liberdade de recusar-me a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
9. Tenho a garantia de tomar conhecimento, pessoalmente, do(s) resultado(s) parcial(is) e final(is) da pesquisa;
10. Tenho ciência de que o projeto foi analisado e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da (_____) e o telefone é (_____)
11. Essa carta é feita e duas vias, sendo que uma permanecerá em meu poder e a outra com o pesquisador responsável.

Data ___ / ___ / ___

Pesquisador responsável: Eron José da Silva

Sujeito da Pesquisa: Coordenador da CPA _____

APÊNDICE C

Roteiro de Entrevista

Objeto
Comissões Própria de Avaliação das Instituições Federais do Estado de Pernambuco
Sujeito
Coordenador da CPA
Dimensão – Aspectos sociais da CPA
<ol style="list-style-type: none">1. Perfil do coordenador da CPA<ol style="list-style-type: none">a) Idadeb) Formação Acadêmicac) Cargo que ocupa na IFESd) Experiências Profissionaise) Tempo que trabalha na Instituiçãof) Experiências em avaliação 2. Composição da CPA<ol style="list-style-type: none">a) Nomeação da CPAb) Critérios adotados na escolha de seus membrosc) Composição da CPA quanto à representatividaded) Composição inicial da CPA em relação à atual 3. Concepção de Avaliação Institucional do Entrevistado<ol style="list-style-type: none">a) Conceito de avaliação institucional do entrevistadob) Uso da avaliação institucional para o entrevistadoc) Possibilidades e limites da avaliação Institucional coordenadas pelas

CPAs

4. Relação da CPA com a comunidade acadêmica e a gestão institucional
 - a) Relação da CPA com a comunidade acadêmica
 - b) Relação da CPA com a gestão institucional
 - c) Relação entre os segmentos na composição da CPA
 - d) Relação da CPA com os avaliadores externos designados pelo INEP

Dimensão – Funcionamento da CPA

1. Processo de avaliação interna - metodologia
 - a) Processo adotado CPA na condução da avaliação interna
 - b) Plano ou Projeto de avaliação
 - c) Etapas do trabalho da CPA
 - d) Metodologia da CPA – sensibilização, instrumentos, coleta de dados, análise e interpretação dos dados, divulgação dos resultados
2. O processo de participação e decisório
 - a) O envolvimento dos membros da CPA na avaliação interna
 - b) A autonomia da CPA na coordenação da avaliação interna
 - c) A incorporação dos diagnósticos da avaliação interna no planejamento institucional
 - d) A submissão dos diagnósticos/relatórios ao INEP e a articulação com os avaliadores de cursos e institucionais
3. Elementos da cultura organizacional
 - a) Aspectos favoráveis à avaliação interna coordenada pela CPA
 - b) Aspectos de entraves à avaliação interna coordenada pela CPA
 - c) Interação e receptividade da comunidade acadêmica na socialização dos resultados

- d) Significado que a avaliação institucional assume para os membros da CPA e a comunidade acadêmica
- e) Expectativas em torno da avaliação institucional coordenada pela CPA
- f) Os membros da CPA e o SINAES (Conhecimento do Sistema)
- g) A comunidade e o SINAES (Conhecimento do Sistema)
- h) Expectativa do coordenador a respeito da importância da visita *in loco* do INEP

4. Experiência de funcionamento da CPA

- a) As experiências anteriores da Instituição na IFES
- b) O estágio atual do funcionamento da CPA na IFES
- c) Tendências para o desenvolvimento do funcionamento da CPA na IFES

Dimensão – Funcionamento da CPA

1. Comentário Adicionais (Considerações a respeito das CPAs ou do SINAES – sugestões para o desenvolvimento dos trabalhos da CPA)